



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

A participação dos jovens da A.I.G.A.S.T. na gestão do orçamento doméstico

Susana Raquel Matias Piegas

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Co-orientadora:

Doutora Maria Clara Magalhães

Universidade de Aveiro

[Outubro, 2011]

Resumo:

O apelo constante ao consumo tem na nossa sociedade atual um lugar predominante. Enquanto consumidores, os cidadãos são desafiados pela oferta excessiva, comprando para além das suas possibilidades e contraindo compromissos financeiros, com base na estimativa dos rendimentos que poderão vir a ter, que nem sempre conseguem cumprir.

A gestão equilibrada do consumo e da economia doméstica é, assim, essencial, para a sustentabilidade financeira de todos.

As competências para a gestão dos recursos financeiros devem ser promovidas cedo, no seio familiar, onde se aprendem regras e normas, e se imitam atitudes e comportamentos. Enquanto principais disseminadores de informação económica nos filhos, que papel desempenham atualmente os pais na transmissão dos valores familiares para o planeamento das finanças pessoais?

Desta forma, neste trabalho defende-se, por um lado, a importância da educação financeira no seio familiar, como forma de construir crenças e atitudes positivas nos filhos face à gestão do dinheiro, e por outro, identificam-se algumas das formas de intervenção no orçamento doméstico por parte dos jovens participantes no estudo. Recorreu-se ao uso de um questionário de atitudes e de entrevistas para desenvolver a investigação no Vale da Amoreira, junto de um grupo de associados da organização de imigrantes guineenses A.I.G.A.S.T., concluindo que os diálogos entre pais e filhos sobre matérias financeiras influenciam, em grande parte, comportamentos e atitudes filosóficas perante o dinheiro, e que a inclusão dos filhos no contexto financeiro destas famílias permite uma eficácia no planeamento do rendimento mensal, na gestão dos gastos e na maximização da poupança.

Palavras-chave: Consumo; educação financeira no seio familiar; participação da juventude

Abstract:

The permanent consumption appeal has a predominant place in our current society. As consumers, citizens are challenged by the overwhelming offer of goods, buying beyond their capabilities and undertaking financial responsibilities and commitments, based on estimated future revenue, that won't always be honored.

A balanced management of consumption and of domestic economy is, therefore, essential, for the overall financial sustainability.

The skills for our financial resources management should be promoted early in life, within the family dynamic, where we learn rules and values, and replicate attitudes and behaviors.

While main economic information providers, what is the current role for parents in disseminating family values regarding personal financial planning?

Thus, in this piece, we support the importance of financial education at home, as a way to build up beliefs and positive attitudes in youth towards money management and we identify some ways by which youth participates in the household budgeting.

We resorted to the use of an attitudes questionnaire and direct interviews to develop a research in Vale da Amoreira, within a group of members of a Guinea-Bissau immigrants association – A.I.G.A.S.T., and concluded that the dialogues established between parents and their children about financial matters strongly influence behaviors and philosophical attitudes towards money, and that the youth engagement in the family budget management process allows for more effectiveness in planning the for monthly revenue, costs reduction and savings maximization.

Keywords: Consumption; financial education within the family context; youth participation

Agradecimentos

Não dispense os agradecimentos às pessoas imprescindíveis à realização deste trabalho.

À colega Ana Quintela e às suas palavras, quando percebeu o meu entusiasmo pela Educação Financeira no meu contexto profissional, sugerindo-me que fosse esse o caminho da minha investigação. Agradeço-te igualmente pela paixão contagiante que vives o Vale da Amoreira;

Ao Professor Doutor Rogério Roque Amaro, meu orientador, pela compreensão que demonstrou aos seus alunos ao longo dos meses de busca pelos respectivos objectos de estudo, pela sua disponibilidade e contributos para o enriquecimento deste trabalho;

À professora Doutora Clara Magalhães, minha co-orientadora, que conheci primeiro em vídeo, depois em leituras, e finalmente em pessoa. Agradeço-lhe por toda a dedicação que demonstrou nestes meses, todo o apoio, partilha e companhia até longas horas da madrugada;

Agradeço a outros intervenientes que direta ou indiretamente enriqueceram este estudo. Aos dinamizadores da 1ª e 2ª Conferências Internacionais de Educação Financeira, que me foram aguçando o interesse pelo tema;

Aos elementos e associados da A.I.G.A.S.T que permitiram e apoiaram a concretização da investigação.

E à Dra. Catarina Frade por ter disponibilizado alguns trabalhos na área da educação financeira juvenil.

Índice Geral

Resumo	i
Abstract	ii
Agradecimentos	iii
Índice geral	iv
Índice de Quadros e Figuras	vi
Capítulo I.	
<hr/>	
1.1 Introdução	p. 1
1.2 Enquadramento da investigação	p. 1
1.3 Estruturação da tese	p. 2
1.4 Referência às dificuldades, obstáculos e limitações	p. 3
Capítulo II. Enquadramento Teórico	
<hr/>	
2.1 A sociedade de consumo e o incentivo ao endividamento em Portugal	p. 4
2.2 A Educação e a Literacia Financeira	
2.2.1 A sua importância para o contexto actual mundial	p. 7
2.2.2 Estratégias para a Educação Financeira	p. 10
2.2.3 A Escola e a Educação Financeira	p. 13
2.2.4 A avaliação da Literacia Financeira em Portugal – Os contributos do relatório do Inquérito do Banco de Portugal	p.15
2.3 A Juventude	
2.3.1 Juventude enquanto categoria sociológica intermitente	p. 17
2.3.2 O desafio da participação da juventude	p. 19
2.3.3 A participação dos jovens em Portugal	p. 22
2.4 A juventude e a dinâmica financeira familiar	
2.4.1 Os jovens e a sua influência no consumo da família	p. 23
2.4.2 A participação dos jovens na gestão do orçamento familiar	p. 24
Capítulo III. «Estudo de caso»	
<hr/>	
3.1 Introdução metodológica	
3.1.1 Questões de investigação	p. 29
3.1.2 Opções metodológicas	p. 30

3.1.3 Etapas e procedimentos	p. 30
3.2 Contextualização territorial	p. 31
3.3 Objetivos e áreas de intervenção da associação	p. 36
3.4 Análise do Estudo de Caso	
3.4.1 Perfil dos inquiridos	p. 37
3.4.2 Apresentação e discussão das entrevistas	p. 46

Capítulo IV.

Conclusões	p. 55
------------	-------

Capítulo V.

Referências Bibliográficas	p. 59
----------------------------	-------

Anexos.

- A. Questionário 1 - Inquérito de Caracterização às Famílias
- B. Questionário 2 - Questionário *Atitudes perante o dinheiro*
- C. Guião de entrevista
- D. Grelha de análise de conteúdo

Índice de Figuras

Figura 1.4. Nacionalidade da população da freguesia do Vale da Amoreira (em %)

Figura 2.4. Classificação etária dos habitantes das freguesias da Moita

Figura 3.4. População empregada residente por grupos de profissões na freguesia do Vale da Amoreira

Figura 4.4. Nacionalidades dos associados

Figura 5.4 Nacionalidades dos inquiridos adultos

Figura 6.4. Nacionalidades dos inquiridos jovens

Figura 7.4. Sexo dos adultos inquiridos

Figura 8.4. Sexo dos jovens inquiridos

Figura 9.4. Rendimento líquido das famílias

Figura 10.4. Condição perante o trabalho –adultos

Figura 11.4. Condição perante o trabalho – jovens

Figura 12.4. Sector de actividade dos associados

Figura 13.4. Inclusão financeira dos associados

Figura 14.4. Atitudes dos associados face ao dinheiro

CAPÍTULO I

1.1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, realizado no âmbito da dissertação da tese de mestrado de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, inscreve-se num projecto de capacitação de algumas famílias associadas da Associação de Imigrantes Guineenses e Amigos Sul do Tejo (A.I.G.A.S.T.) para a sua inclusão financeira, e tem como propósito apurar as dinâmicas participativas dos jovens associados na gestão do orçamento doméstico das suas famílias.

1.2 ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

A motivação inicial para a condução desta investigação adveio, em termos gerais, da reflexão sobre a pertinência da educação financeira na actualidade, que continua escassamente retratada a nível de investigações e intervenções em Portugal. Mais concretamente, da intenção de fazer um breve enquadramento bibliográfico sobre o «estado de arte» da educação financeira em Portugal.

A intenção da A.I.G.A.S.T., onde a investigadora está inserida profissionalmente, de iniciar uma estratégia local de educação financeira junto das suas famílias associadas, induziu uma investigação sobre os hábitos de gestão financeira e sobre as atitudes perante o consumo de algumas dessas famílias, residentes num contexto social e económico adverso como é o Vale da Amoreira, e marcadas por carências diversas, nomeadamente uma forte restrição financeira. Esta intenção exigiu, concretamente, num primeiro momento, aprofundar o conhecimento das dinâmicas familiares em torno do planeamento do orçamento familiar, indagando sobre crenças, atitudes e comportamentos dessas famílias face ao dinheiro.

Após alguma recolha de informação, a investigadora optou por aprofundar, neste trabalho, o papel dos jovens na gestão do orçamento doméstico. Desta forma, os objectivos específicos da investigação foram:

(1) Sistematizar uma revisão bibliográfica sobre os desafios e as potencialidades da participação dos jovens na gestão do orçamento doméstico das suas famílias; (2) Realizar um enquadramento prévio das convicções e atitudes dos adultos e jovens do Vale da Amoreira face ao dinheiro e aos hábitos de gestão financeira; (3) Perceber em que sentido os pais influenciam os jovens da A.I.G.A.S.T na gestão do orçamento individual ou doméstico, ao nível de diálogos, atitudes e comportamentos; (4) Entender a participação dos jovens da A.I.G.A.S.T. na gestão do orçamento doméstico.

Num contexto socioeconómico adverso, caracterizado por pobreza, privação, desemprego e outras formas de exclusão, tornava-se importante perceber se existe um esforço colectivo familiar para o exercício de contenção económica, se existem estratégias de envolvimento dos filhos face às despesas e dificuldades, e qual a intervenção real dos filhos na gestão do orçamento doméstico.

E apesar do objecto de estudo focar os jovens associados da A.I.G.A.S.T, considerou-se igualmente relevante realçar a importância dos pais, enquanto agentes de socialização do consumo, na transmissão e reprodução de crenças, atitudes e comportamentos relativos à gestão do dinheiro.

A opção por abordar neste trabalho a educação financeira dos jovens compreende-se pela influência que estes têm nas decisões de consumo, enquanto agentes economicamente activos, mas também, nomeadamente, pela sua responsabilidade enquanto futura parte integrante do mercado de crédito.

Este estudo, claramente limitado ao contexto e ao número de pessoas participantes, pode dar alguns contributos importantes para a intervenção ao nível de iniciativas de educação financeira em bairros críticos do tipo dos do Vale da Amoreira.

1.3 ESTRUTURAÇÃO DA TESE

Para estruturar-se o presente trabalho decidiu-se organizá-lo da seguinte forma:

Primeiramente fez-se um enquadramento da investigação, aludindo as principais inquietações e motivações deste trabalho e referindo os objectivos deste estudo, bem como uma menção às principais dificuldades, obstáculos e limitações do mesmo.

Em seguida passou-se em revisão os principais conceitos e dimensões de análise relacionados com o tema do trabalho – A sociedade de consumo e o incentivo ao endividamento em Portugal, onde abordamos a relação da expansão do mercado de crédito e o perigo do sobre-endividamento das famílias; A Educação Financeira; a Juventude e a sua Participação no consumo e na gestão das finanças domésticas.

No capítulo III abordou-se, por um lado, a metodologia usada para este trabalho (fazendo referência às justificações que conduziram à elaboração das questões de investigação; à fundamentação da escolha do estudo de caso; e aos procedimentos metodológicos no período de investigação) e, por outro, e debruçou-se sobre o estudo de caso, apresentando, numa primeira fase, a sua contextualização territorial e uma descrição sucinta da associação, seguida da apresentação dos resultados verificados.

Finalmente, houve, no capítulo IV, lugar para algumas conclusões, bem como pistas para futuras investigações.

1.4 REFERÊNCIA ÀS DIFICULDADES, OBSTÁCULOS E LIMITAÇÕES

Ao longo da concretização da presente investigação surgiram algumas dificuldades e obstáculos a que fazemos referência.

Algumas das limitações prenderam-se com a elaboração do enquadramento teórico, ao nível da indisponibilidade de literatura científica para consulta, tanto no âmbito do estudo do impacto da educação financeira nos comportamentos dos (jovens) portugueses, como ao nível da participação dos jovens na gestão do orçamento doméstico, e os seus potenciais benefícios. Também não foi encontrada na literatura pesquisada qualquer referência à relação entre a educação financeira dos jovens e o seu empoderamento na gestão do orçamento doméstico.

A parca informação disponível sobre estudos avaliativos do comportamento financeiro dos jovens portugueses e das suas prioridades de formação revelou, por um lado, os avanços cruciais que são ainda necessários promover nesta área, e reflectiu-se, por outro, no possível enfraquecimento da contextualização teórica deste estudo.

Relativamente ao universo de pesquisa, uma das dificuldades prendeu-se com as especificidades dos participantes, que tinham obrigatoriamente de ser familiares e pertencerem ao mesmo agregado (jovens e adultos). Quatro adultos e três jovens desistiram ou recusaram participar no estudo. Houve casos em que, ao avançar-se com o questionário de caracterização – que acharam, com frequência, ser invasivo – os participantes acabariam por recusar a participação no questionário seguinte e na entrevista. O conteúdo abordado criou diversas resistências, não sendo de todo um tema de fácil abordagem, especialmente para o grupo de pais e mães guineenses. As reações encontradas constituíram um obstáculo na recolha atempada de dados, prolongando este processo um pouco para além do que seria pretendido.

Para além da recusa de alguns participantes, o estudo recolheu essencialmente as opiniões de adultas do sexo feminino, por serem estas que mais se mostraram disponíveis para integrarem a investigação. Além disto, não houve representação do grupo de famílias ciganas associadas da A.I.G.A.S.T., pela sua recusa em participarem no estudo.

Para além do recurso a perguntas fechadas nos questionários, que encerram algumas limitações conhecidas, este trabalho não sistematizou dados estatísticos que tornassem mais rápido o cruzamento de informações relevantes, como a nacionalidade, a idade, o género ou a condição perante o trabalho.

Finalmente, apesar da proximidade da divulgação dos resultados definitivos do Censos de 2011, os dados apresentados no trabalho, referentes à freguesia do Vale da Amoreira, foram obrigatoriamente retirados (maioritariamente) do Censos anterior, de 2001.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 A SOCIEDADE DE CONSUMO E O INCENTIVO AO ENDIVIDAMENTO EM PORTUGAL

“ (...) As vulnerabilidades que conduziram à crise financeira mundial poderiam ter sido minimizadas pela existência de consumidores mais aptos para seleccionar os créditos ajustados às suas capacidades financeiras e para aplicar poupanças em produtos com um adequado grau de risco” (Banco de Portugal, 2010: 2)

O desenvolvimento do capitalismo industrial da modernidade, assente na ideologia do crescimento e da abundância e na crença do progresso tecnológico e social, permitiu a massificação do consumo e a consolidação dos consumidores enquanto grupo económico mais forte da economia global. Este panorama, que se foi intensificando ao longo do século XX, alterou significativamente os padrões do quotidiano e as noções sobre a qualidade de vida das pessoas. Hoje, as sociedades de consumo e a sua economia servem o máximo propósito desse ato económico que permite concretizar a satisfação das necessidades dos cidadãos – o consumo.

Contudo, a corrida ao consumo e o vulgarizado recurso ao crédito requerem um esforço acrescido na gestão do orçamento individual e doméstico e uma ponderação na seleção e contratação de produtos financeiros, já que existem riscos de sobre-endividamento¹ e de incumprimento², caso as famílias não assegurem os seus compromissos de crédito. Os dados que se apresentam em seguida têm como objectivo resumir a evolução do mercado do crédito em Portugal e o perfil de endividamento dos portugueses.

As mudanças políticas, sociais e a “ (...) rápida evolução da economia baseada nos mecanismos de mercado e na livre circulação de capitais, produtos e pessoas terão contribuído para a transformação da nossa sociedade numa sociedade de consumo” (Santos, 2009, p. 1), conforme referiu Teixeira dos Santos, aquando da sua participação num Seminário promovido pela Associação de Defesa do Consumidor. Outros fatores como a liberalização e abertura à concorrência de sectores chave da economia, a entrada nos mercados de novos intervenientes nacionais e internacionais, os avanços tecnológicos e o aumento da oferta de serviços electrónicos, terão possibilitado o aumento da oferta de bens e serviços, em quantidade e qualidade (European Banking Federation, 2009).

Segundo o estudo «*Desemprego e Sobreendividamento dos Consumidores: Contornos de Uma Ligação Perigosa*», do Observatório do Endividamento dos Consumidores (Frade *et al.* 2006), o crédito aos consumidores vulgarizou-se na generalidade das economias de mercado mais

¹ O *sobre-endividamento*, também designado por falência ou insolvência dos particulares, inclui os casos em que as famílias se encontram em situação de impossibilidade de pagamento de uma ou mais dívidas (Frade *et al.*, 2006, p. 16).

² O *incumprimento* surge em casos de endividamento, em situações de não pagamento por parte do devedor. “As instituições financeiras consideram que há incumprimento ao fim de três prestações em atraso e incumprimento definitivo quando se esgotam as possibilidades de renegociação e se inicia a ação judicial” (Frade *et al.*, 2006, p. 15)

desenvolvidas, em meados dos anos noventa, passando a constituir para muitas famílias uma forma de gestão corrente do orçamento.

Tendo-se difundido inicialmente nos E.U.A. e nos países nórdicos da Europa, foi largamente abraçado pela Europa do Sul escasso tempo depois. Em Portugal, esta reorientação para o crédito foi estimulada pela liberalização do sistema financeiro português e pelo consequente aumento da concorrência no mercado do crédito bancário, pela quebra das taxas de juro e da taxa de inflação, a somar ao baixo nível de endividamento das famílias e à agressividade publicitária para a concessão de crédito (Frade *et al.* 2006). Desde então é evidente a multiplicação das formas de crédito, as instituições que o concedem, os produtos que podem ser por ele adquiridos e a regulação pública que sobre ele incide (Frade *et al.* 2006).

Para estes autores, a imediação do crédito possibilitou a antecipação de alguns consumos, passando o mesmo a ser rapidamente uma constante no primeiro ciclo de vida das famílias, quando estas procedem à aquisição de equipamento indispensável à sua autonomia familiar e económica dos dias de hoje (como sendo a casa, o automóvel, os eletrodomésticos, o mobiliário ou o computador). Neste sentido, a procura de novos estilos de vida e a facilitação de um renovado estatuto potenciaram uma corrida ao crédito (Marques *et al.*,2000), contribuindo, assim, para a realização pessoal dos cidadãos e para a apelidada «democratização do gasto» (Cross cit. por Frade, 2006: 11).

Todavia, a conjuntura que resultou da facilitação ao crédito, aliada à multiplicação e complexificação dos produtos financeiros, ao crescente comércio eletrónico ou à expansão das instituições de crédito, acabou por gerar um risco elevado para o sobre-endividamento das famílias portuguesas. Especialmente tendo em conta a importância crescente que o crédito ao consumo viria a ter na nossa sociedade.

Ao desafio que o crescimento do crédito começava a apresentar, levantava-se a preocupação face à capacidade de amortização das dívidas das famílias e à sua vulnerabilidade face a indicadores que afetam diretamente o seu rendimento, como por exemplo, é o caso do desemprego (*Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal*, 2007). Em 2010, o Banco de Portugal fundamentou essas preocupações referindo a elevada expansão do crédito como “pouco apropriada face à capacidade financeira dos consumidores”, acrescentando, por outro lado, que “a grande complexidade de alguns instrumentos financeiros contribuiu para que o seu grau de risco (à expansão do crédito) não fosse adequadamente avaliado” (*Inquérito à literacia financeira da população portuguesa*, 2010: 2).

Não tardaria, então, a que a ascensão do mercado do crédito aos consumidores em Portugal acabasse por provocar das mais elevadas taxas de crescimento ao nível do endividamento europeu (Marques cit. por Frade, 2006: 12), tendo representado, o valor total da dívida dos particulares portugueses, no ano de 2000, 86% do rendimento disponível das famílias, e 124% em 2006 (*Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal*, 2007).

Apesar destes dados, o perfil do endividamento português, traçado pelo Inquérito ao Património e Endividamento das Famílias³, de 2006-2007, revelou algumas especificidades do contexto nacional. De facto, pouco mais de 40% das famílias portuguesas participavam, até à data, no mercado da dívida, correspondendo os empréstimos à habitação a cerca de 80% do total da dívida dessas famílias. Assim, apenas uma minoria participaria no mercado do crédito para outros fins e mais de metade dos portugueses teria vivido exclusivamente dos recursos financeiros que possuía efectivamente. O documento sublinhou, igualmente, que a dívida em Portugal distribuía-se de forma muito assimétrica entre as famílias: nalgumas classes de famílias, caracterizadas por rendimentos e escolaridades mais baixas, de idades mais elevadas e situações no mercado de trabalho menos estáveis, menos de metade participaria no mercado da dívida⁴. A dívida concentrar-se-ia nos estratos de rendimento mais elevado e em famílias entre os trinta e os quarenta anos. Relativamente à condição perante o trabalho, nas famílias em que um dos representantes estivesse desempregado, a probabilidade de ter dívida era significativamente menor, contribuindo para tal a restrição ao crédito nestes casos. No caso da escolaridade, estimou-se que as famílias em que o representante tivesse completado no máximo o primeiro ciclo de escolaridade teriam uma probabilidade de ter dívida significativamente menor do que aquelas em que o representante tivesse completado o segundo ciclo.

Os dados do IPEF contrastam com os resultados apresentados pelo Relatório «*Poverty and Social Exclusion*» do Eurobarómetro⁵, que em 2010 auscultou os europeus sobre as suas perceções face aos grupos sociais em maior risco de endividamento excessivo. Este estudo revelou que os europeus acreditam que são os grupos em maior vulnerabilidade social (nomeadamente pessoas com baixos rendimentos, desempregados, pessoas de baixo nível de escolaridade ou com problemas de saúde) que estão em maior risco de caírem no sobre-endividamento⁶. Estes resultados podem sugerir uma perceção falaciosa generalizada sobre quem corre efectivamente os maiores riscos no mercado de crédito.

Contudo, apesar dos dados atrás referidos indicarem que os grupos mais desfavorecidos participam menos no mercado da dívida, convém voltar a sublinhar as constatações de Marques e Frade (2004)⁷ – são as pessoas que já se encontram endividadas, que sofrem uma alteração nas perspectivas de rendimento familiar e que repentinamente se encontram numa situação de maior vulnerabilidade,

³ O Inquérito ao Património e Endividamento das Famílias (IPEF) 2006 – 2007 foi elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística com o apoio do Banco de Portugal.

⁴ Observando concretamente a variável Escalões de Rendimento das famílias portuguesas, apenas 12,6% das famílias que integram o 1º Escalão (375-500 euros) e 21,4% do 2º Escalão (500-700 euros) participam no mercado da dívida.

⁵ O Eurobarómetro pertence ao setor de análise da opinião pública da Comissão Europeia que sonda semestralmente as opiniões dos europeus sobre diversas matérias. Não reflete as opiniões da CE mas sim dos cidadãos europeus.

⁶ O estudo revela, ainda, que apesar de 70% da população inquirida afirmar não sentir estar em risco de sobre-endividamento, 54% reconhece ter dificuldades no pagamento de despesas e de dívidas de crédito.

⁷ *Regular o sobreendividamento* (2004).

aquelas que estão sujeitas a um maior risco de insolvência, face a outras de estratos económicos superiores.

Os dados de 2011 fornecidos por Natália Nunes⁸, da DECO, deram conta do contínuo aumento do valor total da dívida das famílias, sublinhando a abertura de seiscentos e doze novos processos de sobreendividamento em Portugal, entre Janeiro e Fevereiro de 2011, constituindo mais cento e dez pedidos de ajuda do que em igual período do ano anterior. Natália Nunes adiantou, igualmente, que “ (...) com o actual contexto económico e com a subida das taxas de juro, a nossa perspectiva é que o número de famílias sobreendividadas aumente significativamente este ano”, face aos já 2837 processos de sobre-endividamento abertos em 2010.

O reconhecimento da necessidade de reverter o número de casos de insolvência de particulares, resultantes de uma consciência pouco desenvolvida na utilização do crédito, levou a que diversas entidades iniciassem já estratégias para corrigir o passado.

Depois de um conjunto de autores, de onde destacamos Lusardi e Tufano (2008)⁹, terem reforçado a ligação positiva entre a iliteracia financeira e os níveis de sobre-endividamento dos cidadãos, a educação financeira passou a ser a pedagogia preventiva reclamada para a capacitação dos consumidores financeiros na operacionalização das suas finanças pessoais e familiares.

2.2 A EDUCAÇÃO E A LITERACIA FINANCEIRA

A educação financeira inscreve-se no âmbito mais alargado da promoção de competências dos cidadãos consumidores. Em 2003, o Comité Económico e Social Europeu referiu que a educação dos consumidores estava orientada para a aquisição de capacidades e conhecimentos por parte dos cidadãos, assegurando, assim, a sua segurança e bem-estar, muito especialmente nos planos económico e da saúde. Dada a importância do consumo no mundo atual, a formação e a informação são condições para a cidadania ativa e para a plena participação na sociedade.

2.2.1 A SUA IMPORTÂNCIA PARA O CONTEXTO ACTUAL MUNDIAL

Apesar dos dados alarmantes relativos aos valores da dívida das famílias portuguesas, a discussão do que pode e deve ser feito para prevenir ou minimizar a ocorrência de crises financeiras nas famílias permanece distante de uma reflexão nas diversas arenas de decisão. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) deixou claro que, apesar da educação financeira não constituir uma ferramenta de substituição da proteção dos consumidores, é um elemento-chave

⁸ Disponível em http://economia.publico.pt/Noticia/ha-cada-vez-mais-familias-a-pedir-ajuda-por-causa-de-dividas_1485848

⁹ *Debt Literacy, Financial Experiences and Overindebtedness* (2008)

na tríade *regulação dos produtos financeiros – disponibilização de informação financeira – educação do consumidor*, e que a sua desvalorização agravou o impacto da crise de 2008.

Desta forma, como resultado do enquadramento económico mundial dos últimos anos e da crise financeira instalada recentemente, a literacia financeira é progressivamente sugerida como fator de estabilidade económica e de desenvolvimento (OCDE, 2009b).

As referências que se seguem neste capítulo obrigam, num primeiro momento, à definição e distinção de dois importantes conceitos que pretendemos abordar – a **educação financeira** e a **literacia financeira**.

A **educação financeira** foi definida pela OCDE (2005) como o processo através do qual os consumidores/ investidores financeiros melhoram a sua compreensão dos produtos e conceitos financeiros, de maneira a que, por meio de informação, orientação e/ou aconselhamento, possam desenvolver as competências e a confiança necessárias para se tornarem mais conscientes dos riscos e das oportunidades financeiras; tomar decisões informadas; saber onde procurar ajuda; e realizar outras ações que melhorem o seu bem-estar e a sua protecção financeira.

De facto, dadas as exigências e funções dos cidadãos-consumidores no cenário atual dos mercados de consumo, não basta que aos mesmos seja disposta alguma informação pré-contratual, mas sim que estes desenvolvam atitudes e criem hábitos de ação que lhes permitam as decisões adequadas a cada situação. Por conseguinte, o termo **literacia¹⁰ financeira** é a condição de se ser instruído e informado sobre temas e conceitos financeiros básicos e úteis à gestão do dinheiro e orçamento familiar, e reflete-se em todas as decisões económicas e financeiras fundamentadas, sensatas e estáveis dos cidadãos¹¹. Assim, cidadãos com bons níveis de **literacia financeira** tendem a adquirir o hábito da gestão do orçamento familiar, do planeamento de despesas e escolhem serviços e produtos financeiros adequados, passando pela aplicação das suas poupanças e ao recurso ao crédito, evitando o endividamento excessivo e o risco de incumprimento (*Inquérito à literacia financeira da população portuguesa*, 2010).

A **literacia financeira** assume-se, assim, como fundamental para a responsabilização dos cidadãos-consumidores pela tomada de decisões que melhor advoguem os seus interesses, defendendo-se das habituais contrariedades do mercado, como a complexidade dos serviços financeiros e sua instabilidade; a falta de transparência ou de informação ao consumidor; a fraca capacidade negocial dos clientes; ou a acessibilidade aparente ao crédito. Neste sentido, Teixeira dos Santos, em 2009, admitiu:

¹⁰ A UNESCO (2009) definiu literacia como “ (...) Uma ferramenta de auto-capacitação pessoal e um meio para o desenvolvimento social e humano (...) o centro da educação básica para todos e essencial para erradicar a pobreza, reduzir a mortalidade infantil, (...) e assegurar o desenvolvimento sustentável, a paz e a democracia”.

¹¹ Associação Portuguesa de Bancos, disponível em http://www.apb.pt/educacao_financiera

“ (...) Tendo o consumidor acesso a essa informação (financeira) relevante, a responsabilidade pelas suas escolhas e decisões não lhe pode ser retirada. Note-se que, neste contexto, é essencial a literacia financeira dos consumidores de produtos financeiros para uma tomada de decisões consciente” (p. 9).

Contudo, o *Relatório sobre Literacia Financeira*, do European Banking Federation (2009) refere que um número significativo de estudos recentes tornou evidente que os consumidores europeus possuem, em média, níveis baixos de literacia financeira, que poderão impedir o entendimento e domínio sobre produtos e serviços financeiros e a tomada de decisões informadas. Este relatório revelou, ainda, que muitas pessoas não planeiam o futuro e não escolhem os produtos que se adequam às suas necessidades, podendo tal implicar que estas pessoas estejam mais expostas ao risco de cair na dívida e de experimentar dificuldades a curto ou médio prazo.

Torna-se importante, na sequência destas reflexões, fazer referência a duas conclusões que nos parecem importantes: por um lado, a **literacia financeira** é um conceito distinto dos termos *rendimento* e *bem-estar material* (Atkinson et al. cit. por Taylor, Jenkins e Sacker, 2011: 1) e por outro, a disponibilização de informação financeira, apesar de importante, não conduz só por si a uma melhor perceção das características, riscos e retorno dos produtos financeiros, nem estimula uma mudança de comportamento financeiro (OCDE, 2005). Assim sendo, não é acertado que a mesma possa ser entendida enquanto medida eficaz de proteção aos consumidores.

A Universidade de Essex, em 2011, decidiu investigar os impactos da **literacia financeira** na saúde psicológica dos consumidores. Os autores de *Financial Capability, Income and Psychological Wellbeing* reforçaram a ligação existente entre literacia financeira, nível de rendimento dos cidadãos e a sua qualidade de vida (estudados já por Easterlin, em 2001), tornando igualmente evidente que o aumento das competências relacionadas com a gestão das finanças pessoais e domésticas poderia, ainda, ter efeitos substanciais na redução do *stress*, ansiedade, depressão e outras doenças do foro psicológico.

Estudos apontam igualmente para que os cidadãos participantes em iniciativas de **educação financeira** tenham maior probabilidade de poupar adequadamente para as suas reformas (Cole, Sampson, e Zia; Lusardi; Bernheim, Garrett, e Maki; cit. por OCDE, 2010:8); de acumular mais riqueza (Lusardi & Mitchell, 2006); e de evitar os pagamentos sujeitos a elevadas taxas de juro (Gerardi, Goette, & Meier; Lusardi & Tufano; Moore; cit. por OCDE, 2010:8). Estes estudos sugerem, pois, uma relação causal entre educação financeira e uma mudança comportamental positiva.

Para além dos referidos benefícios para os consumidores, a **educação financeira** e a aplicação prática dos conhecimentos (literacia financeira) permitem uma maior transparência dos mercados e a sua maior competitividade, a facilitação do trabalho das entidades supervisoras, provocando níveis mais baixos de intervenção regulatória, e o menor risco de pressão sobre a despesa pública e de

encargos sociais, permitindo uma maior estabilidade e o desenvolvimento económico dos países (OCDE, 2009).

2.2.2 ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A nível europeu, a discussão sobre a capacitação dos consumidores teve eco com a Estratégia de Lisboa, em 2000, quando se estabeleceram metas para o investimento formativo dos cidadãos para tornar a União Europeia num espaço económico mais dinâmico e competitivo. Um ano mais tarde, no Conselho Europeu de Estocolmo, foram traçados objectivos estratégicos através do relatório «*The concrete future objectives of education and training systems*». Em 2002, o Conselho Europeu de Barcelona reforçou a necessidade de aumentar as competências básicas dos cidadãos em áreas diversas como a literacia, a matemática e as tecnologias.

Foi, contudo, em 2005 que a OCDE publicou em Julho o documento *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*, alertando os Países-Membros para a promoção de estratégias nacionais e boas práticas para a prossecução da educação financeira. Incidiu em alguns princípios relevantes:

- Os programas de educação financeira deverão focar aspetos das finanças pessoais e quotidianas, como o consumo, a poupança, a gestão da dívida, o crédito, seguros, bem como noções básicas de matemática e economia;
- A educação financeira deverá fazer parte de uma estratégia integrada com a atividade das autoridades reguladoras e da educação aos consumidores;
- As instituições financeiras deverão tomar medidas de promoção da educação financeira, aconselhamento e proteção face aos seus clientes, incluindo-as nas suas boas práticas;
- Os programas de educação financeira deverão ser delineados em função das necessidades e do nível de literacia financeira dos grupos-alvo e as metodologias deverão ser flexíveis face à forma mais adequada de serem implementadas aos participantes;
- A educação financeira deve constituir um processo de aprendizagem contínua, sendo uma ferramenta útil ao longo da vida.

Incluiu igualmente algumas Boas Práticas:

- Deverá ser encorajada a realização de campanhas de sensibilização a nível nacional, que alertem as comunidades para a variedade de riscos financeiros e formas de proteção financeira;
- A Segurança Social e outros sistemas de proteção social deverão incorporar a educação financeira nas medidas e ações que promovem;
- Deverão criar-se instâncias ou adaptarem-se as autoridades existentes no âmbito da Educação para adoptarem medidas de promoção da educação financeira a nível regional e local, colaborando com organizações próximas da comunidade;

- Deverão ser criados *websites* que disponibilizem informação relevante ao público. Deverão igualmente ser criados serviços gratuitos de disponibilização de informação;
- Deverá reforçar-se a colaboração do Estado com as entidades de apoio ao consumidor;
- As instituições financeiras deverão ser encorajadas a distinguir claramente a educação financeira da disponibilização de informação financeira e da recomendação «comercial» ao público;
- A educação financeira, promovida pelas instituições financeiras, deverá ser sujeita a regulação e avaliação, para que vá ao encontro das necessidades reais dos clientes;
- As instituições financeiras deverão ser encorajadas a formar os seus recursos humanos para a importância da educação financeira.

Estas recomendações deixaram clara a implicação necessária dos diferentes intervenientes na concretização de uma estratégia nacional eficaz de educação financeira, nomeadamente, o Governo, ONG's, instituições financeiras, autoridades reguladoras, escolas, seguradoras e outros.

Mais tarde, em 2009, o *Grupo de Peritos em Educação Financeira* traçou algumas orientações importantes no âmbito da educação financeira na União Europeia, entre elas:

- Continuar a pressionar os Estados-Membros para a criação de estratégias nacionais de educação financeira, baseadas na cooperação entre as entidades públicas e privadas, incidindo na importância de integrar a educação financeira nos currículos escolares / de formação;
- Desenvolverem-se mais estudos para avaliar o comportamento dos consumidores e o seu nível de literacia financeira;
- Desenvolverem-se estudos para avaliar o comportamento financeiro dos mais jovens;
- Organizar um Dia Europeu da Educação Financeira, organizando eventos com o envolvimento dos diferentes *stakeholders*, para a promoção e sensibilização da temática;
- Envolver os *media* no desenvolvimento de estratégias nacionais, regionais e locais de educação financeira;
- Promover encontros entre os Estados-Membros para definição de programas de educação financeira e sua avaliação contínua.

A abordagem da problemática em Portugal ganhou contornos com a I Conferência Internacional de Educação Financeira (2009), que reforçou dois pontos fundamentais para o delineamento de estratégias para Portugal:

- A realização de um diagnóstico global que identifique as áreas de intervenção e estratégias para os diferentes públicos-alvo, estabelecendo prioridades para a educação, consumo e serviços financeiros;

- E a percepção dos setores de maior risco e prioritários na intervenção, quer na perspetiva dos grupos populacionais específicos (de risco, etários, etc), quer na perspetiva dos setores económicos cuja informação é mais complexa e técnica, criando dificuldades acrescidas de percepção para o cidadão, aumentando, por isso, o risco de decisões e atitudes erradas (Conclusões da Conferência Internacional de Educação Financeira, 2009).

As estratégias para a educação financeira em Portugal começam a ser, hoje em dia, cada vez mais diversificadas. Recentemente, o Montepio lançou o programa «O meu Dinheiro», protagonizado pela personagem «D. Poupança» e destinado essencialmente a crianças e jovens; o site «Saldo Positivo» da CGD procura informar o consumidor adulto para a tomada de decisões mais responsáveis; e a ferramenta *online* de Educação aos Consumidores *DOLCETA*, financiada pela Comissão Europeia para o público em geral e disponível em vinte e uma línguas oficiais dos Estados-Membros, reúne na pasta de «Literacia Financeira» diferentes exercícios, textos de apoio e testes que, nomeadamente, os professores poderão aplicar em contexto de aula, em disciplinas variadas desde a Geografia ao Inglês.

Contudo, estas ferramentas encontram-se disponíveis essencialmente via internet ou através de revistas de acesso limitado e a sua disseminação é, ainda, muito insuficiente. Outras intervenções desenvolvidas em Portugal destinam-se já a trabalhar diretamente com os públicos-alvo, com o objectivo de aumentar o impacto na mudança de atitudes e comportamentos face ao dinheiro. Mencionamos apenas algumas:

- O projecto «No Poupar Vai o Ganho», as iniciativas do Museu Papel Moeda promovem a aquisição de novos conhecimentos no domínio financeiro e a adaptação de currículos do Ensino do 2º e 3º ciclos, através da perspectiva histórica da moeda fiduciária, realizando exposições e oficinas em colaboração com diferentes escolas do concelho do Porto;
- O Pmate, da Universidade de Aveiro, promove a divulgação de ferramentas para a intervenção escolar, dinamiza Bienais e competições ligadas à promoção da Matemática, Ciências e Português, atuando igualmente na área da cooperação;
- Foi também o Pmate que, em parceria com a CGD, concebeu o projecto «Educação +», que durante dois anos dinamizou exposições itinerantes por todo o país com o objectivo de estimular a inclusão financeira dos mais novos;
- O projeto «Contas à Vida», do Barclays em parceria com o Programa Escolhas, destinado aos jovens e que tem como objectivo a dinamização de ações de sensibilização em áreas distintas como a poupança e o crédito.

2.2.3 A ESCOLA E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Em 2007, a Comissão Europeia realizou a Conferência *Increasing Financial Capability*, que veio enfatizar a necessidade do início precoce da capacitação financeira, ainda na infância. Na verdade, os desafios financeiros e o número de decisões financeiras que tomamos têm início muito cedo. Neste contexto, a OCDE (2010) chamou a atenção, nomeadamente, para a forte influência da publicidade comercial nos comportamentos das crianças e jovens, como fator perturbador do discernimento das suas necessidades.

Estudos compilados pela OCDE¹², em 2005, revelavam que a maioria dos estudantes do Ensino Secundário e Superior não dominava conceitos financeiros nem competências básicas necessárias para gerir empréstimos pessoais ou prevenir o excesso de dívidas, não estando integradas estas matérias nos currículos de formação da maioria das instituições de ensino dos países da OCDE. Em 2010, o estudo de Lusardi, Mitchell e Curto – *Financial Literacy among the Youth* – veio reforçar estas conclusões, afirmando que apenas 27% dos jovens adultos inquiridos (americanos entre os 23 e os 28 anos) dominavam conceitos financeiros básicos, como *inflação* ou *diversificação de investimentos*, e realizavam com sucesso cálculos baseados em taxas de juro.

O risco da «exclusão financeira» aumenta quando os jovens não dão continuidade aos seus estudos e adquirem responsabilidades e tarefas ligadas às finanças pessoais e domésticas muito cedo (Frade, s.a). No caso dos jovens, a iliteracia financeira associada à contínua acumulação de dívida pode vir a gerar casos de insolvência (Lusardi, Mitchell e Curto, 2010).

A educação financeira deve, então, fazer parte de uma componente mais complexa de educação para a cidadania, dotando os consumidores das ferramentas necessárias para estes agirem com consciência, de forma sustentável e racional.

Frade defende a priorização da educação financeira dos mais jovens por dois motivos:

1. Por um lado, os jovens são agentes economicamente ativos da nossa sociedade, exercendo o seu poder de mercado diretamente (mesada e/ ou remuneração de trabalhos fixos ou ocasionais) ou através da influência nas aquisições dos pais;
2. Por outro, constituem um potencial de mercado significativo para as instituições financeiras – as faixas etárias mais jovens, no início da vida activa, constituem uma fatia importante do mercado de crédito aos particulares.

Assim, o facto de os jovens estarem incluídos na dinâmica familiar, que lida diariamente com os desafios financeiros atuais, e serem, ao mesmo tempo, um elemento de influência no momento da

¹² *Improving Financial Literacy - Analysis of issues and policies* (OCDE, 2005), disponível em http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oced/finance-and-investment/improving-financial-literacy_9789264012578-en

compra, torna o envolvimento e a sensibilização dos jovens para as questões da educação financeira imperiosa.

Assim, destacamos algumas medidas a desenvolver ao nível do ensino:

- Auscultar as convicções, os valores e os comportamentos dos jovens em relação ao uso do dinheiro antes de qualquer intervenção (Frade, s. a.);
- Desse diagnóstico inicial concluir quais as prioridades de formação;
- Definir objetivos e estratégias que tenham em conta as diferentes realidades, do primeiro ciclo do ensino básico ao ensino secundário;
- Desenvolver uma estratégia para incorporar estas matérias nos *curricula*;
- Avançar com a sensibilização e a formação de professores e educadores para a educação financeira;
- Proceder a avaliações contínuas relativamente aos processos que forem desenvolvidos (Conclusões da Conferência Internacional de Educação Financeira, 2009).

Os programas escolares de Educação Financeira deverão contribuir para que os jovens:

- a) Consolidem e aprofundem competências associadas à literacia e à realização de cálculos numéricos, aplicando-as a situações reais ligadas às finanças e ao consumo (*National Consumer and Financial Literacy Framework*¹³);
- b) Estabeleçam uma relação saudável com o dinheiro sem grandes oscilações económicas ao longo das suas vidas, sendo capazes de poupar e de planear as suas despesas (Frade, s. a.);
- c) Sejam capazes de tomar decisões e fazer escolhas financeiras de forma racional, que minimizem os riscos de sobre-endividamento (Frade, s. a.);
- d) Tenham consciência dos riscos e obrigações inerentes ao recurso ao crédito (Frade, s. a.);
- e) Aprendam com os sucessos e os erros e aceitem responsabilidade pelas decisões pessoais (*National Consumer and Financial Literacy Framework*).

Em Portugal, a Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular adiantou, aquando da I Conferência Nacional de Educação Financeira, a 27 de Setembro de 2011, a sua primeira proposta curricular para a inclusão da educação financeira na disciplina de Educação para a Cidadania, para os ensinos Básico e Secundário, onde algumas das áreas nucleares abrangem questões relacionadas com o trabalho, consumo, gestão das finanças, desenvolvimento sustentável, entre outras.

¹³ Disponível em http://www.mceecdya.edu.au/verve/resources/Financial_Literacy_Framework_revised2009.pdf

2.2.4 A AVALIAÇÃO DA LITERACIA FINANCEIRA EM PORTUGAL – OS CONTRIBUTOS DO RELATÓRIO DO INQUÉRITO DO BANCO DE PORTUGAL

Em 2010, o Banco de Portugal conduziu o *Inquérito à Literacia Financeira*, através do qual procurou analisar as atitudes e os comportamentos financeiros da população portuguesa e apurar o seu nível de conhecimentos nesta área. A investigação permitiu igualmente reconhecer os grupos populacionais e os temas com maiores lacunas ao nível da literacia financeira. Entre outros aspetos, o inquérito indagou sobre a frequência e forma de controlo da conta bancária por parte do cidadão, as decisões de constituição de poupança, os critérios de escolha de empréstimos ou de aplicações de poupança, a importância atribuída ao planeamento do orçamento familiar e a motivação para o recurso ao crédito. Assim, o inquérito dividia-se nas áreas temáticas: inclusão financeira, gestão de conta bancária, planeamento de despesas e poupança, escolha de produtos bancários, escolha e conhecimento de fontes de informação e compreensão financeira.

Os resultados do Inquérito são diversos e sugerem diferentes conclusões. O presente estudo fará apenas indicação dos resultados relevantes para os objectivos do mesmo.

Relativamente à temática «Hábitos de gestão / poupança», a generalidade da população revelou uma atitude positiva perante a importância de planear as despesas, quando questionada sobre qual deve ser a sua atuação na gestão do orçamento familiar. Uma percentagem muito significativa dos indivíduos (89 %) considera “importante” ou “muito importante” planear o orçamento familiar. Contudo, desta mesma população, 8 % não realizam esta tarefa e outros 9 % apenas o fazem de forma não periódica. Assim, apesar da esmagadora maioria defender a relevância do planeamento do orçamento familiar, esta não se traduz necessariamente na sua realização regular. Resta-nos, ainda, 11% da população que consideram este planeamento “pouco importante” ou “nada importante”.

Verifica-se, ainda, que cerca de 48 % dos entrevistados afirmam não fazer poupança. Da população que faz poupança cerca de metade (56%) o faz com regularidade e apenas um quinto revela poupar com recurso a uma conta a prazo ou a outra aplicação financeira a médio ou longo prazo. Os motivos para a poupança são maioritariamente determinados pela necessidade de fazer face a despesas imprevistas (58 %). Contudo, a motivação para a satisfação de objectivos imediatos (como, por exemplo, para férias e viagens) atrai mais pessoas para a poupança do que para as precauções para o momento da reforma (6%), revelando, assim, o escasso número de pessoas que poupa a médio e a longo prazos. Desta forma, a importância atribuída à gestão do orçamento familiar não se reflete numa actuação generalizada de constituição de poupanças, salientando-se uma vez mais a discrepância entre as atitudes tidas como corretas e os comportamentos tomados. Por outro lado, pode igualmente constituir um problema os inquiridos que não acreditam que haja uma ligação entre a gestão do planeamento familiar e a realização de poupanças.

Quanto às atitudes perante o consumo, o Inquérito teve como objectivo avaliar a apetência para o consumo e a forma como se pondera previamente uma compra. O estudo revelou que 14 % dos inquiridos confessa recorrer “às vezes” ao crédito, enquanto 21% reconhece que «às vezes» compra de forma compulsiva.

Os resultados na temática «Compreensão financeira» apresentaram deficiências de literacia financeira relacionadas com vários conceitos importantes para tomar decisões financeiras. Em sete questões sobre conhecimentos financeiros, as que suscitaram mais dúvidas ou respostas incorretas foram aquelas que se prendiam com o significado de «Euribor» e «Spread», ou relacionadas com a «Avaliação do grau de risco de depósitos a prazo» e a «Relação entre a taxa de inflação e a taxa de juro». O número de respostas incorretas ao questionário (em vez da alternativa “não sabe”) poderá indicar que os inquiridos sobreavaliam os seus próprios conhecimentos financeiros (p. 71). Confirma-se, assim, a importância estratégica que deve ser atribuída à informação e formação financeiras para a alteração de comportamentos.

Para além dos inquiridos apresentarem dificuldades na compreensão de alguns assuntos financeiros, não consultam com frequência informações relevantes para a gestão do seu orçamento doméstico. À questão «Que tipo de informação acompanha regularmente», metade dos inquiridos respondeu negativamente ao item «notícias gerais sobre economia», 68 % respondeu negativamente ao item «evolução das taxas de juro» e a grande maioria (82 %) respondeu negativamente à opção «legislação e regulamentação sobre produtos bancários».

Relativamente aos «Critérios de seleção», os resultados do Inquérito revelam uma grande confiança dos clientes no aconselhamento dado pelas instituições de crédito. Indicam ainda que a maioria dos indivíduos (83 %) analisa a informação pré-contratual que lhes é disponibilizada pelas instituições. Contudo, apenas 8 % da população usa a informação disponibilizada para comparar a rentabilidade das alternativas existentes. Declara, ainda, que 34 % dos inquiridos não sabem o valor das taxas de juro das suas aplicações e 35% desconhece o valor das taxas de juro associadas aos seus empréstimos. Estas conclusões reforçam a tendência para um comportamento passivo por parte dos consumidores, que confiam na relação com as instituições financeiras e na informação que, de facto, sabem interpretar para a tomada de decisões financeiras.

Neste sentido, é ainda importante ressaltar o papel que os familiares e amigos assumem, para os portugueses inquiridos, na transmissão de informação e orientações em assuntos financeiros. Questionados sobre a principal razão por que escolheram o banco em que têm conta, cerca de 35% dos entrevistados mencionam a «recomendação de familiar ou amigo» e a escolha dos produtos bancários é feita em 25 % dos casos após «consulta e aconselhamento de amigos e familiares».

O estudo revelou, ainda, assimetrias nos níveis de literacia financeira dos diferentes grupos populacionais. A população mais idosa e a que tem níveis reduzidos de escolaridade revelaram níveis

de literacia financeira muito baixos. Os mais jovens e os desempregados apresentaram também níveis de literacia financeira abaixo da média dos inquiridos, o que confirma a importância destes grupos como alvo nas ações de formação financeira. Verifica-se que o nível de literacia financeira, tanto na componente relativa aos conhecimentos como à dos comportamentos financeiros, está diretamente relacionado com a escolaridade e com o escalão de rendimento dos inquiridos (p. 23). Os indivíduos que indicam não possuir conta bancária – que se encontram, por isso, excluídos do sistema bancário – apresentam também reduzidos níveis de literacia financeira. Um nível baixo de literacia financeira é também, em geral, uma característica das pessoas que revelam uma atitude negativa relativamente à importância que atribuem ao planeamento do orçamento familiar.

À semelhança das investigações conduzidas em países como os E.U.A, Inglaterra, Austrália ou Irlanda, este inquérito deixou transparecer alguns dos défices mais significativos ao nível da compreensão financeira da população portuguesa. Concluiu-se, nomeadamente, a prioridade de ações para sensibilização para a poupança, como forma de acumulação da riqueza necessária à satisfação de objectivos de longo prazo; para a correta análise e interpretação das diferentes aplicações financeiras; para a avaliação dos encargos dos empréstimos; e para a comparação e avaliação prévias dos produtos e serviços bancários.

2.3 A JUVENTUDE

2.3.1 JUVENTUDE ENQUANTO CATEGORIA SOCIOLÓGICA INTERMITENTE

Quase metade da população que vive nos países chamados subdesenvolvidos é composta por crianças e jovens. Mais de metade da população jovem mundial sobrevive com menos de um euro por dia. As condicionantes atuais e futuras dos jovens – nomeadamente a pobreza, a exclusão social e educativa e a sua marginalização política – tornam difícil o seu crescimento enquanto vozes e líderes de um futuro próximo. A redução das suas vulnerabilidades e riscos começa, para diversos autores, no envolvimento da juventude no processo da democracia, do desenvolvimento e da cidadania.

O período a que designamos «juventude» tem sido perspectivado ao longo da nossa História como trans-histórico, trans-cultural e universal, à semelhança do conceito de infância (Abebe e Kjærholt, 2011). O *World Plan of Action for Youth*, de 1995, adotado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, designou, laconicamente, a juventude como «o período compreendido entre os quinze e os vinte e quatro anos de idade» (Hansen cit. por Abebe e Kjærholt, 2011: 10). Esta definição está, contudo, longe de ser unânime na literatura.

Para diversos autores, a idade cronológica ou biológica não pode constituir um critério universal para definir a infância ou juventude (Ansell, Van Blerk, Hajdu, e Robson, in press; cit. por Abebe e Kjærholt, 2011). A classificação etária, apesar de constituir um referente biológico e normativo, não reproduz

uma realidade social e culturalmente construída, onde se refletem necessariamente diversos modos de pensar, crenças, símbolos ou valores, associados ao contexto, classe social, cultura, etnia, género, religião ou (in) capacidades pessoais¹⁴ (Durham; Christensen *et al.*; Utas; Hansen *et al.*; cit. por Abebe e Kjærholt, 2011). É, pois, importante ir para além da análise etária e focar-se igualmente nas experiências transacionais da juventude, ancoradas em realidades localizadas. Se é verdade que dimensões como o emprego, o casamento ou a independência residencial podem caracterizar a fase adulta, também é verdade que muitos jovens têm essas responsabilidades bem antes dos vinte e quatro anos, independentemente do contexto onde vivam (Department for International Development, 2010). A juventude só pode ser, por isso, um grupo vasto e muito heterogéneo na sua composição.

Contudo, os jovens partilham denominadores comuns, que tem caracterizado a maioria das sociedades, tradicionais e modernas: o segregacionismo e a subordinação (Department for International Development, 2010).

Em muitas sociedades, a condição de se ser jovem é vincada por um funcionalismo social, onde o sentido de obrigação, direito e autoridade desempenham papéis fundamentais, e onde se desafia a subordinação e se valoriza o poder e a importância económica, como rituais necessários para a transição da fase da juventude para a fase adulta (Argenti, cit. por Abebe e Kjærholt, 2011).

Os jovens assumem, assim, um posicionamento ambíguo, com base em obrigações familiares e relações de reciprocidade, situando-se simbolicamente em relação aos mais velhos ou aos mais novos na hierarquia sócio-geracional da sociedade onde vivem (Aspen, cit. por Abebe e Kjærholt, 2011). A juventude é, pois, encarada nestas sociedades como um pré-requisito para a vida adulta futura.

Na perspetiva ocidental, o conceito é também determinado por uma transitoriedade inerente entre a infância e a idade adulta, entre o estado de «tornar-se» e o estado de «ser», atribuindo aos jovens, neste período de transição, um défice de competências e um estatuto de inadaptabilidade (Wyn e White, cit. por Abebe e Kjærholt). Neste sentido, a juventude é fortemente marcada por uma permanente dicotomia conflituosa: maturidade – imaturidade; independência – dependência; responsabilidade – inimputabilidade; afirmação – subordinação.

Sibley (cit. por Abebe e Kjærholt, 2011) sugeriu que este sentimento de alienação dos jovens, que não se sentem mais crianças mas não são ainda reconhecidos enquanto adultos, pode provocar uma situação de «limbo identitário». Abebe (cit. por Abebe e Kjærholt, 2011) acrescentou que essa subjetividade identitária acaba por afetar a distribuição de recursos e a atribuição de direitos, papéis e responsabilidades aos jovens, no seio das famílias e comunidade.

¹⁴ “ (...) Não se vê como possam englobar-se numa mesma geração — e, por conseguinte, *num mesmo grupo*— indivíduos que, apesar de coetâneos e portadores do sentimento comum de se encontrarem em presença de outras gerações na sociedade, se identificam a si mesmos como pertencendo, por exemplo, a classes sociais, grupos ideológicos ou grupos profissionais *diferentes*» (Nunes, cit. por Pais, 1990:91).

Há, ainda, transversalmente ao aspeto cultural, vários elementos, como a dependência económica, o não exercício de voto, a fraca representação dos jovens nos media, nos pólos de decisão e nos modelos de governança, e o escasso associativismo, que contribuem para o reconhecimento da juventude enquanto condição sociológica «intermitente».

Estas reflexões levam à conclusão que a construção sociológica da juventude tem um impacto muito significativo na forma como os jovens se revêem a eles próprios enquanto seres cívicos, com responsabilidades e direitos de cidadania. Algumas das considerações apresentadas sugeriram o comprometimento da mobilização, envolvimento e proactividade dos jovens no seio familiar, escolar, comunitário ou político, ajudando a explicar, por outro lado, a problemática da sub-representação dos jovens nas mais diversas esferas de decisão.

2.3.2 O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE

“Devemos cumprir as nossas obrigações para com a juventude. O Programa de Ação Mundial para a Juventude requer que os governos dos Estados-Membros considerem os contributos dos jovens em todas as políticas e intervenções que as afetam. Os governos devem honrar este compromisso. Devem igualmente aumentar o apoio técnico, educativo e financeiro disponível aos jovens. Está na altura de deixarmos de perspetivar os jovens enquanto parte do problema e começar a cultivar o seu potencial”.

Ban Ki-moon, UN Secretary General, International Youth Day 2007

A participação comunitária foi definida por Zimmerman e Rappaport (cit. por Florin & Wandersman, 1990) como o envolvimento numa qualquer actividade organizada, na qual os indivíduos participam, sem qualquer remuneração, a fim de atingir objectivos comuns.

Para Dalton (2001), a participação comunitária deve envolver, obrigatoriamente, o contributo dos cidadãos nas decisões que trazem impacto à mudança social, como por exemplo, “a intervenção na melhoria da qualidade de vida dos seus bairros, nas questões ambientais, de segurança ou na prevenção da violência interpessoal” (Dalton cit. por Ornelas, 2000: 6). São estes fenómenos localizados, aliados a um sentimento generalizado de impotência face aos poderes locais, que aproximam as pessoas, e as tornam, nessa lógica, protagonistas na procura da resolução dos seus problemas.

A emergência da participação comunitária advém, pois, de preocupações concretas dos indivíduos face a determinados fenómenos, que se aliam à incapacidade dos mesmos para produzir mudanças. Este requisito é essencial para diferenciar a participação comunitária de outras iniciativas comunitárias – os factores envolvimento e poder não são cedidos, mas sim reivindicados por aqueles que à partida são excluídos das arenas de decisão (Rappaport, 1992).

Dalton *et al.* (cit. por Ornelas, 2002) reforçou a distinção fundamental entre a participação e o serviço comunitário pontual – enquanto o segundo é determinado pela intenção de suporte ou ajuda entre membros de um determinado grupo e pela oferta voluntária de tempo ou recursos, o conceito de participação pressupõe um processo ativo no qual os indivíduos tomam parte das decisões nas instituições, programas e contextos que os afectam (Heller *et al.*, 2002).

Desta forma, a qualidade da participação não é tão ditada pelo número de pessoas que se mobilizam, pela frequência com que intervêm ou pela duração do seu envolvimento, mas na efetiva obtenção de resultados com impacto na mudança comunitária, no uso efetivo dos cidadãos enquanto capital humano e atores sociais. (*Youth Participation in Decision Making*, 2003).

Alguns dos requisitos para a promoção da participação comunitária são, então:

- A ligação social (Ornelas, 2002);
- A confiança interpessoal; (Ornelas, 2002);
- O sentimento de comunidade e de pertença (Dalton *et al.* (2001);
- A tónica nas capacidades da comunidade local no seu processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida (Amaro, 2004);
- Mobilização de recursos humanos e comunitários;
- O controlo da tomada de decisões pela comunidade.

A participação comunitária enquanto metodologia de intervenção para o desenvolvimento assume-se como detentora de variados benefícios individuais e colectivos. Por exemplo, para Wandersman (cit. por Butterfoss *et al.*, 1993), a participação surge como um mecanismo para aumentar sentimentos de controlo sob o contexto; ajudar a desenvolver um programa, plano ou contexto que melhor se adequa às necessidades e valores de uma dada comunidade; aumentar o sentimento de dever cívico e de responsabilidade; e diminuir sentimentos de alienação e anonimato.

Contudo, muitos são os jovens que sentem que as suas opiniões não contam, que não influenciam as decisões ou as políticas e que a democracia não funciona para os mesmos (*Youth Participation in Decision Making*, 2003). Apesar de hoje uma em cada cinco pessoas no mundo ter idade compreendida entre os quinze e os vinte e quatro anos (Organização Nações Unidas, cit. por Abebe e Kjørholt, 2011), e da juventude representar o futuro das nações, estes intervenientes importantes raramente integram núcleos de decisão política e estratégias para o desenvolvimento.

De facto, apesar da retórica crescente no sentido de se dar uma voz ativa aos jovens no seu papel pela mudança social positiva, pouca importância se dá às suas opiniões, pontos de vista e experiências. Na verdade, a literatura tem apenas estudado a juventude na sua relação com os problemas que lhe são associados, como o risco da promiscuidade sexual, a gravidez precoce, o uso e abuso de substâncias psicoactivas, a violência (Welti; Ansell; Butler, cit. por Abebe e Kjørholt, 2011) ou o envolvimento no conflito armado (Utas, cit. por Abebe e Kjørholt, 2011).

Não se têm envidado esforços para ir além do mero reconhecimento das necessidades dos jovens, permanecendo um desafio a contemplação e a difusão das preocupações e visões da juventude sobre as diferentes temáticas que afectam o desenvolvimento dos diversos países (Frank; Chawla et al.; cit. por Abebe e Kjørholt, 2011) e o reconhecimento dos mesmos enquanto atores da mudança social.

É, então, necessária uma alteração de paradigma no trabalho com os jovens, permitindo que desempenhem papéis ativos na promoção dos seus próprios interesses e direitos, e aprendendo a valorizá-los enquanto mais-valias, parceiros e líderes do desenvolvimento, para que as medidas e políticas de desenvolvimento sejam, de facto, reflexo dessa participação. Isto obriga, naturalmente, à reformulação das atitudes tradicionais da relação jovem / adulto em todas as esferas da vida.

A demanda pela participação da juventude, reconhecimento, e exercício da sua cidadania bem como a reivindicação pelos seus direitos cívicos e políticos é muito recente.

O «*World Programme of Action for Youth to the Year 2000 and Beyond*» reconheceu, em 1995, a importância da participação cívica dos jovens nas tomadas de decisão que afetam as sociedades como um dos grandes objectivos a alcançar, argumentando, entre outras, a urgência na promoção e encorajamento ao associativismo juvenil e sua assistência técnica e financeira. Um catalisador anterior para a mudança de atitudes face à juventude fora a *Convenção sobre os Direitos da Criança*, em 1989. A mesma introduziu uma nova filosofia de reconhecimento da dignidade das crianças e jovens, apelando ao respeito pela sua expressão de ideias sobre questões que as afetam e pela sua participação na vida política enquanto direito democrático.

Mais recentemente, a Recomendação do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre a participação dos jovens e o futuro da sociedade civil, [Rec. (97)3], veio sublinhar “*o papel capital da participação das e dos jovens na construção da sociedade civil (...) enquanto recurso para a permanente renovação da sociedade democrática*” (cit. por Romão, 2005:2).

Em 2005, a Declaração final da 2ª Cimeira Europeia da Juventude veio mais uma vez reforçar a participação dos jovens como:

“ (...) Um elemento fundamental de suporte ao funcionamento da democracia, reconhecendo para tal o direito dos mesmos a uma cidadania activa, tendo à disposição os direitos, meios, locais e o apoio para participar nas decisões, influenciá-las e para se envolverem em acções e actividades de forma a contribuir para a construção de uma sociedade melhor”. (Romão, 2005:5).

Contudo, apesar de todas as recomendações e reptos mais recentes, não se têm atingido, a nível global, os objetivos traçados para o envolvimento efetivo dos mais jovens. Continuam a ser pouco claras as oportunidades que surgem no quotidiano dos jovens que possam contribuir para a redução

da sua marginalização cívica e política e para o seu engajamento na discussão, planeamento e implementação de iniciativas locais ou políticas nacionais.

O envolvimento cívico promove o bem-estar e o desenvolvimento dos jovens. É questionando, expressando e tomando em conta as suas ideias e opiniões que as competências dos jovens são estimuladas e construídas e que desenvolvem confiança e um espírito crítico (*Youth Participation in Decision Making*, 2003).

2.3.3 A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS EM PORTUGAL

O cenário português segue o padrão do continente europeu como uma sondagem do Instituto Português da Juventude, de 2005, adiantou: "*Uma esmagadora maioria (86,4%) dos jovens não tem qualquer participação em grupos cívicos, sociais ou políticos*" (Silva (2005).

No estudo «*Associativismo Juvenil e Cidadania Política*», o Observatório Permanente da Juventude concluiu que esta abstinência cívica é um traço característico de Portugal enquanto fenómeno transgeracional "que *não se restringe à acção política, mas estende-se por todo o espectro da acção social, desde o voluntariado cívico e humanitário até à acção organizada com objectivos determinados nas esferas económica e política*" (Romão, 2005:4).

Entre outras conclusões, no estudo, ficou determinado que: a maioria dos inquiridos «não tem tempo livre» ou «não tem interesse» para participar em actividades associativas; a percentagem de inquiridos envolvidos em trabalho voluntário nos últimos três anos foi de 14,1 %; e a taxa da abstenção eleitoral significativa foi justificada pela "desvalorização do voto" por parte dos inquiridos e pela "falta de interesse na política em geral e por este acto cívico em particular" (Silva, 2005: 59).

O estudo atribuiu, ainda, uma interessante relação entre o não envolvimento partidário e eleitoral e os " (...) métodos de marketing (dos partidos políticos) cada vez mais centralizados, orientados sobretudo para (...) as faixas etárias mais velhas, pelo que os votantes mais jovens podem não se reconhecer suficientemente nos seus discursos e nas suas intenções políticas" (Silva, 2005:53).

Estes resultados suscitam algumas interrogações. Por que razão a oferta associativa não estimula o entusiasmo ou o interesse nos jovens inquiridos? Tratar-se-á de um desencontro entre as actividades que procuram e a oferta no espaço onde residem ou a tradição associativa dos jovens não tem expressão em Portugal? Qual é o papel da família e da escola na promoção da participação dos jovens nas estruturas e nas actividades da sociedade civil e na tomada de decisão pública e política?

Romão (2005) atribuiu os baixos níveis de participação política e pública dos jovens aos agentes e meios de socialização dos mesmos (família, escola, *media*, outros), e o facto de veicularem modelos que tradicionalmente contrariam a sua participação (justificação referida atrás pelo autor Abebe). Considera-se, pois, que esta tendência deve ser alterada e deve nestes haver lugar para o

desenvolvimento de competências para o exercício de uma cidadania democrática, para a autonomia, liberdade de escolha e tomadas de decisão.

Estas considerações são importantes na medida em que queremos enquadrar a participação dos jovens de uma forma mais lacta e que percebemos que os jovens, de uma forma geral, não estão comprometidos para as questões relacionadas com a cidadania participativa.

2.4 A JUVENTUDE E A DINÂMICA FINANACEIRA FAMILIAR

2.4.1 OS JOVENS E A SUA INFLUÊNCIA NO CONSUMO DOMÉSTICO

Para Schmidt (1990), o contexto socioeconómico actual, que combina o aumento do desemprego juvenil e o prolongamento dos anos de escolarização obrigatória, veio tornar mais complexo o estatuto da juventude e a sua função na dinâmica familiar. Para a autora, a tendência para o aumento da estadia dos jovens na casa dos pais e a alteração dos padrões de consumo das últimas décadas determinou a influência significativa destes enquanto decisores na economia doméstica.

De facto, apesar da dependência material e residencial dos jovens, na maioria dos estudos que incidem sobre os processos de decisão das famílias face ao consumo, os mesmos são apontados como participantes ativos nas decisões de compra na unidade de consumo familiar, estando o nível de influência exercido positivamente associado à sua idade (Baía, 2008).

Nesta área da investigação, duas teorias têm captado maior atenção:

- Por um lado, a *Influência Relativa do Adolescente*, que considera que os adolescentes contribuem para as decisões de compra familiares como resultado da relação entre os adolescentes e os pais (Shoham e Dalakas; Mangleburg; Beatty e Talpade; Foxman *et al*; Foxman e Tansuhaj; Darley e Lim; Belch *et al.*, cit. por Baía, 2008), principalmente nos produtos que estão destinados ao seu consumo e às atividades da família (Swinyard e Sim, cit. por Baía, 2008);
- E a teoria da *Socialização de Consumo*¹⁵ do Adolescente, que segue a abordagem do desenvolvimento cognitivo (Moschis; Moschis e Moore; Moschis e Churchill; Moore e Stephens, cit. por Baía, 2008) e da aprendizagem social (Mangleburg *et al.*; Foxman *et al.*; Ekstrom *et al.*; Moschis e Mitchell; Moschis; cit. por Baía, 2008) para defender que a interação dos jovens com os seus agentes de socialização promove a aquisição de competências e comportamentos de consumo. Esta abordagem sugere, ainda, que enquanto espaço de relações e de identificação afetiva e moral, o núcleo familiar constitui o agente

¹⁵ O termo «socialização de consumo» refere-se ao processo pelo qual a pessoa desenvolve competências, conhecimentos e atitudes relacionadas com o consumo (Ward, cit. por Pizutti e Heyde, 2011).

primário de socialização para a formação de comportamento racional de consumo (Moschis e Churchill, cit. por Pizutti e Heyde, 2011).

Contudo, apesar dos pais serem os principais disseminadores de informação económica nos filhos, também é verdade que os últimos também transmitem conhecimento e competências de consumo aos pais, em determinadas situações de compra em que têm maior conhecimento do produto (Baía, 2008).

Estas considerações permitem concluir, por um lado, que os jovens são influenciados e influenciam as decisões de consumo no seio da família (no segundo caso, principalmente no processo de reconhecimento e valorização dos pais pelos conhecimentos, preferências e necessidades dos seus filhos) e admitir, conseqüentemente, o peso significativo dos jovens na gestão dos gastos do orçamento familiar.

Segundo Lusardi, Mitchell e Curto (2008), os pais contribuem igualmente para a formação de conhecimentos financeiros e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de comportamentos associados à gestão do dinheiro¹⁶, tendendo os mesmos a ser transmitidos e reproduzidos de pais para filhos. Assim sendo, enquanto facilitadores e responsáveis pela socialização económica dos jovens, deverão os pais tomar um papel mais ativo na inclusão financeira dos seus filhos, preparando-os para as questões económicas e monetárias?

O estudo «*Inquérito sobre os comportamentos e os valores económicos dos jovens*», no qual participaram 493 estudantes universitários, maioritariamente compreendidos entre os 19 e os 22 anos, promovido pelo Observatório do Endividamento dos Consumidores, reforçou a importância dos pais na socialização económica dos jovens, quer na aprendizagem de comportamentos, quer na aprendizagem de conhecimentos, sublinhando, contudo, o fraco nível de debate no seio familiar, durante a infância e adolescência, ao nível de questões importantes de educação financeira, tais como «causas da impossibilidade de pagamento das dívidas ao crédito», «juros a suportar quando se contrai um empréstimo» ou «o que é um cartão de débito».

Os resultados do estudo sugerem que há um caminho importante a percorrer na área da educação financeira no seio familiar, podendo esta ferramenta permitir aos filhos desempenhar um papel mais ativo e de maior responsabilidade na gestão da economia doméstica.

2.4.2 A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA GESTÃO DO ORÇAMENTO FAMILIAR

O estudo a que se faz referência em seguida retrata a análise dos comportamentos de algumas famílias face à sua situação de restrição financeira. Escolheu-se aqui relatar apenas as observações que estão diretamente relacionadas com as questões de investigação deste trabalho.

¹⁶ Argumento já defendido por Moore, em 2003.

O estudo de Frade *et al.* (2003), intitulado *Desemprego e sobreendividamento dos Consumidores: Contornos de uma 'ligação perigosa*, recorreu a dois grupos distintos de entrevistados (desempregados fabris e sobre-endividados da DECO) para conduzir a sua investigação.

O grupo dos recentes desempregados fabris apresentava ao longo da vida laboral, e até à data do desemprego, rendimentos tradicionalmente baixos (entre os 350 – 700 euros, consoante a função) e baixos níveis de escolaridade.

O grupo dos sobre-endividados era heterogéneo em termos de profissões (bancários, empresários, engenheiros, operários fabris, serventes de pedreiro, etc.), apresentando maioritariamente o Ensino Secundário (26, 2 %) e o 3º Ciclo do Ensino Básico (25, 2 %) como habilitações literárias médias. O rendimento mensal líquido situava-se predominantemente no escalão dos 501 a 1000 euros, sendo o salário a principal fonte de rendimento.

O estudo revelou “um controlo estratégico dos consumos presentes e futuros (...) a adoção de *hábitos de consumo bastante regrados e pouco diversificados* e a concretização de uma *poupança sistemática*” por parte do grupo dos desempregados fabris. (Frade, s.a., p. 47). Ficou, também, explícito que esses hábitos tendiam a ser replicados através dos valores das famílias de origem, também elas detentoras de rendimentos reduzidos, e transmitidos aos filhos. Assim, face a situações de debilidade financeira, este grupo apresenta ferramentas de resiliência que resultam em estratégias de contenção, como por exemplo, o evitamento das grandes superfícies comerciais e a preferência pela época dos saldos:

“Na roupa era tudo muito organizado. Em Janeiro sabíamos dos saldos e a gente aproveitava (...)” (Entrevista 13, Empresa A).

Os discursos de vários entrevistados revelaram uma valorização bastante negativa do crédito, em linha com a educação que receberam. Assim, “a restrição financeira, o contexto sociocultural e um sistema de valores conservador propiciaram uma forte disciplina financeira” (p. 48), como fica claro nos testemunhos recolhidos:

“Eu tenho por norma fazer planos de compras. Por acaso já tinha esse hábito, talvez porque quando era nova a minha mãe dava-me algum dinheiro e dizia assim: ‘Tens aqui tanto, só podes comprar até este dinheiro’. Talvez por isso tenha esse hábito até hoje”. (Entrevista 8, Empresa A)

“Eu não ganhava muito e ele também não. Nunca fomos pessoas de viver às largas, a gente vivia com aquilo que tinha. Nessa altura já nos fartávamos de esticar”. (Entrevista 25, Empresa A).

“Nós sempre fizemos restrições e poupámos sempre”. (Entrevista 42, Empresa B).

Quanto às práticas da poupança também se assiste ao esforço da transmissão da experiência aos filhos, atestando esta tradição o carácter potencialmente «reprodutivo» deste tipo de valores:

“Eu fui sempre uma pessoa que quando gasto 20, tenho que ter 10 guardados. Fui criada para ser assim e procuro ensinar os meus filhos a fazerem isso também” (Entrevista 13, Empresa A).

“O ano passado fui a um casamento de um filho com um vestido que me custou 5 euros. Já a minha filha também é assim”. (Entrevista 34, Empresa B).

A experiência de aprendizagem sobre como lidar com os momentos de crise financeira e laboral, no grupo dos recém-desempregados, alargou-se a todo o agregado familiar, na medida em que existe uma tradição de partilha nas dificuldades financeiras. Contrariamente ao que sucede no grupo de inquiridos da DECO, a maioria dos pais do grupo de desempregados colocou os filhos a par das restrições financeiras por que estão a passar, conseguindo por essa via, co-responsabilizá-los na condução das estratégias de contenção (p. 91). A adoção de uma disciplina mais rígida dos gastos e a recusa em comprar alguns bens considerados dispensáveis são algumas estratégias mencionadas.

É igualmente importante sublinhar que nesse mesmo grupo vários inquiridos manifestaram a compreensão demonstrada pelos filhos, independentemente das respectivas faixas etárias, perante a deterioração das condições financeiras familiares. Um ou outro dos inquiridos referiu mesmo que os filhos se disponibilizaram para deixar de estudar ou então procuraram um trabalho a tempo parcial para ajudar nas despesas. Quase todos os filhos parecem ter aceite a perda de alguns dos benefícios imposta pelas dificuldades dos pais. É o caso da redução das atividades de lazer, das roupas de marca e da prática desportiva (p. 92):

“Olhe, sabe o que é que eu considero mais importante? É a compreensão de todos aqui em casa porque, se realmente, eu tivesse umas filhas como há muitas que eu conheço, que exigem e tem que ser e tem que ser e tem que ser, eu não tinha dinheiro para poder enfrentar as coisas como devia ser. Mas elas compreendem” (Entrevista 33, Empresa B)

“Ela dizia-me assim: ‘Oh mãe isto há-de passar, a gente há-de superar isto tudo!’ Compreendeu sempre a situação, não é como alguns que é eu quero, quero, quero, tens que me dar”. (Entrevista 39, Empresa B)

“Eu acho que se não fosse o meu filho tinha entrado mesmo no buraco” (Entrevista 14, Empresa A)

“A minha filha acumulou o trabalho na escola com o salão de cabeleireiro (...)” (Entrevista 24, Empresa A).

O grupo da DECO apresentou um perfil muito distinto. Os padrões de consumo antes da situação de sobreendividamento eram mais multifacetados que o do grupo anterior, tanto de primeira necessidade como de segunda necessidade (onde predominam as atividades de ATL, férias, refeições fora e viagens). Contudo, apesar de se assistir a um ajustar das despesas de consumo, este grupo concentrou as suas estratégias sobretudo na preservação do bem-estar dos filhos, sendo a redução dos gastos com os filhos menor do que a observada no grupo dos desempregados fabris:

“Os nossos filhos (...) peço desculpa à entidade a quem estou a dever o dinheiro mas ... prioridades na nossa casa são eles” (Entrevista 57).

“Eu fisicamente fui-me um bocadinho abaixo até porque não posso comer assim bem como eu como (...) Como disse há pouco eu prefiro que me falte a minha do que à minha família, porque já sou crescido” (Entrevista 48).

Assim, apesar da evidente situação financeira, os pais acabaram por procurar manter anteriores padrões de consumo, compelidos por um sentimento de culpa, vergonha e negação, que os leva a fazerem sacrifícios, por vezes consideráveis pelos filhos. Esta situação aplica-se a atividades culturais, desportivas e de lazer (p. 183):

“Não durmo...como hei-de dizer, tenho um peso na consciência em relação aos meus filhos. Não sei como vão lidar com isto mais tarde (...) Não sabem nem tão pouco quero que saibam [das dificuldades financeiras] (...) Vou ter que inventar uma história” (Entrevista 47)

“A *playstation* para o miúdo foi comprada a crédito já depois da situação de desemprego. O miúdo merecia (...)” (Entrevista 48).

“As minhas filhas são um bocado exigentes, elas com as marcas, com os MP3, com o computador, com a internet, com os jantares fora com os amigos...Elas mantêm esse nível, sendo a minha mulher a suportar esse custo” (Entrevista 51).

O estudo sugeriu, ainda, que esta culpa decorre de um sentimento de fracasso perante a incapacidade de manter estilos de vida estáveis. Assim, os sobre-endividados da DECO, ao contrário do primeiro grupo analisado, tentam alhear os filhos das dificuldades financeiras por que estão a passar.

Deste modo há toda uma aprendizagem financeira aos contextos de crise que acaba por escapar à generalidade dos filhos deste grupo. Poder-se-á dizer, em abstrato, que estes terão previsivelmente menor capacidade para lidar no futuro com eventuais problemas deste tipo (p. 190).

Este estudo revelou, então, alguns contornos cruciais no estudo da participação dos jovens no orçamento familiar. No caso do primeiro grupo, que se caracteriza por disporem de limitados recursos financeiros, o hábito da poupança foi assumido e operacionalizado com facilidade na gestão do orçamento familiar, assim como sempre que necessário, os reajustamentos ao consumo (como se fez notar no caso dos recém-desempregados). Desta forma, pode-se concluir que, até certo ponto, a convivência com alguma restrição financeira também permite a aprendizagem transgeracional de diversas estratégias, nomeadamente, a definição de prioridades de consumo.

Neste estudo detetou-se claramente a relação positiva da inclusão dos filhos na realidade financeira e a melhoria da situação familiar, seja pelo apoio psicológico cedido, seja através do apoio financeiro que alguns jovens facultaram. O reconhecimento, por parte de algumas mães, da importância de serem transparentes com os filhos revelou-se crucial na capacidade de redução de gastos no

orçamento familiar. Neste sentido, a nível da educação financeira, os jovens foram aprendendo a gerir necessidades, fazendo parte ativa do equilíbrio das despesas mensais e absorvendo estratégias de resiliência, incorporando os valores financeiros familiares já usados pelos progenitores.

O estudo deixou igualmente transparecer que, quer seja pela tentativa de manutenção de um determinado estilo de vida, ou pela definição de prioridades relativamente aos filhos, os pais sofrem, até um certo ponto, influência dos mais jovens na decisão de compra.

CAPÍTULO III – «ESTUDO DE CASO»

Após a conclusão do enquadramento teórico tem lugar a descrição das questões que nortearam a investigação, seguindo-se as opções metodológicas e a descrição das etapas e procedimentos.

3.1 INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

3.1.1. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Na prossecução dos objectivos 3) Perceber em que sentido os pais influenciam os jovens da A.I.G.A.S.T na gestão do orçamento individual ou doméstico, a nível de diálogos e comportamentos e 4) Entender a participação dos jovens da A.I.G.A.S.T na gestão do orçamento doméstico, delinearam-se as questões de investigação.

Primeiramente, tornou-se importante saber se, no ambiente familiar dos jovens da A.I.G.A.S.T, havia a tradição de se discutirem estratégias de gestão do dinheiro, dicas de poupança ou outros valores que permitissem formar os jovens enquanto futuros agentes económicos ativos.

Assim, a primeira questão de investigação foi:

Questão (1): Houve a tendência para o diálogo no seio familiar que fomentasse a aprendizagem de atitudes e comportamentos por parte dos jovens da A.I.G.A.S.T para a eficaz gestão do orçamento individual ou doméstico?

A segunda questão de investigação prendeu-se com as atitudes perante o consumo e os comportamentos de poupança em casa. Interessava perceber se o contexto de restrição orçamental despertava a disciplina financeira de todos os membros da família ou se seria essa uma responsabilidade reservada aos adultos:

Questão (2): A restrição orçamental das famílias da A.I.G.A.S.T estimulou a criação de mecanismos de disciplina financeira nos seus filhos?

Finalmente, de acordo com os objectivos estabelecidos, colocava-se a questão de saber qual o nível de participação que os jovens desempenhavam na gestão do dinheiro das suas famílias. Serão consultados para decisões de consumo? Contribuirão financeiramente? Que outras responsabilidades assumirão?

Assim, a terceira questão foi:

Questão (3): De que formas participam os jovens da A.I.G.A.S.T na gestão do orçamento doméstico?

3.1.2 OPÇÕES METODOLÓGICAS

Para a realização deste trabalho optou-se por uma abordagem que combinasse metodologias qualitativas e quantitativas, a fim de se testar a fiabilidade e validade pretendidas para esta investigação. A consciência da complexidade dos fenómenos que se propunha estudar obrigou, por vezes, ao emprego de diversas técnicas de investigação e ao pluralismo metodológico, segundo uma metodologia já proposta por Santos (1989).

Escolheu-se, então, aprofundar determinados fenómenos específicos associados ao objecto de estudo – por um lado, as crenças, atitudes e comportamentos das famílias associadas da A.I.G.A.S.T face ao dinheiro, e por outro, as estratégias desenvolvidas pelos filhos face a uma condição de restrição financeira. Assim, o estudo de caso foi o método eleito, pois conta a história sobre um acontecimento único, especial ou de interesse – histórias que podem ser sobre indivíduos, organizações, programas ou instituições (Yin, 2003).

O estudo de caso foi também selecionado por interesse pessoal, já que a mestranda estava envolvida numa estratégia local de educação financeira desenvolvida pela A.I.G.A.S.T, onde imperava a realização de uma pesquisa exploratória inicial. É importante referir as limitações deste estudo de caso, cujos resultados dificilmente serão generalizáveis para outros contextos, sendo que nunca foi essa a intenção da investigação. Não obstante, esta investigação não deixa de apontar algumas orientações relevantes para os assuntos da educação financeira e participação dos jovens no orçamento doméstico, nomeadamente a questão da transgeracionalidade dos valores, crenças e atitudes face ao dinheiro e o peso dos jovens nas decisões de consumo.

3.1.3 ETAPAS E PROCEDIMENTOS

A diversificação metodológica implicou o uso de dois inquéritos por questionário. O primeiro questionário elaborado (*Caracterização do Agregado Familiar – Anexo A*) constituía um levantamento sobre as condições de vida dos inquiridos, sendo constituído por questões fechadas, algumas de resposta múltipla, e que incidiam, nomeadamente, nas *condições perante o trabalho, rendimento líquido total, setor de actividade, residência e inclusão financeira* das famílias. Foi aplicado individualmente, apenas aos representantes adultos¹⁷ de cada agregado familiar, por administração direta, em meados de agosto.

O segundo questionário, intitulado «Atitudes face ao dinheiro» (Anexo B), traduzido e adaptado de *Financial Literacy, Australians Understanding Money*, da Fundação para a Literacia Financeira (2007), foi aplicado no princípio do mês de setembro, individualmente, e por administração direta, ao grupo de pais e, posteriormente, ao grupo de filhos.

¹⁷ À exceção do ponto 6 relativo à *Inclusão financeira dos associados*, que foi aplicado a todos os inquiridos, jovens e adultos.

O instrumento foi constituído a partir de dez afirmações, pedindo-se aos pais e jovens para assinalar a resposta que mais se ajustava à sua opinião. A resposta era dada utilizando uma escala de Lickert de diferencial semântico (**concordo muito, concordo, indiferente, discordo**). Este questionário, que assumiu no estudo australiano o objectivo de avaliar a probabilidade dos cidadãos virem a exhibir comportamentos pobres ao nível de gestão financeira, revelou-se particularmente importante na medida em que permitiu entender as crenças, emoções e atitudes dos participantes perante o dinheiro, traçando um perfil dos inquiridos e tentando encontrar semelhanças nas atitudes entre pais e filhos, respondendo, assim, ao terceiro objetivo deste trabalho.

O recurso a estes questionários – “instrumentos de coleta de dados constituídos por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas na ausência do entrevistador e por escrito” (Marconi e Lakatos, 1999, p. 100) – teve como fim a recolha de dados concreta e a obtenção de respostas exactas do grupo estudado.

Em seguida, a partir da segunda semana de setembro, realizaram-se entrevistas com o objetivo de responder qualitativamente às três perguntas de investigação formuladas, relatando opiniões, atitudes e comportamentos em profundidade. As entrevistas, com recurso à gravação áudio, eram semi-estruturadas e foram aplicadas presencialmente e de forma individual, a pais e filhos. Cada uma teve uma duração aproximada de 12 minutos.

Para a realização destas entrevistas seguiu-se um guião orientador (Anexo C), cuja construção obedeceu aos objectivos de estudo, utilizando uma linguagem clara e distinta para jovens e adultos. A entrevistadora sentiu necessidade de improvisar, de maneira a permitir que o diálogo fluísse de forma não intimidante e descontraída. Houve pausas, distrações, conversas paralelas, por necessidade, pela natureza potencialmente inibidora das entrevistas, havendo um esforço por criar e reforçar um ambiente de proximidade e confiança.

Por fim, desenvolvemos a matriz de análise de conteúdo (Anexo D) por forma a permitir fazer uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objectivo a sua interpretação” (Berelson, cit. por Carmo e Ferreira, 1998, p. 251). O intuito desta análise de conteúdo é, pois, a busca pela objectividade.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO TERRITORIAL

A escolha recaiu no Vale da Amoreira por uma questão de proximidade da investigadora a esta freguesia (como já foi mencionado) e porque esta tem um perfil de risco ao nível de algumas características, que torna adequada a natureza deste estudo.

Muitas famílias do Vale da Amoreira vivem momentos especialmente difíceis. À associação de imigrantes guineenses e parceiros chegam alguns pedidos de ajuda face a situações de sobre-endividamento, e de emergências alimentares. Num momento em que o dinheiro escasseia, torna-se crucial realizar-se uma boa gestão dos recursos financeiros disponíveis.

A Freguesia do Vale da Amoreira pertence ao Concelho da Moita, que faz parte integrante da Grande Área Metropolitana de Lisboa. Tendo sido criada através da desanexação das freguesias da Baixa da Banheira e Alhos Vedros, em 1988, a sua população é calculada em cerca de 10 082 habitantes, segundo os dados provisórios do Censos de 2011 (que detetaram uma redução da população face aos 12 360, relativos ao ano de 2001).

O Vale começou por destinar-se a famílias carenciadas, onde se aplicavam rendas muito baixas. Mais tarde, em finais de 1975, ocorreu uma explosão demográfica principalmente caracterizada pelo afluxo de população retornada, assistindo-se a um forte crescimento da população e uma consequente ocupação dos espaços periféricos da metrópole.

A freguesia assume, assim, um carácter principalmente residencial, trabalhando a maioria nas zonas de Lisboa, Setúbal ou Barreiro.

No que respeita à origem da população residente no território, concluiu-se que a maioria é portuguesa (55%), apresentando contudo uma significativa heterogeneidade cultural. Uma percentagem significativa da população é oriunda de países africanos, nomeadamente de Cabo Verde (15%), Angola (10,3%), Guiné-Bissau (10%), São Tomé e Príncipe (3,4%) e Moçambique (2,9%) (Instituto da Droga e da Toxicodependência, 2009):

Nacionalidade da População da Freguesia do Vale da Amoreira (em %)

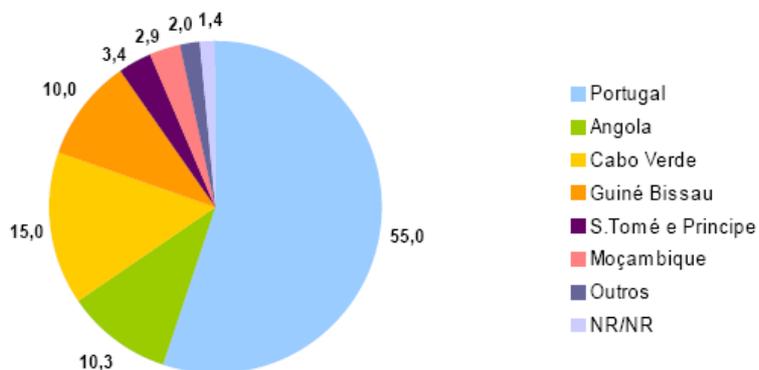


Figura 1.4.

Fonte: Diagnóstico da Junta de Freguesia do Vale da Amoreira

Por outro lado, a população residente na freguesia é maioritariamente jovem, tendo 61,69 % menos de 40 anos (IDT, 2009):

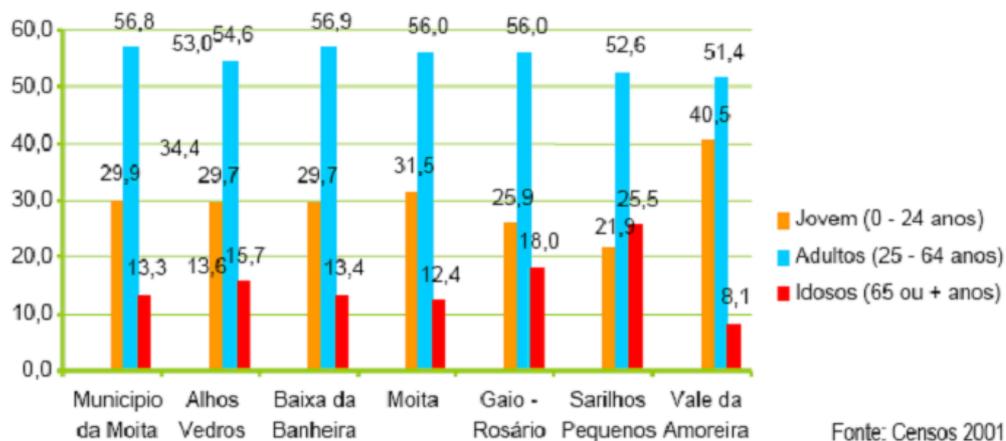


Figura 2.4. Classificação etária dos habitantes das freguesias da Moita
Fonte: Censos 2001

São, aliás, estas duas características atrás mencionadas, as grandes potencialidades do Vale da Amoreira.

De resto, o território caracteriza-se por ser um espaço com fraca qualidade habitacional. O seu crescimento metropolitano é caracterizado como desordenado e desqualificado em termos sociais e urbanísticos; há uma falta de equipamentos e atividades para os jovens e para as crianças; apresenta algumas carências ao nível de espaços públicos, acessibilidades e infra-estruturas de transportes (Diagnóstico Iniciativa Bairros, 2006).

Este quadro é ainda acompanhado de indicadores sociais reveladores de debilidades ao nível da instrução, da frequência do ensino, da formação e do emprego, bem como de fenómenos de exclusão social e insegurança e, particularmente, de uma quase ausência de vida pública e identidades locais.

O relatório de diagnóstico do IDT para o território, em 2009, apontou quatro grandes problemas que afetam a freguesia: privação económica e social extrema; delinquência Juvenil; consumo e tráfico de substâncias psicoactivas; famílias desestruturadas. Apontou, ainda, outras questões resultantes das dificuldades de convivência entre indivíduos / grupos de diferentes culturas.

O Concelho da Moita apresenta uma predominância para os valores do desemprego nos níveis de escolaridade do 1º e 2º ciclos, excedendo os valores da freguesia em 0,8% a média do concelho (Diagnóstico Social do Concelho da Moita, 2009). As faixas etárias mais afetadas são as que oscilam entre os vinte e cinco e os cinquenta e quatro anos (Diagnóstico IBC, 2006). Relativamente à escolaridade, salienta-se que aproximadamente um terço dos jovens com dezanove anos, e 36% dos jovens entre os vinte e cinco e os vinte e nove anos, frequenta ainda ou já abandonou a escola sem transpor o ensino básico.

A incapacidade das famílias quebrarem a pobreza estrutural e a reprodução social da situação de exclusão podem justificar os maiores níveis de dependência do apoio da ação social da Moita. Desde 2001, as pessoas beneficiárias de *Rendimento Social de Inserção* aumentaram de 28 para 322, no primeiro semestre de 2008 (IDT, 2009). O número de famílias beneficiárias de Banco Alimentar no território é extremamente significativo.

O incipiente mercado de trabalho local assenta sobretudo em formas de inserção profissional informal, nomeadamente no pequeno comércio local, e residualmente no setor terciário (IPSS e ONG's com intervenção na freguesia) (Diagnóstico IBC, 2006).

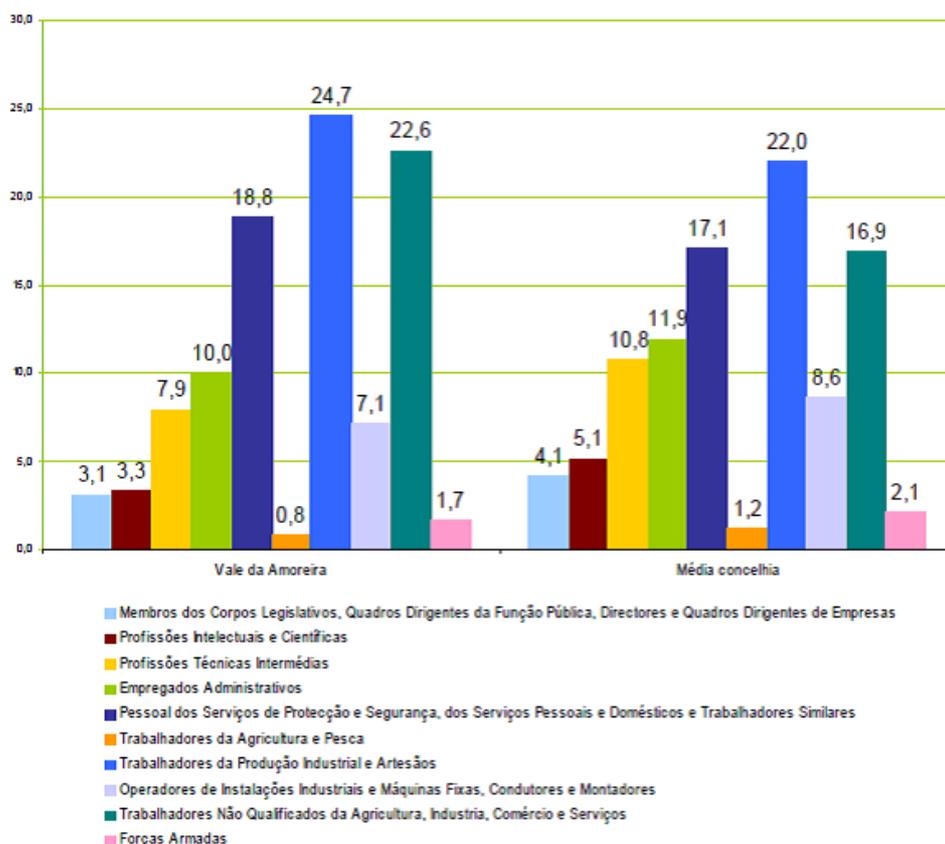


Figura 3.4. População empregada residente por grupos de profissões na freguesia do Vale da Amoreira

Fonte: Censos 2001

É, contudo, a distribuição da população ativa por grandes grupos de profissões a variável que se mostra mais reveladora das especificidades socioprofissionais da freguesia de Vale da Amoreira. O grupo 9, categoria residual onde são incluídos os trabalhadores desqualificados da indústria, comércio e serviços, apresenta na freguesia o valor percentual mais elevado do concelho (22,6%), um valor que contrasta vivamente com a média concelhia, que se situa nos 16,9%. Também os grupos 5 (pessoal dos serviços pessoais, domésticos e similares) e 7 (trabalhadores industriais) registam valores comparativamente elevados – 18,8% no primeiro caso (o valor mais elevado do

concelho, a par da freguesia da Baixa da Banheira), e 24,7% no segundo) (Diagnóstico Iniciativa Bairros, 2006).

Este perfil ocupacional dos habitantes da freguesia assenta num predomínio para trabalhos pouco qualificados, com baixas remunerações atribuídas (Diagnóstico IBC, 2009). Este fenómeno é particularmente assombroso uma vez que caracteriza a população activa mais jovem do concelho, logo contemporânea das últimas três décadas de universalização do acesso ao ensino e de elevação da escolaridade obrigatória (Diagnóstico IBC, 2009).

Há, portanto, uma tendência para os jovens integrarem percursos de profissionalização precoce ou para entrar em trajetos de marginalidade economicamente muito mais aliciantes. A entrada num projecto de profissionalização rápida pode prender-se com diferentes aspetos familiares particulares, salientando como igualmente importantes os factores do insucesso e retenção escolares, a falta de gosto e interesse pelos estudos, a falta de apoio aos estudos e a pressão de pares. Contudo, igualmente pressionadas pela sociedade de consumo e pelo desejo de uma melhoria de vida, a aquisição de emprego é uma «tábua de salvação», sendo os jovens muitas vezes aliciados a aceitar trabalhos mais precários.

Os jovens do Vale da Amoreira têm igualmente uma propensão para as actividades artísticas, nomeadamente relacionadas com a música, teatro e cinema, e para as actividades desportivas. Encontram nas mesmas momentos de socialização positiva e de expressão criativa e contestatária.

São inúmeras as intervenções de revitalização urbana realizadas na freguesia até ao presente dia, com destaque para o Programa Especial de Realojamento (PER) da Intervenção Operacional de Renovação Urbana (IORU) e para a Operação de Revitalização Urbana do Vale da Amoreira (ORUVA), no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana (PRU), tendo a última concretizado intervenções ao nível dos equipamentos desportivos e escolares, nomeadamente o Centro de Dia e ATL e o Mercado Municipal do Vale da Amoreira.

Contudo, estes grandes investimentos têm-se mostrado pouco significativos face ao aumento de qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, a Iniciativa Bairros Críticos (IBC), do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, previu um modelo inovador de envolvimento das forças vivas da comunidade na deteção e intervenção integrada de determinadas problemáticas que prejudicam a mesma, tais como questões da segurança, habitação, saúde ou a formação profissional. Este modelo interventivo, apesar de ter trazido inúmeras vantagens, comporta também limitações próprias, nomeadamente por ser tendencialmente tecnicista.

A rede de parceiros locais da IBC é bastante extensa e tem-se tornado significativamente mais coesa e estruturada, apesar de, paralelamente, serem perceptíveis os conflitos que surgem com alguma

frequência, motivados por interesses distintos, principalmente entre parceiros circunscritos no espaço físico da freguesia.

3.3 OBJETIVOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA A.I.G.A.S.T

A associação, no momento em que a investigação teve início, contava com cerca de duzentos e quarenta associados, estando o número a aumentar continuamente. Os associados têm nacionalidades diversas, como a Figura 4.4 ilustra, encontrando-se a esmagadora maioria desempregada. Estas famílias são tendencialmente numerosas, recorrendo à A.I.G.A.S.T principalmente à procura de trabalho e para inscrição em ofertas formativas de curta duração ou de dupla certificação. É significativo o número de pais que recorrem à organização procurando tomar conhecimento de ofertas de ocupação do tempo livre para os filhos jovens que desistiram dos estudos ou que se encontram em retenção escolar.



Figura 4.4.

Fonte: dados recolhidos por inquérito à população pela autora

A A.I.G.A.S.T. adquiriu nova denominação, no ano de 2009, quando reenquadrou os seus estatutos. A organização ganhou um forte impulso a partir do ano de 2010, reforçando o seu capital humano e os seus objectivos perante a comunidade do Vale da Amoreira.

A missão da A.I.G.A.S.T. é a de apoiar a inclusão educativa, profissional e social dos cidadãos da freguesia, promovendo espaços para a sua participação cívica e capacitação comunitária. Tem como principais objetivos a mobilização do voluntariado jovem e estímulo a intercâmbios com outras organizações nacionais e internacionais; o real envolvimento cívico na mobilização de recursos, na resolução de problemas e na mudança social; a promoção de uma maior adequação e qualidade dos serviços públicos às necessidades da população da freguesia, apoiando o desenvolvimento de respostas locais inovadoras; a promoção da formação, capacitação e empregabilidade dos cidadãos do concelho.

A associação faz, pois, uma forte intervenção na área da **Educação e Formação**, prestando informações profissionais para jovens e adultos desempregados; encaminhando cidadãos para ofertas de qualificação e aumento de competências; divulgando medidas de apoio ao emprego e empreendedorismo; e apoiando a divulgação do Plano de Formação Integrado da freguesia. Também desenvolveu durante o ano de 2011 duas sessões de educação financeira, em parceria, no território.

O **Departamento Social e Saúde** está empenhado em respostas a situações precárias, como o Banco Alimentar e cuidados de saúde a imigrantes indocumentados ou em situação de fragilidade social (através do estabelecimento de protocolos).

O **Departamento da Cultura e Juventude** e o **Departamento do Desporto** estão em fase de desenvolvimento, apostando na mobilização, participação e implementação de actividades recreativas e desportivas por parte de um grupo de jovens. Torneios de futebol, churrascos e passeios de bicicleta são algumas das actividades dinamizadas com maior frequência. Pretende-se com as mesmas a socialização dos jovens, a promoção da intergeracionalidade e a ocupação positiva dos seus tempos livres.

3.4 ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO

3.4.1 PERFIL DOS INQUIRIDOS

Participaram neste estudo trinta e nove inquiridos de diferentes proveniências, representantes de vinte e três famílias – dezanove pais e vinte jovens. Para os fins do presente estudo seleccionou-se apenas familiares pertencentes ao mesmo agregado. Os pais têm idades compreendidas entre os quarenta e seis e os cinquenta e nove anos, e os jovens idades entre os dezanove e os vinte e cinco anos.

A maioria das famílias abordadas tem agregados familiares entre os cinco e os oito membros. As nacionalidades de mínima expressão na associação não foram contempladas neste estudo. Este perfil resulta da análise das respostas ao primeiro questionário aplicado.

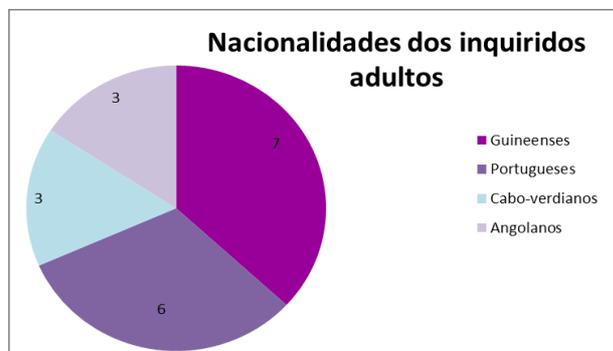


Figura 5.4.

Fonte: dados recolhidos por inquérito à população pela autora



Figura 6.4.

Fonte: dados recolhidos por inquérito à população pela autora

A diferença substancial de inquiridos portugueses entre os dois gráficos é explicada pelo número de jovens (sete) provenientes de famílias imigrantes que têm ou obtiveram nacionalidade portuguesa.

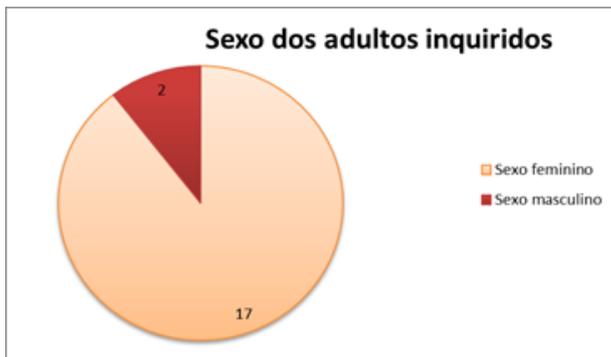


Figura 7.4.

Fonte: dados recolhidos por inquérito à população pela autora

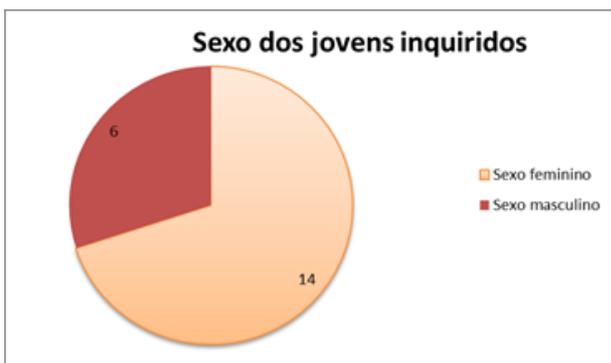


Figura 8.4

Fonte: dados recolhidos por inquérito à população pela autora

Conseguiu-se uma maior equidade de género ao nível do grupo de jovens, com quem foi também mais fácil convencer ao diálogo sobre o tema, mas devido principalmente a limitações de horário, foram as mães que, do grupo dos adultos, mostraram maior disponibilidade para participar no estudo.

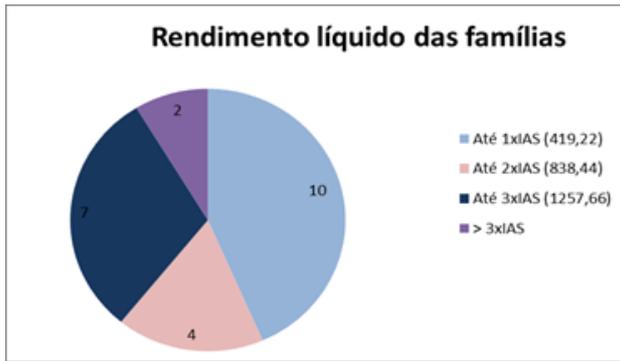


Figura 9.4

Fonte: dados recolhidos por inquérito à população pela autora

O rendimento das famílias não é homogêneo, mas a maioria dos inquiridos vive com um rendimento mensal líquido entre os quatrocentos e dezanove euros e vinte e dois cêntimos e os oitocentos e trinta e oito euros e quarenta e quatro cêntimos.



Figura 10.4

Fonte: dados recolhidos por inquérito à população pela autora

Relativamente à condição dos inquiridos perante o trabalho, é o grupo de adultos que apresenta o maior número de desempregados. Alguns pais têm documentos em situação irregular e outros vieram para Portugal para assistência médica por tempo indeterminado, estando impossibilitados de trabalhar.



Figura 11.4

Fonte: dados recolhidos por inquérito à população pela autora

Alguns dos jovens participantes trabalham e estudam, mas preferimos categorizá-los enquanto trabalhadores, para os efeitos do estudo. Apenas dois dos nossos jovens inquiridos não se encontram a estudar e estão no desemprego. É igualmente importante referir que a maioria dos estudantes, em determinada altura da sua vida, já trabalharam para se sustentar ou apoiar os pais no pagamento das despesas da casa.



Figura 12.4

Fonte: dados recolhidos por inquérito à população pela autora

O setor de actividade dos adultos e dos jovens é muito heterogéneo. De entre «outras atividades» destacam-se os trabalhos de escritório, os serviços de *call-center* e uma economista. São os adultos que se concentram nos serviços de limpeza, serviços pessoais e comércio.

Onze famílias são proprietárias das suas casas ou contraíram empréstimo para pagá-las. As restantes famílias são arrendatárias. Quatro das quais beneficiam do apoio da renda social. As casas compradas pertencem a famílias portuguesas ou a jovens portugueses filhos de imigrantes, que estudaram e trabalham em Portugal.

Pelo contrário, a população imigrante adulta prefere o arrendamento, destacando, nas entrevistas, dois principais motivos: não ter possibilidades financeiras para contrair empréstimo e a intenção de voltar ao país de origem.

Relativamente ao lazer, os hábitos familiares apresentam-se como moderados e disciplinados, independentemente do rendimento líquido das famílias. As saídas em família, dentro ou fora do bairro, para diversão são escassas e as férias também. São apenas os jovens que poucas vezes saem para «diversão nocturna», «cinema», ou «saída com amigos».

Encontrámos uma homogeneidade a nível de alguns equipamentos eletrodomésticos, independentemente do rendimento mensal das famílias, nomeadamente ao nível da televisão, máquina de lavar roupa e computador. Contudo, perante algumas famílias dava-se o caso destes equipamentos terem sido doados, oferecidos ou comprados em segunda mão. Foi a identificação de um número significativo de famílias que detêm, simultaneamente, tv por cabo, internet e vários telemóveis de diversas redes, que mereceu a nossa atenção. De facto, as famílias imigrantes com baixos rendimentos possuem, com frequência, alguns equipamentos eletrodomésticos que, à partida, poderiam não ser considerados bens prioritários. A manutenção destes estilos de vida prende-se, essencialmente, com a valorização destas famílias pelo contacto com os familiares que vivem no estrangeiro. As distintas redes de telemóveis apresentam variadas tarifas para comunicar nos vários continentes; a internet é também uma forma de comunicar a baixo custo com familiares e um meio de pesquisa de emprego; e a televisão por cabo ou satélite é um meio privilegiado de informação do país de origem. Neste sentido, perante a dimensão social do consumo, e fazendo uma necessária contextualização destas famílias imigrantes que, em alguns casos, possuem mais de dois filhos em continentes distintos, compreendemos a priorização destes bens em abandono de outros.

Em termos de endividamento, as famílias que recorreram ao empréstimo bancário, fizeram-no para adquirir habitação. Note-se que o grupo de adultos, no geral, demonstra uma «aversão» ao crédito.

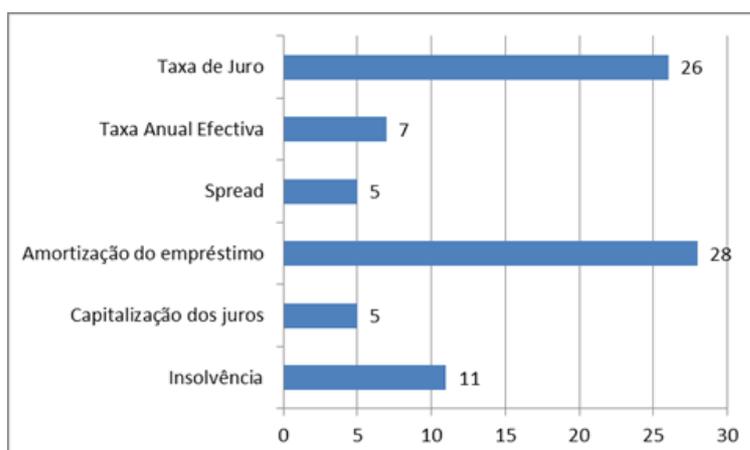


Figura 13.4. *Inclusão financeira dos associados*

Fonte: dados recolhidos por inquérito à população pela autora

Quando questionados sobre quais as terminologias financeiras que conheciam, dos trinta e nove inquiridos apenas cinco se familiarizaram com o termo «*spread*» e «*capitalização de juros*»; sete com o termo «*Taxa Anual Efectiva*»; e onze com o termo «*Insolvência*». Por outro lado, os termos mais amplamente conhecidos são «*amortização do empréstimo*» e «*taxa de juro*».

É importante salvaguardar que o termo «conhecer» pode ser interpretado por uns como «dominar» e por outros como «já terem ouvido falar». De qualquer forma, os resultados apontam para graves deficiências ao nível do entendimento da linguagem financeira no geral.

Os resultados do segundo questionário permitiram traçar um perfil dos associados da A.I.G.A.S.T ao nível das suas crenças e convicções, que se traduzem em atitudes e comportamentos relacionados com a gestão do seu dinheiro. Perante estas constatações surgiu a necessidade de realizar um levantamento de algumas atitudes, dos filhos e dos pais, analisando também uma possível conformidade entre as mesmas.

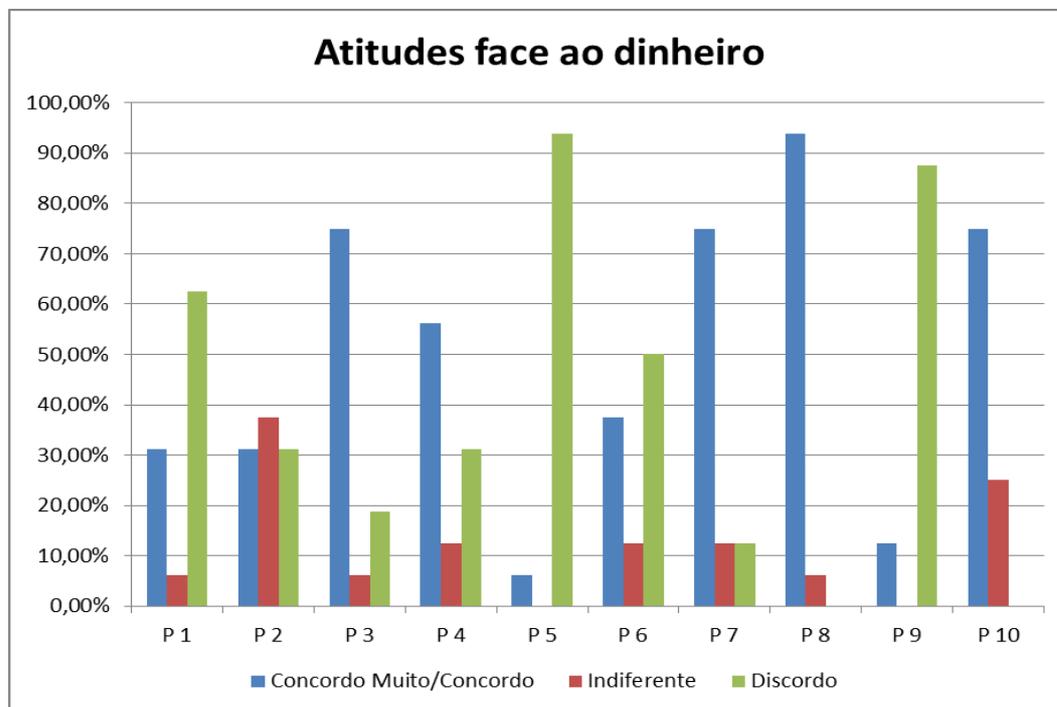


Figura 14.4

Fonte: dados recolhidos por inquérito à população pela autora

Relativamente ao **P1** (Parâmetro 1) – “*O dinheiro apenas serve para comprar coisas*” – a maioria dos inquiridos respondeu de forma discordante. Curiosamente, este parâmetro obteve mais respostas discordantes da parte do grupo dos jovens, parecendo existir uma maior sensibilização destes para o valor simbólico atribuído ao dinheiro. A opção «Concordo» ou «Concordo muito», que pode querer demarcar uma posição moral ou filosófica de desaprovação pelo materialismo excessivo, descuida a possibilidade de que o dinheiro possa, de facto, não ser apenas um meio para atingir um fim, mas um

fim em si mesmo, podendo indiretamente proporcionar segurança, estabilidade ou ajudar a alcançar objectivos futuros (*Financial Literacy: Australians understanding Money*, 2007). Nesta primeira questão fica claro que, para a maioria dos inquiridos, o dinheiro não é apenas um meio de troca comercial, mas uma forma de suprir dificuldades e atingir o máximo bem-estar.

O **P2** – “*lidar com o dinheiro provoca-me ansiedade*” remete para uma proximidade nos valores das respostas concordantes, discordantes e indiferentes. Contudo, foram os jovens que responderam com mais frequência de forma indiferente a esta pergunta. É importante, neste contexto, referir que a grande maioria dos inquiridos não se encontra sobre-endividada, não faz grandes investimentos financeiros e não usufrui de complexos produtos financeiros, à exceção do crédito à habitação. Assim, e como ficou claro em diferentes testemunhos recolhidos durante as entrevistas, o dinheiro tem de ser muito bem gerido, portanto é planeado criteriosamente. Contudo, situações familiares como o desemprego de um filho ou a necessidade inesperada de fazer despesas extra podem desencadear sentimentos de frustração e ansiedade para com o dinheiro. Esta questão, está portanto, um pouco limitada ao contexto da vida financeira da pessoa no momento. É importante, contudo, referir que a ansiedade enquanto sentimento pode inibir a intenção de aprendizagem sobre as matérias relacionadas com a gestão do dinheiro. (*Financial Literacy: Australians understanding Money*, 2007).

Os resultados do **P3** – “*Pensar demasiado no meu futuro financeiro a longo prazo deixa-me angustiado*” diferem significativamente dos resultados anteriores. Apesar de semelhantes, as questões apresentam uma distinção particular. Enquanto o P2 refere-se à questão prática de lidar com dinheiro, nesta pergunta questionou-se os inquiridos quanto ao ato de refletir sobre o dinheiro em termos gerais. Alguém que associa ao dinheiro um sentimento de desconforto poderá ter a tendência para sentir aversão a determinados assuntos financeiros (*Financial Literacy: Australians understanding Money*, 2007). Neste parâmetro identificou-se um número elevado de respostas concordantes em ambos os grupos. A grande adesão por parte dos jovens às respostas «Concordo» e «Concordo Muito» poderá estar associada ao receio face à situação de crise financeira atual e ao enquadramento económico de Portugal.

O **P4** – “*O dinheiro é importante para se ser feliz na vida*” é uma versão aproximada do P1 pois pode refletir uma postura filosófica, mas apesar do dinheiro não ser o único determinante para a felicidade, fazer uma otimização do orçamento pode permitir melhores condições de vida e lidar eficientemente com as considerações práticas do quotidiano, tais como o pagamento das despesas correntes (*Financial Literacy: Australians understanding Money*, 2007). Assim, esta questão não é apenas sobre o dinheiro mas sobre se a gestão que fazemos dele pode ter um impacto positivo na nossa vida, especialmente a longo prazo. Esta pergunta dividiu as respostas dos participantes, apesar de uma maioria concordar com a mesma. Foram, contudo, os jovens que consideraram com mais frequência que o dinheiro não é importante para se ser feliz na vida.

Quanto ao **P5** – “*Em relação às minhas finanças, gosto de pensar no presente, não me preocupo com o dia de amanhã*”, esta questão não teve nenhuma resposta indiferente e obteve o maior número de respostas discordantes. Das questões abordadas até aqui, esta é a que de forma mais evidente se associa a comportamentos financeiros de risco. A grande maioria dos inquiridos refletiu atitudes de precaução face ao seu futuro financeiro a curto prazo, havendo uma congruência com as respostas ao P3. Foram apenas os jovens que deram respostas concordantes relativas a esta afirmação, podendo talvez associar-se uma sensação de hedonismo a estes, típico da idade.

O **P6** – “*Lidar com o dinheiro é aborrecido*” é outra crença que sub-repticiamente influencia a forma como perspetivamos o dinheiro. As pessoas que encaram a gestão das suas finanças como algo desinteressante, terão a tendência para evitar a informação ou educação financeira (*Financial Literacy: Australians understanding Money*, 2007). Neste caso, quase 40% dos participantes confessaram sentir aborrecimento quando lidam com dinheiro. Esta questão poderá ainda estar associada ao não entendimento da generalidade da linguagem financeira com que os consumidores são bombardeados diariamente. O aborrecimento pode, assim, advir diretamente da iliteracia financeira. É ainda importante referir que a maioria das respostas afirmativas pertence a participantes adultos, com mais responsabilidades perante o consumo doméstico. A maioria dos jovens estudantes ou à procura do primeiro emprego responderam negativamente.

Relativamente ao **P7** – “*Tenho dificuldades em compreender a linguagem financeira que é usada pelos bancos e outras instituições financeiras*”, os resultados voltaram a ser claramente homogéneos. Mais de 70% dos indivíduos, jovens e adultos, concorda com a frase, o que sugere que para estes participantes a linguagem financeira pode implicar uma barreira à gestão eficaz das finanças pessoais e familiares. Neste caso não se trata apenas de uma crença ou de uma atitude mas principalmente de uma incapacidade limitativa de entenderem a informação que lhes é disponibilizada e de serem entendidos enquanto consumidores. É de ressaltar que o não domínio da linguagem financeira pode ter consequências ao nível da interpretação da informação que se lê (P8) e da quantidade e qualidade da informação que se procura recolher (P10).

O **P8** – “*Eu pondero bastante e leio atentamente as informações que me são disponibilizadas antes de tomar as minhas decisões financeiras*” teve um número de respostas concordantes tão elevado quanto o P5, que nos remetia para a ponderação e gestão financeira perante um futuro próximo. Neste ponto fica claro que a maioria afirma tomar providências e considera-se cautelosa antes de tomar decisões relacionadas com dinheiro. A forte disciplina financeira e a necessária planificação de despesas que algumas destas famílias se sentem forçadas a fazer para aplicarem convenientemente o seu dinheiro, pode explicar o nível de concordância com a questão. A minoria de respostas indiferentes foi dada por jovens estudantes.

Contudo, também devemos acautelar que existem vários níveis de decisões financeiras. As mesmas podem implicar decisões mais complexas relacionadas com grandes investimentos bancários, mas

também podem referir-se à tarefa simples de decisão entre duas marcas de um mesmo produto alimentar. Aí está-se claramente a falar de decisões distintas.

O **P9** relativo à questão “*Nada que eu faça trará grandes mudanças à minha situação financeira*” também obteve significativa uniformidade, estando relacionada com o sentimento de impotência face a uma conjuntura financeira, social e familiar que os participantes não conseguem controlar. Face a esta questão, a tendência dos participantes, que é uma qualidade de resiliência que já havia sido detetada ao longo da recolha de diversos testemunhos, é a de sentir que eles são protagonistas da sua vida e da sua situação financeira. E que, apesar da situação financeira atual, é possível que esta seja alterada para uma situação melhor e que são os participantes os responsáveis por isso. Esta questão tem um fascínio especialmente interessante quando percebemos que alguns dos participantes vivem em condições financeiras adversas, em situação de desemprego, indocumentados, com custos elevados de saúde ou educação para pagar.

Finalmente, o **P10** – “*Eu tento estar informada/o acerca das questões relacionadas com o dinheiro*” obteve apenas respostas concordantes e indiferentes. Não só houve respostas indiferentes da parte de jovens, que pode refletir, mais uma vez, a limitação destes enquanto agentes economicamente activos, como houve algumas respostas indiferentes da parte de adultos. Mais uma vez o P10 depende da interpretação da expressão «questões relacionadas com o dinheiro». Para alguns participantes é apenas relevante manter-se informado sobre períodos de saldos, promoções ou o aumento do valor do IVA. Para outros, esta questão pode ser interpretada como tentar manter-se atualizado perante novos serviços financeiros ou estar atento às flutuações da taxa Euribor, por exemplo. Independentemente das possibilidades, a verdade é que alguns participantes poderão pensar que estão suficientemente informados e cometer alguns erros que têm implicações financeiras. Para além disso, as respostas «indiferentes» são indicadoras de um certo alheamento e indiferença perante o estado da economia global e os impactos que daí poderão advir.

Resumidamente, os participantes, de uma forma geral, são financeiramente cautelosos relativamente ao seu futuro, apesar de sentirem angústia quando pensam no mesmo. A maioria admitiu ter dificuldades na compreensão da linguagem financeira e terminologias usadas pelas instituições bancárias, o que pode justificar o «aborrecimento» e a «ansiedade» que alguns participantes sentem no momento da gestão do seu dinheiro. Os participantes afirmaram ponderar e usufruir das informações que lhes são disponibilizadas e consideram-se responsáveis pelo rumo das suas finanças. Este nível de confiança no planeamento da sua vida financeira pode ser, contudo, inconsistente com os resultados do P3 e do P7.

Os jovens inquiridos seguem o padrão de respostas dos adultos, com alguns contornos que merecem melhor atenção. Afirmaram com mais frequência viver «financeiramente» no presente, o que remete para alguma incapacidade para a poupança a médio e longo prazos; apresentaram um maior número de respostas indiferentes face à atitude de ponderação e leitura atenta de informações financeiras antes da tomada de decisões; e mostraram mais passividade face à tentativa de se manterem informados relativamente a questões relacionadas com dinheiro.

Os filhos tenderam a reproduzir de forma recorrente algumas atitudes dos pais, especialmente ao nível das atitudes de reflexão e precaução sobre o futuro financeiro (P3 e P5); do reconhecimento de dificuldades no entendimento da linguagem financeira e das terminologias usadas pelas instituições bancárias (P7); e de prudência face à tomada de decisões financeiras (P8).

3.4.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS

Após a análise dos inquéritos procedeu-se à aplicação do guião da entrevista aos trinta e nove participantes do estudo. Em seguida, apresentamos e discutimos os resultados relevantes para os objetivos desta investigação.

Para responder à questão *«Houve a tendência para o diálogo no seio familiar que fomentasse a aprendizagem de atitudes e comportamentos por parte dos jovens da A.I.G.A.S.T para a eficaz gestão do orçamento individual ou doméstico?»*, contou-se com a participação dos testemunhos de mães e pais que, apesar de não constituírem o nosso objecto de estudo, contribuíram para refletir sobre a óbvia influência na forma como alguns dos valores e crenças são transmitidos geracionalmente.

Numa primeira análise encontraram-se contrastes significativos entre os testemunhos dos adultos e dos jovens. O grupo dos adultos entrevistados, na grande maioria, não recordou ter tido nenhum momento de diálogo com os seus familiares sobre a gestão das finanças pessoais ou domésticas. De entre os testemunhos recolhidos, seleccionámos alguns de mães imigrantes para melhor ilustrarem as suas perceções face às funções simbólicas do dinheiro e da gestão financeira:

Entrevista 2 (mãe): *“Sobre gestão do dinheiro não. Não se tinha essa conversa. Tinha-se o dinheiro, tinham-se as coisas (...) era coisa que não fazia falta. Servia até para a família ajudar todo o mundo que chegasse aí (...) Eram abastados, não tinham necessidade”*.

Entrevista 11 (mãe): *“Não, a minha mãe nunca falou nisso porque lá na terra nunca ninguém se preocupava com isso. A minha mãe, graças a Deus, tinha tudo, não comprava nem nada (...) a casa era dela, quem a fez foi ela”*.

Entrevista 28 (mãe): *“Não, nunca houve nada disso porque ela trabalhava com uns senhores e tinha tudo, os senhores também davam tudo (...) eu mesma trabalhava também nessa altura recebia o meu dinheiro, fechava na gaveta e não me preocupava com dinheiro... não é como agora”*.

Entrevista 30 (mãe): *“A minha mãe tem uma horta grande de cajus, e trocava por quilos de arroz (...) os primos dela andavam na pesca também traziam para ela” Não se falava no dinheiro assim, não podia era faltar na mesa”*.

Estes depoimentos deixam transparecer, por exemplo, a forte percepção de que as ferramentas de gestão financeira são mais úteis para quem sofre de alguma privação.

De facto, sem querer atrair muita atenção para o fator cultural, estas reflexões cumprem a função de sublinhar a dicotomia existente entre a economia de subsistência do país de origem das mães imigrantes e a economia capitalista do país onde os filhos nasceram ou cresceram, onde o acesso e oferta de bens de consumo e a complexidade dos produtos financeiros existentes requerem comportamentos esclarecidos e informados. O fator cultural é, pois, um forte elemento condicionante da educação financeira dos filhos, nomeadamente ao nível da construção de crenças e valores sobre o dinheiro. Sublinhamos, todavia, que estas reflexões não constituem nenhum dos nossos objectivos de estudo e não foram por isso, nesta investigação, devidamente aprofundadas.

Se por um lado, em certos agregados familiares do grupo dos adultos não se nutriram diálogos sobre os comportamentos desejáveis de gestão financeira, por outro, certas vivências relatadas revelaram uma familiaridade com comportamentos de gestão do orçamento doméstico:

Entrevista 15 (mãe) *“Em casa havia sempre aí um jarro na cozinha, com dinheiro para a família. Era só a mamã que lhe tocava mas servia para esses imprevistos. E hoje é assim”*.

Entrevista 22 (mãe) *“Tipo o rolo de roupa... farta de fazer rolos que eu nem tenho conta. Era criança, desde que aprendi a escrever. Quando vinha a lavadeira era calça, camisa, não sei quê, depois contava e conferia o dinheiro”*.

Estes testemunhos permitem depreender que certas situações propiciaram a adaptação de determinadas estratégias de gestão, como é o caso do “jarro na cozinha”, simbolicamente associado à poupança face a situações inesperadas ou das aprendizagens ainda em criança relativamente à responsabilização pelo dinheiro.

Assim, de uma forma geral, o grupo dos adultos caracteriza-se por uma ausência de diálogos familiares (com os seus próprios pais ou avós) sobre a gestão do orçamento doméstico ou individual, mas foi desenvolvendo atitudes e comportamentos de gestão ao longo da sua vida, que tentam transmitir aos seus filhos.

Quanto ao grupo dos jovens, a maioria dos testemunhos referiu já as aprendizagens recolhidas em ambiente familiar, apercebendo-nos de que os conselhos remetiam, com frequência, para a importância da poupança e limitação dos gastos, perspetivando um futuro incerto:

Entrevista 3: *“Sim, falam-me de não estar a gastar o dinheiro assim à toa e para ter cuidado, principalmente neste momento, que estamos em crise (...) Para não gastar dinheiro assim com coisas menos importantes”*.

Entrevista 9: *“Disseram que o dinheiro era para ser guardado para o momento oportuno, para situações futuras”*.

Alguns jovens reconhecem claramente o contributo e impacto que essas conversas tidas no seio familiar têm no seu quotidiano:

Entrevista 3: *“Sim, tem tudo a ver com o que eles (pais) me disseram. Cada vez que recebo do trabalho das férias, normalmente a primeira coisa é pensar logo o que vou fazer com o dinheiro, porque foi difícil ganhá-lo, onde é que o vou aplicar...”*

Entrevista 17: *“Para mim esse abre olho da minha mãe foi indispensável para não cair na asneira de gastar tudo”.*

Entrevista 31: *“O meu pai nunca pediu um empréstimo para nada sem ser para habitação quando tinha a minha idade, e houve uma altura na vida dele em que conseguiu pagar tudo o que devia. A partir daí ele compra tudo a pronto. O carro foi pago a pronto (...) e isso ressentem-se em nós, isto é... um empréstimo é uma coisa má”.*

Alguns dos discursos dos jovens remeteram, igualmente, para a aversão ao crédito, reproduzindo atitudes e crenças dos progenitores. Na verdade, a única forma de crédito «aceitável» é o da habitação, tolerável por pais e filhos.

Entrevista 4: *“Por norma não gosto de pedir coisas emprestadas. Se tenho compro, se não aguardo até poder comprar”.*

Entrevista 17: *“Sim, porque agora não penso em créditos para nada, prefiro o toma lá dá cá (...) crédito para mim é uma desgraça”.*

Entrevista 27: *“A minha mãe sempre me falou que preferia comprar tudo com o dinheiro na mão do que pedir empréstimo ao banco, até me falou do risco que se corre quando se pede dinheiro que não se tem para pagar (...) não valia a pena endividarmo-nos para bens que não fazem grande falta (...) Hoje é assim comigo, poupo para coisas específicas que quero comprar, como os patins em linha que comprei depois de poupar durante um ano (...) sempre com aquela coisa de comprar com o dinheiro na mão”.*

Há, portanto, uma relação positiva entre a transmissão de valores dos pais e o desenvolvimento de determinados comportamentos e atitudes dos filhos perante o dinheiro.

Contudo, a educação financeira ultrapassa a necessidade do diálogo sobre a poupança e a redução de gastos supérfluos. Num segundo momento interessou-nos saber se os pais ou mães alguma vez falaram com os seus filhos sobre o processo de adesão a produtos financeiros, nomeadamente os requisitos para abrir uma conta bancária, o que é uma taxa de juro ou para que serve um PPR¹⁸.

¹⁸ Plano Poupança - Reforma

Relativamente ao grupo dos adultos, a grande maioria afirmou não ter tido nenhum diálogo com os pais sobre produtos financeiros. O conjunto de comentários deixou transparecer que a linguagem bancária e a informação financeira seriam apenas úteis para quem e quando se pretendesse comprometer com um produto financeiro, como o crédito à habitação. Não há a percepção da linguagem financeira como um meio de comunicação e de inclusão na sociedade de consumo em que vivemos.

Estas percepções têm, uma vez mais, óbvias repercussões na compreensão e domínio dos filhos pela linguagem financeira. De facto, a vasta maioria de jovens confessou nunca ter tido este diálogo com os pais:

Entrevista 10: *“Sobre produtos de bancos não, nunca houve conversas”.*

Entrevista 12: *“Sobre isso é mais fácil eu chegar a casa e informar os meus pais do que eles me ensinarem a mim alguma coisa sobre os produtos dos bancos”.*

Entrevista 21: *Não, nada... e ainda hoje não percebo isto que se está passar... a origem da crise e porque é que a bolsa (de valores) sobe e desce”.*

Entrevista 31: *“Lembro-me de quando fui ao banco abrir a conta mas a partir daí nunca mais se falou nisso...nem sei hoje ainda o que é um spread”.*

Pelos dados recolhidos assume-se que a grande maioria dos participantes jovens não tem informações suficientes, estando desinformada sobre as características dos produtos disponibilizados pelas instituições de crédito ou bancárias. Poderá esta questão estar associada à dificuldade que a grande maioria dos inquiridos apresenta relativamente à compreensão da linguagem financeira que é usada pelas instituições financeiras? Na verdade, se enquanto vivem com os pais estes diálogos não são promovidos, nem em contexto escolar, os jovens chegam ao mercado do crédito desarmados de informações e de conselhos nesta matéria. Será apenas no momento de contraírem um empréstimo ou de realizarem uma aplicação financeira que muitos jovens se familiarizarão com esta linguagem, que poderão não saber corretamente interpretar sem toda a informação e formação disponíveis.

Alguns jovens também fazem referência ao papel que as escolas poderiam desempenhar na disseminação de informações financeiras:

Entrevista 1: *“Nem acho que tivessem que ser os meus pais a darem-me essas informações. Se não as sei é por minha culpa, a minha mãe fez o que pôde e aconselhou-me até onde podia (...) nem eu nunca tive essa informação na escola”.*

Entrevista 14: *“Era importante ter tido um curso ou umas aulas de informação fiscal ou informação financeira, uma disciplina de simples entendimento em que se percebesse em meia dúzia de aulas que produtos são negociados com os bancos, não sendo preciso ir aprofundadamente aos números”.*

Entrevista 29: *“Tinha sido bom aprender isso na escola, para saber como é que funciona a sociedade hoje (...) já ajudava a que as pessoas tivessem precauções antes de se avançar para um empréstimo, sabendo, de facto ler esse empréstimo. Duvido que haja algum amigo meu que domine isso tudo”.*

Relativamente ao assunto da educação financeira, houve alguns testemunhos que deixaram claros alguns anseios futuros e arrependimentos na forma como atuaram perante determinadas situações, sublinhando explícita ou implícitamente a importância de se manterem mais informados.

Entrevista 3: *“Vou é precisar de mais informação para quando tiver de saber mexer no dinheiro, arrendar uma casa, ir ao banco fazer um empréstimo, comprar carro, isso”.*

Entrevista 14: *“Só fiz isso uma vez, aquilo do PPR, explicaram o que é que é, como é que aquilo funciona, cheguei a fazer aquilo mas agora já não tenho (...) e o que é que fiz mais... no BES, não sei já o nome daquilo, depusitei o dinheiro e só lá pude mexer passado um ano. Foi na escola e no banco que me aconselharam e deram-me aquelas papeladas (...) mas aquelas letrinhas pequenas não tive atenção de ler, mas agora já tenho”.*

Relativamente à questão «A restrição orçamental das famílias da A.I.G.A.S.T estimulou a criação de mecanismos de disciplina financeira nos seus filhos?», dos dados recolhidos fica claro que os pais e mães inquiridos utilizam uma variedade de estratégias de contenção financeira que empregam no seu quotidiano, nomeadamente usadas para os gastos com eletricidade, comida ou roupa. Alguns testemunhos permitiram registar que as estratégias de controlo foram ativadas há muito tempo, perante situações de restrição financeira anteriores:

Entrevista 6 (mãe): *“Os meus pais sempre nos responsabilizaram perante as contas da casa, porque para nós nunca houve uma altura em que era um mar de rosas”.*

Entrevista 20 (mãe): *“Sempre fui uma pessoa que comprei a roupa que gostava mas não era roupa de marca (...) talvez por influência dos meus avós mais de metade do meu salário ia para a minha mãe, para ajudá-la”.*

Entrevista 26 (mãe): *“Eu sempre trabalhei desde menor porque a minha mãe tinha muitos filhos e eu tive que ajudar a minha mãe a manter-nos (...) trabalhei para não andar de sandálias rotas (...) por isso sempre tive o hábito de poupar”.*

Os testemunhos destas mães voltam a assumir um papel auxiliar de reforço da questão da transgeracionalidade e do carácter reprodutor da necessidade da poupança, por força de circunstâncias de privação pelos quais os próprios pais ou avós passaram.

Assim, no caso dos jovens assiste-se novamente à tendência para a compreensão e co-responsabilização no processo da poupança no orçamento doméstico, despoletado perante a partilha e abertura face às dificuldades financeiras pelas quais se passam ou se passaram. Ativa-se uma rede natural de suporte que permite a criação de diversas estratégias face à situação desfavorável:

Entrevista 7: *“Uma vez lembro-me que lhe pedi uns ténis da Converse e ela (mãe) comprou-mos. Mas nenhuma de nós foi de esbanjar nem pedir muito à minha mãe. Se fossemos ela não saberia onde ir buscar o dinheiro...”*

Entrevista 12: *“Naquela altura gostava de comprar umas calças, ou uma camisa ou às vezes ir ao cinema... mas como sabia que queria ir para a faculdade, poupava para isso. Às vezes gastava apenas para pagar o meu passe. Hoje ainda pago a faculdade e por isso todos os dias levo uma marmita com lanche reforçado (...) almoçar fora só em última necessidade”.*

Entrevista 35: *“Sei os meus gastos essenciais, como o passe, e tento guardar o restante. À toa, entre aspas, sei que não posso ir além dos 50 euros mensais”*

Entrevista 37: *“Se não tenho que gastar não gasto. Se tenho que gastar gasto. Sou muito rigoroso com o que gasto e sei o que faço com o dinheiro, não dá para esticar e perder o controlo. Já cheguei a comprar um plasma, com o meu primeiro ordenado (...) era aquela felicidade, não tínhamos televisão... fiquei à rasca o resto do mês. Isso já não faço”.*

Denotaram-se semelhanças óbvias entre os diversos discursos dos jovens perante os gastos para a casa e gastos pessoais. Podemos dizer que, de certa forma, as restrições financeiras estimularam o hábito de disciplina rigorosa e uma propensão para a poupança estendidos a todo o agregado familiar, assumindo os jovens um papel significativo na contribuição do equilíbrio das contas.

Respondendo à questão de investigação «*De que (outras) formas participam os jovens da A.I.G.A.S.T na gestão do orçamento doméstico?*», apesar das restrições serem alargadas a toda a família, existe um esforço adicional por parte dos pais para agradar aos pedidos dos filhos. Assim, apesar dos filhos assumirem nos testemunhos que não são, de uma forma geral, consultados para as decisões de consumo doméstico, entendemos que exercem alguma influência nas decisões de consumo da casa, através do reconhecimento da parte dos pais pelos gostos e necessidades dos mesmos:

Entrevista 2 (mãe): *“Tipo cereais... cada um come um tipo. Mesmo a manteiga há diferença. Tem de se comprar carne todas as semanas porque o Amadiu não come peixe nem que caia bomba atómica. Eu compreendo porque mesmo eu desde pequenina não gostei de comer contrariada”.*

Entrevista 5 (mãe): *“Às vezes esticava, entendia por ela ser compreensiva, quando eu podia tentava mesmo agradá-la porque era uma miúda que nunca exigiu nada que eu nunca pudesse dar”.*

Entrevista 20 (mãe): *“O rapaz tem 15 anos, se ele não tiver algo que os amigos usam sente-se logo discriminado (...) é mais difícil por estar a atravessar a adolescência, o que é normal, e sente que deve andar sempre muito bem vestido (...) gasto mais com ele no gel para não estragar o cabelo, desodorizante, perfume, mas nada que vá para além dos possíveis”.*

O testemunho seguinte vem mais uma vez sublinhar o papel dos jovens enquanto participantes influentes nas decisões de consumo:

Entrevista 27: *“Lá em casa sou eu que aconselho nos artigos eletrónicos, estou bem informado e eles ouvem-me. Sinto que a minha influência tem peso”.*

Todavia, a forma de envolvimento no orçamento doméstico mais acentuada nos jovens é a da participação monetária. A maioria dos jovens participa ou já participou financeiramente para o orçamento doméstico:

Entrevista 9: *“Quando trabalhei pura e simplesmente não pedia dinheiro aos meus pais. Eu pagava as minhas saídas, eu pagava as despesas pessoais. A minha mãe só me punha o comer à mesa”.*

Entrevista 12: *“(...) Por exemplo faculdade, não estão a ser os meus pais que ma estão a pagar (...) eu trabalho porque percebia as dificuldades pelas quais eles passavam. Somos 3 não é? O meu irmão sempre foi o que deu mais trabalho portanto tanto eu como a minha irmã sempre optámos por poupar e trabalhar. Eu trabalho desde os 16 anos”.*

Entrevista 14: *“Isso sempre, às vezes quando ela precisa ‘olha filha está aqui isto vai lá comprar aquilo’ ou ‘olha filha está aqui esta conta, vai pagar que depois a mãe dá-te o dinheiro’ (...) sou filha mas também sou amiga”.*

Entrevista 17: *“Se eu ganhar 600 euros, dou-lhe (à mãe) 300 porque sei que estou a ajudar a pagar as despesas dos dois. As contas da casa vêm primeiro, aí depois penso em comprar uma calça ou um telefone (...) sempre fui assim”.*

Assiste-se uma vez mais à acentuada responsabilização dos filhos pelo equilíbrio do orçamento doméstico. Contudo, há jovens que, apesar de não trabalharem, identificaram outras formas de ajudar em casa, como por exemplo, o apoio ao nível das contas:

Entrevista 3: *“Por acaso ajudo sempre nas leituras do contador da luz, através da internet, e evita-se a estimativa por cima”.*

Entrevista 19: *“Eu gosto sempre de perguntar o dinheiro que temos este mês e de saber o que se pode gastar...Eu e a minha mãe fazemos muitas vezes as contas juntas para ver o que dá”.*

Entrevista 27: *“Trabalho com eles mais a níveis de contenção de gastos. Uma das dicas é, independentemente do tempo que a gente se ausente de um espaço desligarmos sempre as luzes do interruptor. Não importa se nos ausentamos um minuto. A energia que se gasta ao arrancar equivale a um segundo, por isso se nos ausentarmos por mais que esse tempo, já compensa. Outra sugestão foi alterarmos de gás de bilha para gás canalizado (...) verificámos que a factura foi reduzida a metade”.*

Pelos testemunhos recolhidos podemos concluir que os filhos assumem responsabilidades diversas, quer pagando os seus estudos ou transportes, quer contribuindo para as contas da casa ou para a correcta planificação dos gastos.

Ainda no enquadramento desta questão alguns dos jovens deixaram transparecer que apesar da ocasional participação na gestão do orçamento familiar, quer pela escolha de alguns produtos alimentares ou para uso pessoal, quer pela contribuição financeira que fazem ou já fizeram, gostariam de ter um papel mais activo na tomada de responsabilidades perante a família, ressentindo-se da autoridade que os pais exercem nas decisões de consumo de todo o agregado familiar.

Alguns dos desabafos mostraram ser ferramentas inteligentes de contenção de gastos:

Entrevista 15: *“Quem é o cérebro de tudo na minha casa? É a minha mãe... E sendo filha e morando no mesmo teto, os teus pais não te ouvem. (...) mas sinto que traria alguns benefícios (...) por exemplo eu trocava todas as lâmpadas normais por essas económicas (...) quando vejo que estou a adormecer desligo a televisão do meu quarto e desligo na ficha e fica assim o dia inteiro (...) os meus pais não fazem isso. Também acharia conveniente colocar uma casa que eles estão a pagar, que está vazia, a alugar para se irem pagando as contas do condomínio e outros gastos... mas a minha mãe nunca quis”.*

Entrevista 31: *“Poupava nos canais da box. Ninguém está assim tanto tempo em casa para ver mais de cem canais...além de que só se vê um canal de cada vez! (...) Chamei também à atenção deles que existem na internet sites que nos permitem ver televisão em direto, depois bastava um cabo para fazer a ligação ao televisor”.*

Entrevista 33: *“O meu irmão, por exemplo, ele não trabalha. Não ajuda nas contas e ainda faz banhos de uma hora! Isso para mim não é aceitável!”*

Entrevista 35: *“Se participasse mais acho que fazia mesmo um orçamento para a minha mãe ter noção das despesas que tem e onde gasta o dinheiro, porque por vezes ela compra coisas que não têm grande utilidade e que financeiramente têm muito peso no orçamento do mês, e talvez ela começasse a gastar menos em certas áreas (...) fazia os possíveis para eles perceberem onde estão os grandes buracos e gastos mensais”.*

Denota-se, ao longo da análise das entrevistas, um padrão de comportamentos semelhantes aos comportamentos exibidos pelos filhos do grupo dos desempregados fabris, ilustrados no estudo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Cabe referi-los sucintamente neste estudo:

Por um lado, a co-responsabilização dos filhos pela estabilidade do orçamento doméstico sugere a adoção de estratégias de contenção incorporadas e alargadas a toda a família. A disciplina nos consumos e a propensão para a (intenção da) poupança assumem, assim, um carácter reprodutor de pais para filhos, moldando atitudes e comportamentos diversos;

É também idêntico entre os dois estudos a aversão ao empréstimo bancário, sendo o crédito à habitação em ambos os estudos o único que tem aceitação geral.

A convivência num ambiente de restrição financeira estimula o envolvimento dos jovens no orçamento doméstico, por iniciativa dos mesmos, seja a nível das decisões de consumo ou da participação monetária. Além disso, ativam múltiplas respostas de resiliência face à situação de precariedade, aprendendo cedo a priorizar consumos de primeira necessidade, a racionalizar o dinheiro e a aprender formas de poupança.

A participação dos jovens na gestão do orçamento doméstico é, então, encarada em ambos os estudos como vantajosa para o enquadramento financeiro das famílias e como estando diretamente relacionada com a redução de gastos e, conseqüentemente, com a melhoria da situação familiar.

Capítulo IV - CONCLUSÕES

Este trabalho teve como principal intuito estudar a natureza da participação dos jovens associados da A.I.G.A.S.T. na gestão do orçamento doméstico. Para tal foi necessário entender o ambiente familiar em torno das questões financeiras, aprofundando, nomeadamente, a temática da educação financeira no seio familiar e as atitudes e comportamentos dos jovens perante o dinheiro.

Na investigação que concluímos neste capítulo são apontados no enquadramento teórico alguns traços importantes:

O perigo do sobre-endividamento é uma problemática transversal a todos os cidadãos, com riscos acrescidos para algumas franjas da população. O nível de endividamento familiar, a falta de suporte da rede natural das famílias endividadas e a ocorrência de situações inesperadas de perda de rendimento são alguns fatores de risco que podem agravar a condição de insolvência.

Jovens como os que habitam no Vale da Amoreira, que se sentem aliciados a ingressar precocemente em profissões precárias, por vezes interrompendo os estudos devido a situações de abandono ou retenção escolar, correm um risco agravado de tomarem decisões financeiras menos informadas, que podem ter repercussões graves ao nível da sua saúde financeira e da capacidade de amortização de dívidas.

O Inquérito à Literacia Financeira do Banco de Portugal (2010) referenciou os jovens enquanto grupo populacional com níveis de literacia abaixo da média dos inquiridos e por isso, prioritário para trabalhar a educação financeira. Na verdade, o processo de capacitação financeira dos jovens portugueses está longe de ser uma realidade generalizada, contribuindo para tal o fraco debate entre pais e filhos sobre matérias financeiras (Frade, s.a.).

A juventude tem, nos dias de hoje, um posicionamento relativo nas sociedades e é-lhe frequentemente atribuída uma posição de fragilidade e de uma certa «desqualificação». As oportunidades para a sua participação são escassas e dúbias e os meios de socialização dos jovens não os preparam para a condição de cidadãos plenos. Contudo, é por excelência no ambiente familiar, que os jovens formam os seus primeiros conhecimentos financeiros e desenvolvem as suas atitudes e comportamentos para com o dinheiro. É, pois fundamental, que neste momento se nutram determinadas competências que capacitem os jovens enquanto intervenientes nas decisões de consumo e na gestão financeira familiar, preparando-os igualmente para a sua futura participação no mercado de crédito.

Assim, numa primeira reflexão, assume-se a vantagem de integrar os pais ou outros encarregados de educação nas estratégias de educação financeira destinadas aos jovens, a fim de garantir que a relação destes com o universo financeiro seja uma aprendizagem promovida também na perspetiva da dinâmica familiar. Dessa forma, a educação financeira permite aos jovens aplicar regularmente as

suas «competências financeiras», tornando-se um/a jovem mais dinâmico/a na gestão do orçamento doméstico.

Existem igualmente resultados a apontar. Encontraram-se algumas semelhanças entre o presente estudo e os resultados do Inquérito de Literacia Financeira do Banco de Portugal, especialmente ao nível da atitude positiva dos inquiridos perante a importância de planear despesas e ao nível da temática da compreensão financeira. Salientamos, nomeadamente o desconhecimento do termo *Spread*, por parte de alguns inquiridos, mesmo após terem contraído empréstimos à habitação.

A dimensão *confiança* depositada na família para conselhos e transmissão de informação (Inquérito de Literacia Financeira do Banco de Portugal, p. 24), é atestada uma vez mais nesta investigação. O fator *confiança* desempenha um papel que os agentes formais de disseminação de informação financeira realizam com relativo sucesso. É, de facto, relevante considerar a importância sociológica das relações (amigos, família, pessoas de referência) aquando da implementação de estratégias de educação financeira.

O mesmo Relatório concluiu, ainda, que uma parte dos portugueses inquiridos analisa a informação disponível antes de contrair produtos financeiros mas desconhece o valor das taxas de juro associadas aos mesmos. Esta contradição é semelhante ao paradoxo existente nas respostas dos inquiridos ao questionário das atitudes (anexo B), quando afirmam que têm dificuldades em compreender a linguagem dos bancos e das instituições financeiras mas mesmo assim leem atentamente as informações financeiras disponibilizadas e são ativos na busca desse tipo de informação. Estas são contradições e dilemas entre o que se faz e o que é esperado fazer.

Da análise dos resultados do questionário «*Atitudes perante o dinheiro*» concluiu-se que os filhos tenderam, nalgumas situações a exibir as mesmas atitudes que as dos pais, especialmente ao nível de atitudes orientadas para a poupança, para a precaução no momento da tomada de decisões financeiras e para o reconhecimento de dificuldades no entendimento da linguagem financeira e das terminologias usadas pelas instituições bancárias.

O estudo foi desenvolvido em volta de três questões de investigação. A questão 1. «*Houve a tendência para o diálogo no seio familiar que fomentasse a aprendizagem de atitudes e comportamentos por parte dos jovens da A.I.G.A.S.T. para a eficaz gestão do orçamento individual ou doméstico?*» permitiu concluir que existiram (e existem) diálogos familiares orientados, nomeadamente, para a importância do estabelecimento de prioridades e do investimento em objetivos pessoais e para a planificação das despesas. Pelo conjunto de testemunhos recolhidos fica claro que os diálogos nutridos entre pais e filhos tiveram impacto no desenvolvimento de atitudes e comportamentos positivos perante o dinheiro. É, contudo, importante salientar que o debate no seio familiar ao nível das questões financeiras fica comprometido pelo nível de literacia financeira que os pais apresentam. Neste sentido, apesar dos pais insistirem na importância da poupança e na

racionalização do consumo, foram detetadas algumas falhas na transmissão de ensinamentos e na formação de conhecimentos relacionados com a linguagem e a subscrição de produtos financeiros.

A ausência de diálogos familiares desta natureza parece repercutir-se nos conhecimentos que os jovens têm ao nível das questões financeiras, como alguns testemunhos recolhidos deixaram transparecer (testemunhos 21 e 31, p. 49).

A questão 2. «A restrição orçamental das famílias da A.I.G.A.S.T estimulou a criação de mecanismos de disciplina financeira nos seus filhos?» remetia para as competências desenvolvidas pelos jovens na área da economia doméstica, impulsionadas pelo ambiente de contenção financeira a que muitos estiveram ou estão sujeitos. A compreensão pela situação vivenciada em casa e a necessidade de desempenharem um papel activo na gestão do orçamento doméstico constituíram fatores fundamentais para o desenvolvimento de estratégias firmes na gestão do dinheiro. Alguns jovens afirmaram trabalhar de dia e estudar à noite, muitos dos estudantes têm ou já tiveram part-times, contribuindo monetariamente para as despesas da casa e pagando os seus estudos. A totalidade dos jovens afirma ser disciplinada na gestão dos gastos e na maximização da poupança. Concluiu-se, no caso dos participantes do estudo, que o ambiente financeiro desfavorável propiciou a criação de estratégias de gestão do orçamento individual e doméstico nos jovens, estimulando nestes uma variedade de respostas que lhes permitiram e permitem fazer face à sua situação financeira desfavorável. De facto, até um certo ponto, estes jovens participantes poderão estar mais capacitados para gerir eficazmente as suas finanças pessoais, face a outros jovens que não se depararam, ao longo do seu crescimento, com situações de retração financeira.

A questão 3. «*De que (outras) formas participam os jovens da A.I.G.A.S.T na gestão do orçamento doméstico?*» tinha como intuito perceber de que outras formas intervinham os jovens na tentativa de otimizar o orçamento doméstico. Os jovens inquiridos são criativos e manifestaram a sua influência nas decisões de consumo, para produtos pessoais mas também na escolha de equipamento para a casa, como eletrodomésticos, e na seleção de pacotes de televisão, internet e tarifários de telemóvel. São igualmente interventivos na apologia à poupança da água e da eletricidade. Os jovens afirmaram que gostariam de desempenhar papéis mais activos na tomada de responsabilidades financeiras perante a família. Estas reflexões são importantes para a forma de desenhar os programas de educação financeira atuais, tendo em conta o papel que os jovens podem potencialmente mostrar querer assumir no orçamento doméstico. Para tal é necessário veicularem-se modelos de intervenção que promovam nos jovens competências que lhes permitam aumentar a sua participação na gestão do mesmo. Concluiu-se, igualmente, que a participação dos jovens pode desempenhar um papel determinante na melhoria da gestão do orçamento doméstico, sendo claros os seus benefícios, tanto no estudo de Frade (2006) como na presente investigação.

Desta forma, no contexto abrangido pelo estudo existe, por um lado, a tendência para a reprodução de atitudes, comportamentos e experiências financeiras de pais para filhos, enraizadas em relações de confiança e em aprendizagens familiares. Por outro lado, assumem-se as potencialidades e os contributos da participação dos jovens enquanto atores na gestão do orçamento familiar, quando essa participação é possibilitada e incentivada.

A educação financeira permite disseminar no seio familiar, valores e hábitos adequados à gestão do orçamento doméstico, desconstruindo crenças negativas face ao dinheiro e contrariando comportamentos financeiros prejudiciais. Permite igualmente olhar para a gestão do orçamento familiar de forma participativa e inclusiva, estendendo responsabilidades a todo o agregado familiar.

Sugere-se que em projetos similares de educação financeira se faça um levantamento das áreas de formação prioritárias para trabalho com jovens na componente familiar, e se envolvam também as escolas e coletividades (associações recreativas ou desportivas, por exemplo) como outros meios de socialização essencial para a disseminação de informação económica.

Deixa-se a sugestão de trabalhar cuidadosamente a componente cultural na formação de crenças e comportamentos, e aprofundar se a proveniência dos participantes pode ter impacto na forma como pais e filhos gerem o dinheiro.

Capítulo V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abebe, Tatek e Kjørholt, Anne Trine (2011), “Young people, participation, and sustainable development in an urbanizing world, A Working Paper”, *United Nations Human Settlement Program, UN-Habitat*, Norwegian Centre for Child Research (Online). Disponível em http://www.globalyouthdesk.org/Research/ArticleDownload.aspx?fname=A20114126322_1.doc
- Afonso *et al* (2006), *Operação Vale da Amoreira: diagnóstico*, Lisboa, CET/INH
- Amaro, Rogério Roque (2003). “*Desenvolvimento: Um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria*”, *Cadernos de Estudos Africanos*, número 4, Janeiro/ Julho, pp. 35-70
- Baía, João Paulo (2008), *A influência do adolescente na decisão de compra em famílias monoparentais*. Tese de doutoramento, Departamento de Ciências e Gestão. Lisboa, ISCTE.
- Banco de Portugal (2007). “Relatório de Estabilidade Financeira | 2007”, Banco de Portugal, (Online). Disponível em http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioEstabilidadeFinanceira/REFAnteriores/Documents/ref_07_p.pdf
- Banco de Portugal (2010a). “Inquérito à literacia financeira da população portuguesa | 2010 Apresentação dos Principais Resultados”, (Online). Disponível em <http://cliente bancario.bportugal.pt/pt-PT/Noticias/Paginas/InqueritoLiteraciaFinanceira.aspx>
- Banco de Portugal (2010b). “Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa | 2010”, Banco de Portugal, (Online). Disponível em <http://cliente bancario.bportugal.pt/pt-PT/Publicacoes/InqueritoLiteraciaFinanceira/Paginas/InqueritoLiteraciaFinanceira.aspx>
- Butterfoss, Frances Dunn; Goodman, Robert M.; e Wandersman, Abraham. (1993). Community coalitions for prevention and health promotion. *Health Education Research*, 8 (3), 315-330.
- Carmo, Hermano e Manuela Malheiro Ferreira (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para a Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Comissão Europeia (2009), *The financial crisis and financial education: Second Meeting of the Expert Group on Financial Education*. Comissão Europeia, (Online). Disponível em http://ec.europa.eu/internal_market/fin services-retail/docs/capability/financial_crisis_report_en.pdf
- Comité Económico e Social Europeu, Jornal Oficial da União Europeia, (2003). *Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «Consumidores e Oportunidades Transfronteiras no Mercado Único* (Online). Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/oj/2003/c_133/c_13320030606pt00010005.pdf
- Conclusões da Conferência Internacional de Educação Financeira, “Perspectivas para Portugal”, comunicação apresentada na I Conferência de Educação Financeira, realizada na Casa da Cultura, 6 de novembro de 2009, Alvaiázere.
- Conselho ministerial para a Educação, Desenvolvimento Infantil e Assuntos Juvenis (Austrália), 2009. *National Consumer and Financial Literacy Framework*, MCEETYA Publications.
- Department for International Development (DFID), (2010). *Youth Participation in Development: A guide for development agencies and Policy Makers*, London: DFID–CSO Youth Working Group.

European Banking Federation (2009). “*Financial literacy – Empowering consumers to make their right choices*”, European Banking Federation, (Online). Disponível em http://www.sff.is/media/ebf/EBF_Report_on_Financial_Literacy_-_April_2009.pdf

Farinha, Luísa (2008). “O endividamento das famílias portuguesas: evidência recente com base nos resultados do IPEF 2006-2007”. Banco de Portugal. *Relatório de estabilidade financeira*. Lisboa: Banco De Portugal, pp. 141 – 155.

Florin, Paul e Wandersman, Abraham (1990). An introduction to citizen participation, voluntary organizations and community development – insights for empowerment through. *American Journal of Community Psychology*, 18 (1), pp. 41-55.

Frade, Catarina *et al.* (2006), *Desemprego e Sobreendividamento: contornos de uma ‘ligação perigosa’*, Coimbra: OEC.

Faria, Rita (2011). “Há cada vez mais famílias a pedir ajuda por causa de dívidas”, em *Público* (20 de Março de 2011), (Online). Disponível em - http://economia.publico.pt/Noticia/ha-cada-vez-mais-familias-a-pedir-ajuda-por-causa-de-dividas_1485848

Financial Literacy Foundation (2007) *Financial Literacy: Australians understanding money*, Canberra: Commonwealth of Australia

Instituto da Droga e da Toxicodependência, Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, (2009). *PORI: Resumo do Diagnóstico do Território: Freguesia do Vale da Amoreira*, (Online). Disponível em: <http://www.idt.pt/PT/DelegacoesRegionais/Lisboa/Documents/Vale%20Amoreira.pdf>

Jornal Oficial da União Europeia (2009), “*Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre Educação financeira e consumo responsável de produtos financeiros*”, (2011/C 318/04), (Online). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2011:318:0024:0031:PT:PDF>

Kotz, Hans-Helmut (2007), “Increasing Financial Capability: Underwriting the Provision of a Public Good”, comunicação inicial apresentada na Conferência Increasing Financial Capability, da União Europeia, realizada a 28 de março de 2007, Bruxelas.

Lusardi, Annamaria e Tufano, Peter (2008), “Debt Literacy, Financial Experiences and Overindebtedness”, *NBER Working Paper Series*, (Online). Disponível em <http://www.aeaweb.org/assa/2009/retrieve.php?pdfid=302>

Lusardi, Annamaria, Olivia Mitchell e Vilsa Curto (2010), “Financial Literacy among the Young”, *Journal of Consumer Affairs*, Special Issue on Financial Literacy, 44, pp. 358-380.

Marconi, Marina de Andrade e Eva Maria Lakatos (1999), *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas: Amostragens e técnicas de pesquisa: Elaboração, análise e interpretação de dados*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas.

Marques, Maria Manuel Leitão e Catarina, Frade, Catarina (2004), “Regular o sobreendividamento”, in Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (org.), *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 79-98.

Moore, Danna (2003), “Survey of financial literacy in Washington State: Knowledge, behavior, attitudes, and experiences”. *Washington State University Social and Economic Sciences, Research Center Technical Report*, (Online). Disponível em <http://www.dfi.wa.gov/news/finlitsurvey.pdf>

O Associativismo Juvenil e a Cidadania Política. Pedro M. Ferreira (Coordenador), Pedro Alcântara da Silva (2005), Coleção Estudos Sobre Juventude, n.º 9. Lisboa: IPJ.

Observatório do Endividamento dos Consumidores (coord.); Frade, Catarina (sem data), “Inquérito sobre os comportamentos e os valores económicos dos jovens”, Coimbra: CES.

- OEC (2007), “A participação dos filhos na resolução do sobrendividamento: exclusão ou partilha?” OEC Notícias. 04 Mar. 2007. Vol. Março, n.º 4 (2007), pp. 1 - 2. Coimbra: OEC.
- Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) (2005a). *Improving financial literacy: Analysis of issues and policies*. Paris: OECD Publications.
- OCDE (2005b). *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. OCDE, (Online). Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/7/17/35108560.pdf>
- OCDE (2009a) *Financial Literacy and Consumer Protection: Overlooked Aspects of the Crisis*. OCDE, (Online). Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/32/3/43138294.pdf>
- OCDE (2009b). “OECD project on financial education and its International Network on Financial Education”, OECD, (Online). Disponível em <http://www.financial-education.org/dataoecd/8/28/44409678.pdf>
- OCDE (2010). PISA 2012 Literacy Framework. OCDE, (Online). Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/8/43/46962580.pdf>
- Ornelas, J & Maria, S. (2000). Actas da 2ª Conferência de Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental: *Diversidade e Multiculturalidade*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Ornelas, J. & Maria, S. (2002). Actas da III Conferência de Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental: *Participação, Empowerment e Liderança Comunitária*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Ornelas, J. (2001). “*Diversidade e Desenvolvimento Comunitário*”, em J. Ornelas, S. Maria (Eds.), *Diversidade e Multiculturalidade*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada
- Pais, José Machado (1990). *Análise Social*, Volume XXV (105-106), 139-165. “A construção sociológica da juventude — alguns contributos”, (Online). Disponível em <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Jos%C3%A9%20Machado%20Pais%20-%20Publica%C3%A7%C3%B5es%201990.%20n%C2%BA2.pdf>
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rappaport, J. (1992). *Researching community psychology*. In P. Tolan, F. Chertok, & L. Jason (Eds.), *Research in community psychology*. Washington, D.C.: American Psychological Association.
- Rede Social do Município da Moita (2009) *Diagnóstico Social do Concelho da Moita*, (Online). Disponível em: <http://www.cm-moita.pt/NR/rdonlyres/849CCFC1-82EB-4983-9DE4-4AED91A3B8C5/38104/Diagn%C3%B3sticoSocialConcelhoMoita2009.pdf>
- Rich, Richard C.; Edelstein, Michael; Hallman, William, K.; e Wandersman, Abraham (1995). Citizen Participation and Empowerment: The Case of Local Hazards. *American Journal of Community Psychology*, 23 (5), pp. 657-676.
- Romão, Isabel (2005). “O desenvolvimento de competências para a participação cívica e política”, comunicação apresentada no Seminário Inaugural do Programa de *Mentoring* com vista ao fomento da participação cívica e política das jovens mulheres - *De Mulher para Mulher*. Casa de Serralves, 22 de Outubro de 2005, Porto.
- Santos, Boaventura (1989). *Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna*. 4ª Ed. Porto: Afrontamento.
- Santos, Cristiane Pizutti e Fernandes, Daniel Von Der Heyde (2011), “A socialização de consumo e a formação do materialismo entre os adolescentes”. *Revista de Administração Mackenzie*, (Online), Volume 12, Número 1. Disponível em: <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=195417394007> [Consult. 7 de Setembro 2011].

Santos, Fernando Teixeira (2009), “O Governo das Grandes Empresas, a Regulação e os Interesses dos Consumidores – Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças”, comunicação apresentada no Seminário Internacional Comemorativo da DECO, Culturgest, 27 de Abril de 2009, Lisboa.

Schmidt, Luísa (1990), “Jovens: família, dinheiro, autonomia”, *Análise Social*, 108-109, pp. 645-673.

Special Eurobarometer 355 (2010). “Poverty and Social Exclusion Report”. European Commission, (Online). Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_355_en.pdf

Taylor, Mark; Jenkins, Stephen e Sacker, Amanda (2011). “*Financial Capability, Income and Psychological wellbeing*”, ISER Working Paper Series, Institute for Social and Economic Research, (Online). Disponível em <http://www.iser.essex.ac.uk/publications/working-papers/iser/2011-18.pdf>

World Programme of Action for Youth to the Year 2000 and Beyond (1997). *United Nations*, 1997 Published by the United Nations Department of Public Information, (Online). Disponível em: <http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm>

Yin, Robert K. (2003). *Case Study Research: design and methods*. 3ª Ed., SAGE, Thousand Oaks: SAGE

“Youth Participation in Decision-Making” – Chapter 10 (2003). *World Youth Report*, pp. 271 – 288, (Online). Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/ch10.pdf>

ANEXOS:

- A. Questionário 1 – Inquérito de Caracterização às Famílias
- B. Questionário 2 – Questionário *Atitudes perante o dinheiro*
- C. Guião da entrevista
- D. Grelha de análise de conteúdo

CARACTERIZAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR – ENTREVISTA ADULTOS

1. Caracterização do inquirido

1.1 **Inquirido** Pai Mãe Outro familiar encarregado de educação

1.2 **Sexo** Feminino Masculino 1.3 **Idade** _____

1.4 **Nacionalidade** _____ 1.5 **Naturalidade** _____

2. Caracterização da família

2.1 **Família**

Casal com criança(s) Família monoparental Casal sem criança(s) 4. Família unipessoal 5. Outro

2.2 **Nº de crianças** 1 2 3 >3

2.3 **Outros membros da família** Não Sim Quantos? _____

2.4 **Quem são as pessoas no agregado familiar que recebem rendimentos/ subsídios?**

2.5 **Condição perante o trabalho**

- 1. Trabalhador/a em Full-time
- 2. Trabalhador/a em Part-time
- 3. Doméstica / trabalhador familiar
- 4. Desempregado/a ou à procura de...
- 5. Impossibilitado de trabalhar
- 6. Reformado/Pensionista
- 7. Serviço Militar
- 7. Estudante
- 8. Outro

Inquirido

-
-
-
-
-
-
-
-
-

Outros

-
-
-
-
-
-
-
-
-

2.6 **Fontes de rendimento**

- 1. Trabalho por conta própria
- 2. Trabalho por conta de outrém
- 3. Subsídio de Desemprego
- 4. Subsídio de Maternidade
- 6. Pensão/Reforma
- 7. Outros subsídios Estatais
- 8. RSI
- 9. Banco Alimentar
- 10. Outras fontes

2.7 **Rendimento líquido total da família**

Até 1 x IAS = 419,22€ Até 3 x IAS = 1257,66€
 Até 2 x IAS = 838,44€ Até 4 x IAS = 1676,88€
 > 4 x IAS

2.8 **Sector de Actividade**

- 1. Industria
- 2. Construção Civil
- 3. Comércio (lojas)
- 4. Comércio ambulante
- 5. Restaurantes e cafés
- 6. Serviços pessoais
- 7. Serviços de limpeza
- 8. Serviços da Administração Central e Local
- 9. Outros serviços
- 10. Outras actividades

3. Residência

3.1 *Caracterização e ocupação*

É proprietário ou co-proprietário da residência

É arrendatário

Qual o tipo de contrato de arrendamento do seu alojamento?

Contrato com prazo certo

Contrato de duração indeterminada

Contrato de renda social ou renda apoiada

Subarrendamento

Outra situação (cedência gratuita, porteiro(a))

3.3. Beneficia de subsídios de apoio à habitação? Sim Não

4. Bens

4.1 *Equipamentos electrodomésticos*

1. Quantos computadores possui em casa?

0 1 2 3 > 3

Quantos foram comprados? _____

2. Tem acesso à internet na sua casa? Sim Não

3. Tem transmissão de tv por cabo por satélite ADSL Com antena terrestre

Quantas tvs existem na habitação? _____

4. Tem máquina de lavar roupa? Sim Não

5. Tem máquina de lavar louça? Sim Não

6. Quantos telemóveis possui o agregado familiar?

0 1 2 3 > 3

Categoria a que pertencem: 2ª Geração 3ª Geração 4ª Geração

7. Quantos leitores de DVD possui o agregado familiar?

0 1 2 3 > 3

4.2 *Viatura*

1. Possui viatura própria em Portugal? Sim Não

2. Como se desloca habitualmente?

Transportes Automóvel A pé

5. Lazer

5.1 *Diversão*

Quem dos membros da família costuma sair para diversão?

Pai/ Mãe Filhos Saídas em família

Com que frequência costumam sair à noite?

Frequentemente Poucas vezes Raramente Nunca

Se frequentemente, costumam sair: Dentro do bairro Fora do bairro Os dois casos

Costumam sair com que finalidade?

Comer fora Cinema Diversão Nocturna Outro _____

5.2 **Férias**

Com que frequência costuma sair para férias?

Frequentemente Poucas vezes Raramente Nunca

É frequente fazer férias para fora do país?

Sim Não

Se sim, que transporte normalmente utilizam para viajar?

Viatura própria Autocarro ou Comboio Avião Outro

6. **Inclusão Financeira**

6.1 **Conta bancária**

Possui conta bancária? Sim Não

Se não possui conta bancária, porquê?

Não tem rendimentos que justifique

A conta bancária de outra pessoa é suficiente

Os custos de ter conta são elevados

Não tem a sua documentação regularizada

Outro Qual? _____

6.2 **Produtos bancários**

Conhece alguns destes produtos bancários? (assinale os que conhece)

Plano Poupança-Reforma Crédito à Habitação Depósito a prazo

Já alguma vez aderiu a algum destes produtos?

Sim Não Outros Quais? _____

Se não, porquê?

Porque nunca possuí conta bancária

Porque não possuo condições financeiras para o fazer

Porque não acredito nos produtos que os bancos oferecem

Não vejo interesse/ vantagens nesses produtos

Outro Qual? _____

6.4 **Endividamento**

Em Portugal, pediu algum empréstimo ao banco para...?

Comprar a sua casa Comprar o carro Os dois Nenhum

6.3 **Terminologias financeiras**

(Assinale os termos financeiros que conhece)

Taxa de juro Taxa Anual Efectiva Spread Amortização do empréstimo Capitalização dos juros Insolvência

O presente questionário pretende entender as crenças, emoções e sentimentos dos associados da AIGAST perante o dinheiro.

Este inquérito inscreve-se num trabalho de investigação que pretende perceber a relação entre a forma como percebemos o dinheiro e os comportamentos que adoptamos nos assuntos financeiros que nos dizem respeito, bem como a sua influência na relação dos nossos filhos com o dinheiro.

Por favor, leia atentamente cada frase e assinale a alternativa que mais se ajuste, com base na escala **Concordo Muito, Concordo, Indiferente e Discordo**.

Responda a todas as questões o mais sinceramente possível, pois não existem respostas certas ou erradas.

O questionário é anónimo.

1. “O dinheiro apenas serve para comprar coisas”

Concordo Muito

Concordo

Indiferente

Discordo

2. “Lidar com o dinheiro provoca-me ansiedade”

Concordo Muito

Concordo

Indiferente

Discordo

3. “Pensar demasiado no meu futuro financeiro a longo prazo deixa-me angustiada/o”

Concordo Muito

Concordo

Indiferente

Discordo

4. “O dinheiro é importante para se ser feliz na vida”

Concordo Muito

Concordo

Indiferente

Discordo

5. “Em relação às minhas finanças, gosto de pensar no presente, não me preocupo com o dia de amanhã”

Concordo Muito

Concordo

Indiferente

Discordo

6. “Lidar com o dinheiro é aborrecido”

Concordo Muito

Concordo

Indiferente

Discordo

7. “Tenho dificuldades em compreender a linguagem financeira que é usada pelos bancos e outras instituições financeiras”

Concordo Muito

Concordo

Indiferente

Discordo

8. “Eu pondero bastante e leio atentamente as informações que me são disponibilizadas antes de tomar as minhas decisões financeiras”

Concordo Muito

Concordo

Indiferente

Discordo

9. “Nada que eu faça trará grandes mudanças à minha situação financeira”

Concordo Muito

Concordo

Indiferente

Discordo

10. “Eu tento estar informada/o acerca das questões relacionadas com o dinheiro”

Concordo Muito

Concordo

Indiferente

Discordo

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	DIMENSÕES DE ANÁLISE	QUESTÕES
<p>2) Aferir se no contexto familiar, durante a infância e adolescência, houve diálogos que fomentassem a aprendizagem de comportamentos para a eficaz gestão do orçamento individual ou familiar (os valores são repassados?)</p>	<p>Estímulo do diálogo familiar (Educação Financeira)</p>	<p>Os seus pais alguma vez conversaram consigo sobre a gestão do orçamento doméstico?</p> <p>Os seus pais alguma vez falaram consigo sobre a necessidade da poupança ou do planeamento das despesas em casa?</p> <p>Os seus pais alguma vez falaram consigo sobre o que era uma conta bancária? O que são taxas de juro? Os riscos quando se pede um empréstimo bancário? Como evitar o endividamento excessivo?</p> <p>Adquiriu alguns conhecimentos dessa partilha que use no seu quotidiano? Quais?</p> <p>Os teus pais alguma vez conversaram contigo sobre a gestão do orçamento doméstico?</p> <p>Os teus pais alguma vez falaram contigo sobre a necessidade da poupança ou do planeamento das despesas em casa?</p> <p>Os teus pais alguma vez falaram contigo sobre o que era uma conta bancária? O que são taxas de juro? Os riscos quando se pede um empréstimo bancário? Como evitar o endividamento excessivo?</p> <p>Adquiriste alguns conhecimentos desses momentos de partilha que já uses no teu quotidiano? Quais?</p>
<p>3) Aferir se a restrição financeira estimula uma forte disciplina nas famílias</p>	<p>Consumo e Poupança - Comportamentos</p>	<p>Utiliza algumas estratégias para conseguir poupar o dinheiro que se gasta em casa?</p> <p>Sente que essa é uma responsabilidade partilhada por todos ou deve ser uma preocupação apenas sua (ou dos pais)?</p> <p>Costuma planear as suas despesas mensais? De que forma planifica as suas despesas?</p> <p>Costuma conseguir pôr algum dinheiro de parte para despesas imprevistas?</p> <p>As prioridades lá para casa (alimentação, estudos, passes, etc) são discutidas em conjunto ou são rigorosamente</p>

participantes		<p>escolhidas por si (pais)?</p> <p>Que fins dás ao teu salário (no caso de trabalhar) / ao dinheiro que vais poupando?</p> <p>Utilizas algumas estratégias para conseguir poupar o dinheiro que recebes?</p> <p>Sentes que a poupança é uma responsabilidade partilhada por todos em casa ou deve ser uma preocupação dos teus pais?</p> <p>Costumas conseguir pôr algum dinheiro de parte para despesas imprevistas?</p> <p>O que fazes quando o dinheiro disponível que tens não chega para as despesas que queres realizar?</p> <p>As prioridades lá para casa (alimentação, estudos, passes, etc) são discutidas em conjunto ou são rigorosamente escolhidas pelos teus pais?</p> <p>Os seus filhos ajudam na gestão do dinheiro da casa? De que forma?</p> <p>Como descreveria o comportamento dos seus filhos perante o dinheiro?</p> <p>Os seus filhos têm influência no cabaz das compras lá de casa? Em que produtos têm mais influência?</p> <p>Acha que os filhos podem desempenhar um papel importante na gestão do dinheiro de casa? De que forma?</p>

<p>4) Aferir o nível de participação dos jovens na gestão do orçamento familiar</p>	<p>Influência dos jovens na gestão do consumo familiar - Comportamentos</p>	<p>Ajudas na gestão do dinheiro da casa? De que forma? Como descreverias o teu comportamento perante o dinheiro? (Se trabalha a full ou part-time) - Costumas contribuir para o pagamento das contas de casa? Costumas ter influência no cabaz de compras lá de casa? Em que produtos tens mais influência? Costumas fazer a lista de compras? Achas que podes desempenhar um papel mais importante na gestão do dinheiro de casa? De que forma?</p>
---	---	--

Nota: Este guião não contempla todas as questões que foram feitas posteriormente, em contexto de entrevista. As respostas às perguntas adicionais foram gravadas em áudio e foram incluídas na grelha de análise de conteúdo.

Tema	Categoria	Subcategoria	Depoimentos dos participantes
<p style="text-align: center;"><i>«Diálogo no seio familiar que fomentasse a aprendizagem de atitudes e comportamentos para a eficaz gestão do orçamento individual ou doméstico»</i></p>	<p style="text-align: center;">Gestão do dinheiro associada a situações de privação financeira</p>	<p>Sim</p>	<p>Entrevista 2: Sobre gestão do dinheiro não. Não se tinha essa conversa. Tinha-se o dinheiro, tinham-se as coisas (...) era coisa que não fazia falta. Servia até para a família ajudar todo o mundo que chegasse aí (...) Eram abastados, não tinham necessidade”.</p> <p>Entrevista 8: “Isso arranjava-se um jeito, não faltou dinheiro nunca”.</p> <p>Entrevista 11: “Não, a minha mãe nunca falou nisso porque lá na terra nunca ninguém se preocupava com isso. A minha mãe, graças a Deus, tinha tudo, não comprava nem nada (...) a casa era dela, quem a fez foi ela”.</p> <p>Entrevista 28: “Não, nunca houve nada disso porque ela trabalhava com uns senhores e tinha tudo, os senhores também davam tudo (...) eu mesma trabalhava também nessa altura recebia o meu dinheiro, fechava na gaveta e não me preocupava com dinheiro... não é como agora”.</p> <p>Entrevista 30: “A minha mãe tem uma horta grande de cajus, e trocava por quilos de arroz (...) os primos dela andavam na pesca também traziam para ela. Não se falava no dinheiro assim, não podia era faltar na mesa”.</p>
	<p style="text-align: center;">Referência a aprendizagens e familiaridade com hábitos de gestão</p>		<p>Entrevista 15: “Em casa havia sempre aí um jarro na cozinha, com dinheiro para a família. Era só a mamã que lhe tocava mas servia para esses imprevistos. E hoje é assim”.</p> <p>Entrevista 22: “Tipo o rolo de roupa... farta de fazer rolos que eu nem tenho conta. Era criança, desde que aprendi a escrever. Quando vinha a lavadeira era calça, camisa, não sei quê, depois contava e conferia o dinheiro”.</p> <p>Entrevista 23: “Tínhamos muito terreno lá, com arroz, mandioca, milho, castanha eu sei lá. Sempre ajudei cedo o meu pai, nas plantações, nos transportes, no dinheiro. Sempre ajudava a gerir tudo, era a vida da família”.</p> <p>Entrevista 30: “Sempre trabalhei, entreguei o meu dinheiro à minha mãe enquanto vivi com ela, ela depois geria e pagava a quem devia. O resto guardava-se, tinha-se um lugar seguro para isso”.</p>
	<p style="text-align: center;">Diálogos sobre dinheiro e poupança</p>		<p>Entrevista 6: “O meu avô veio da guerra na Angola, viveu muita privação, de maneira que sempre nos disse que nós temos de saber poupar, não devemos estragar a comida porque é símbolo do dinheiro ir para o lixo (...) para fazer contas de poupar para o futuro porque não sabemos das dificuldades que podem advir futuramente”.</p> <p>Entrevista 13: “Os meus pais sempre me ensinaram a mim e aos meus dois irmãos, por exemplo, a importância de comer o que estava no prato (...) tinha que se poupar, porque se se gastasse hoje, amanhã não haveria para comer (...) era importante juntar o dinheirinho, saber dividir e gerir a mesada, que era de vinte escudos, a minha mãe dizia ‘filha tens que fazer um pezinho de meia porque chegando o Natal ou o aniversário podes comprar uma coisa extra para ti’ (...)”.</p> <p>Entrevista 25: “Falaram-me, portanto, sobre como é que eu devia gerir as despesas”.</p>

		Não	<p>Entrevistas 2, 5, 8, 11, 15, 18, 20, 22, 23, 28, 30, 32, 34: “Não”.</p> <p>Entrevista 26: “Não, na altura não se falava sobre isso. Também se sabia que custava tanto a ganhar que era mais ou menos secundário expressar isso”.</p> <p>Entrevista 36: “Quando eu era miúda contavam-se os tostões (...) não se falou diretamente sobre o dinheiro, penso que naquela altura estava subentendido que tínhamos de ser cautelosos (...) agora é diferente”.</p>
	Diálogos sobre linguagem e produtos bancários	Sim	<p>Entrevista 20: “O meu avô sempre teve uma forma gira, porque éramos crianças, de nos passar algumas mensagens importantes, como o que significava uma taxa de juro, quais são as dificuldades que poderiam advir caso não tivéssemos todas as informações ou não lêssemos em condições um contrato futuro (...)”.</p> <p>Entrevista 38: “Sim, sobre a importância da poupança, sobretudo (...) chegou-me a falar de alguns investimentos que tinha feito para as suas poupanças”.</p>
		Não	<p>Entrevistas 2, 5, 8, 11, 15, 18, 23, 26, 28, 30, 36: “Não”.</p> <p>Entrevista 22: “Não, para quê? Desde que nasci já tinha a minha conta poupança, naquele tempo era a Caixa Económica (...) isso foi depois, sozinha. Em casa havia dinheiro suficiente”.</p> <p>Entrevista 32: “Não, o meu pai foi comigo ao banco no momento de comprar a casa mas assim conversas na adolescência não se tinham”.</p> <p>Entrevista 34: “Não, nunca. Quem vai ao banco na Guiné? Ninguém ia ao banco naquela altura. Tinha-se o dinheiro e as coisas e pronto”.</p>
	Arrependimentos e anseios futuros		<p>Entrevista 5: “Tinha sido importante eu ter falado com ela mais sobre os créditos, porque eles agora facilitam, dão tudo de mão beijada, só que as pessoas endividam-se”</p>

Tema	Categoria	Depoimentos dos participantes
<p style="text-align: center;"><i>«A restrição orçamental das famílias da A.I.G.A.S.T estimulou a criação de mecanismos de disciplina financeira»</i></p>	<p style="text-align: center;">Histórias anteriores de restrição financeira no seio familiar</p>	<p>Entrevista 6 : “O meu avô sempre me responsabilizou perante as contas da casa, porque para nós nunca houve uma altura em que era um mar de rosas”.</p> <p>Entrevista 20 : Sempre fui uma pessoa que comprei a roupa que gostava mas não era roupa de marca (...) talvez por influência dos meus avós mais de metade do meu salário ia para a minha mãe, para ajudá-la”.</p> <p>Entrevista 26: Eu sempre trabalhei desde menor porque a minha mãe tinha muitos filhos e eu tive que ajudar a minha mãe a manter-nos (...) trabalhei para não andar de sandálias rotas (...) por isso sempre tive o hábito de poupar”.</p> <p>Entrevista 23: “Não havia outra forma se não ajudar lá em casa. Todos contribuíamos”.</p> <p>Entrevista 18: “Fui habituada a trabalhar muito cedo com a minha mãe. Trabalhámos no mercado. Aprendi tudo ainda não tinha 7 anos. Voltei para a escola muito tarde”.</p> <p>Entrevista 36: passaram-se muitas necessidades quando eu era pequena. Conheci muitas dificuldades (...)”.</p>
	<p style="text-align: center;">Consumos de primeira necessidade / Estratégias de poupança</p>	<p>Entrevista 2: Levo o cartão de comerciante da minha amiga e vou ao Recheio, compensa fazer lá as compras do mês. De resto uso mais marcas brancas”.</p> <p>Entrevista 6: “Aquilo das obras deixou a água a escorrer, cá em casa preocupamo-nos em fechar bem as torneiras para não ficar a pingar, evitamos as luzes acesas... tudo o que imaginarmos fazemos”.</p> <p>Entrevista 8: “Faço planos de compras. Compro as coisas essenciais primeiro, o que sobra ponho de lado para os miúdos”.</p> <p>Entrevista 11: Se eu agora comprar, por exemplo, vitela, fico dois meses sem comprar essa carne. Também sempre aproveitei certas promoções... em vez de comprar um kg de carne, compro cinco quando fica mais barato, depois congelo”.</p> <p>Entrevista 13: “ (...) Também tenho atenção às luzes acesas, se tiver na cozinha é só essa luz que está acesa, as outras divisões estão todas desligadas. Tenho muito cuidado com os gastos até porque é a minha filha a única que trabalha das duas e o dinheiro não chega para tudo”.</p> <p>Entrevista 15: “Carne é uma vez por semana. Leite, pão, azeite (...) o essencial. Roupa compramos na feira, fica barato, e não é todos os meses”.</p> <p>Entrevista 20: “São os gastos do costume, a comida, os detergentes, o mínimo para eles andarem na escola e o básico para nós”.</p> <p>Entrevista 22: “Sou muito poupada mas algumas vezes estico... e nessas alturas logo a seguir corto noutras despesas”.</p> <p>Entrevista 23: “Somos muito poupados. Não fazemos férias, não saímos, vamos ficando por aqui para poder guardar dinheiro (...) Vamos voltar para a Guiné”.</p> <p>Entrevista 26: “Mesmo as três miúdas compram peças de roupa e usam-nas as três porque têm pouca diferença de idades (...) Elas reaproveitam tudo... roupas, malas, livros... Ainda aproveitei muita coisa. Quando eram bebés decidi comprar sempre roupa clara para dar para os dois sexos, para nunca desperdiçar”.</p> <p>Entrevista 28: “Primeiro ponho de parte o que são despesas certas lá para casa, como a luz, o gás e a água. Depois gerimos o resto. Não jantamos fora, são raríssimas as saídas. As férias são cá dentro, perto do Vale (...)”.</p>

		<p>Entrevista 30: "Escolho os sítios onde vou, o que compro, o preço (...) Lista de compras para o inglês ver não, mas vou com a lista na minha cabeça, posso acrescentar uma coisa ou outra mas não ultrapassa o limite".</p> <p>Entrevista 32: "Tenho sempre um dinheirinho de parte para quando chegamos ao fim do mês, temos salvaguardado (...) antes tínhamos que pagar renda, agora parecendo que não, sempre são 300 euros que vão para o banco, que é como se ainda estivéssemos a pagar a renda, não contamos com ele".</p> <p>Entrevista 34: "Vou planeando as compras. Compro azeite de dois em dois meses. Se comprar leite já não compro os iogurtes. Vou alternando porque não dá para comprar tudo assim ao mesmo tempo".</p> <p>Entrevista 36: "Já troquei três vezes de talho este ano por causa da oscilação de preços. Ultimamente escolho cada vez mais marcas brancas, porque começo a confiar".</p> <p>Entrevista 38: "Lá em casa sempre fomos muito conscientes da importância do dinheiro. Somos rigorosos em todas as compras, desde o pagamento da internet, até à compra de uma nova televisão ou da comida que compramos.</p>
	<p style="text-align: center;">Referência à impossibilidade de poupança</p>	<p>Entrevista 5: "Neste momento está um pouco complicado conseguir poupar, a minha situação não me permite, estou a receber RSI mas tenho os livros da miúda, saúde, etc..".</p> <p>Entrevista 15: "Não. Fiz este biscoito num restaurante ali na Baixa-da-Banheira mas já terminou e o meu filho está desempregado. Como é que dá para poupar? Não dá. Já cortámos no mês passado a internet".</p> <p>Entrevista 25: "Vim de Angola e estou de baixa. A minha filha é que me vai dando algum dinheiro. O dinheiro vai para a comida, consultas e medicação, não dá para mais nada".</p>
	<p style="text-align: center;">Comportamentos e valores financeiros dos filhos</p>	<p>Entrevista 2: "O mais poupado aí é o Amadiu, ele não gasta assim. Lá na Guiné (...) um dia entraram aí (residência familiar) e roubaram a máquina da roupa. A Naima, com o dinheiro que ela poupou, foi comprar outra máquina".</p> <p>Entrevista 6: "Ela não foi nunca de pedir muita coisa. Às vezes lá lhe dava um maminho, um estojo novo ou algum material escolar que ela achasse giro e que lhe fizesse falta, mas ela já sabia que não podia ser de marca".</p> <p>Entrevista 13: " O que os meus pais me foram transmitindo tento passar-lhe a ela. É ela que me ajuda, é muito poupadinha".</p> <p>Entrevista 15: "Não dá para vivermos de outra forma. O saco não está vazio mas também não fica de pé. Sabemos que temos de contar um para o outro não é? Então, ele é assim, não tem, não pede nem gasta".</p> <p>Entrevista 23: É assim... sou eu e ele e temo-nos um ao outro não é. Eu não vou poupar para ele ir gastar nem o contrário. Somos certinhos".</p> <p>Entrevista 38: "Ele é poupadinho, muito atinado, tenta trabalhar no Verão, estuda. Sabe que pode contar connosco mas sempre preferiu comprar as suas coisas com o dinheiro que ia poupando"</p>

	<p>Conhecimento da realidade financeira familiar por parte dos filhos</p>	<p>Entrevista 2: "Os meus filhos são muito poupados porque eles desde que nasceram eles tinham uma vida, a vida mudou drasticamente (...) eles também foram como eu, nunca tinham preocupação de nada, não faziam nada, tinham empregada. Agora também sabem todas as dificuldades".</p> <p>Entrevista 5: "Nunca escondi, até porque quando ela me pedia e eu não podia, eu dizia-lhe 'filha este mês só pode ser assim, temos de pagar estas despesas".</p> <p>Entrevista 15: "Somos os dois. Ele sabe o que se passa comigo, sabe como é cá em casa. Sabe o que é ter para comer, e o que é não ter. E eu sei o que se passa com ele, e vamos vivendo assim, como se pode".</p>
--	---	---

Tema	Categoria	Depoimentos dos participantes
<p>«Outras formas de participação dos jovens da A.I.G.A.S.T. na gestão do orçamento doméstico»</p>	<p>Influência dos filhos no consumo doméstico</p>	<p>Entrevista 2: "Tipo cereais... cada um come um tipo. Mesmo a manteiga há diferença. Tem de se comprar carne todas as semanas porque o Amadiu não come peixe nem que caia bomba atômica. Eu compreendo porque mesmo eu desde pequenina não gostei de comer contrariada".</p> <p>Entrevista 18: "Foram eles que sugeriram que eu fizesse as máquinas (da louça e roupa) à noite porque é mais barato".</p> <p>Entrevista 20: "O rapaz tem 15 anos, se ele não tiver algo que os amigos usam sente-se logo discriminado (...) é mais difícil por estar a atravessar a adolescência, o que é normal, e sente que deve andar sempre muito bem vestido (...) gasto mais com ele no gel para não estragar o cabelo, desodorizante, perfume, mas nada que vá para além dos possíveis".</p> <p>Entrevista 25: "Às vezes esticava, entendia por ela ser compreensiva, quando eu podia tentava mesmo agradá-la porque era uma miúda que nunca exigiu nada que eu nunca pudesse dar".</p> <p>Entrevista 38: "Assim para escolher algum eletrodoméstico ou equipamento informático ele percebe o que é mais em conta, como se poupa comprando x ou y (...) é proativo nesse sentido".</p>

Observações: Grelha de análise de Pais e Mães.

Tema	Categoria	Subcategoria	Depoimentos dos participantes
<p style="text-align: center;"><i>«Diálogo no seio familiar que fomentasse a aprendizagem de atitudes e comportamentos para a eficaz gestão do orçamento individual ou doméstico»</i></p>	<p style="text-align: center;">A valorização dos diálogos com os pais</p>		<p>Entrevista 3: "Sim, tem tudo a ver com o que eles (pais) me disseram. Cada vez que recebo do trabalho das férias, normalmente a primeira coisa é pensar logo o que vou fazer com o dinheiro, porque foi difícil ganhá-lo, onde é que o vou aplicar..."</p> <p>Entrevista 17: "Para mim esse abre olho da minha mãe foi indispensável para não cair na asneira de gastar tudo".</p>
	<p style="text-align: center;">Diálogos sobre dinheiro e poupança</p>	Sim	<p>Entrevista 1: "Disseram-me que tínhamos de começar a poupar hoje para ter amanhã".</p> <p>Entrevista 3: "Sim, falam-me de não estar a gastar o dinheiro assim à toa e para ter cuidado, principalmente neste momento, que estamos em crise (...) Para não gastar dinheiro assim com coisas menos importantes".</p> <p>Entrevista 4: "Para não comprar coisas que não precisasse, inclusive comida de plástico. Mas às vezes apetece-te comprar umas calças, ter aqueles tennis (...)".</p> <p>Entrevista 9: "Disseram que o dinheiro era para ser guardado para o momento oportuno, para situações futuras".</p> <p>Entrevista 10: "Que temos de ser poupadinhos e pensar no futuro (...)".</p> <p>Entrevista 14: Advertiram-me sempre para os cuidados com os cartões".</p> <p>Entrevista 16: "Estão sempre a avisar-me, 'olha, cuidado com o dinheiro, não o gastes nem o emprestes assim, estima-o (...)".</p> <p>Entrevista 17: "Falava-me mais sobre os cuidados a ter com o dinheiro, especialmente o que não é teu (...) as despesas indispensáveis, como gastar, isso".</p> <p>Entrevista 19: "Lá em casa somos 5. O que há é repartido por todos. Se há pouco não vamos gastar à toa (...) eu pelo menos não".</p> <p>Entrevista 27: "Os meus pais e eu temos essas conversas regularmente. O que fazer com o dinheiro, como e onde poupá-lo, o que quero fazer com as minhas poupanças".</p> <p>Entrevista 39: "Pouca coisa. Ter atenção ao dinheiro na carteira... quando há".</p>
		Não	<p>Entrevistas: 7, 21, 24, 29, 31, 33, 35: "Não".</p> <p>Entrevista 12: "Diretamente nunca se falou muito. Quando se vive com pouco dinheiro é óbvio que temos de poupar, se não nem para as coisas básicas nos sobra o dinheiro. Eu já nasci poupada".</p>
		Sim	<p>Entrevista 17: "A minha mãe comprou a casa a empréstimo e ela dizia 'olha, para ter isso tudo fiz um empréstimo, tu que não gostas de pedir nada a ninguém, veja bem isso', e eu também estou sempre com os papéis dela à mão que é para ajudá-la a fazer as coisas" (...) ela dizia-me 'se deixares de pagar o empréstimo o juro aumenta' e isso..."</p> <p>Entrevista 19: "O meu avô sempre teve uma forma gira, porque eramos crianças, de nos passar algumas mensagens importantes, como o que significava uma taxa de juro, quais são as dificuldades que poderiam advir caso não tivéssemos todas</p>

	Diálogos sobre linguagem e produtos bancários		<p>as informações ou não lêssemos em condições um contrato futuro (...)"</p> <p>Entrevista 27: "Fala-se da taxa de juro associada à minha conta, se está a ter ou não o rendimento esperado, mas é só isso".</p>
		Não	<p>Entrevistas: 1, 4, 7, 9, 14, 16, 24, 29, 33, 37, 39: "Não".</p> <p>Entrevista 3: "Não, não falaram, isto de abrir a conta bancária falaram, na altura explicaram-me o que era preciso, na altura eram 150 euros na Caixa Geral, e que o dinheiro ficava lá na conta, e eu não sabia que era assim, e é só isso".</p> <p>Entrevista 10: "Sobre produtos de bancos não, nunca houve conversas".</p> <p>Entrevista 12: "Sobre isso é mais fácil eu chegar a casa e informar os meus pais do que eles me ensinarem a mim alguma coisa sobre os produtos dos bancos".</p> <p>Entrevista 21: Não, nada... e ainda hoje não percebo isto que se está passar... a origem da crise e porque é que a bolsa (de valores) sobe e desce".</p> <p>Entrevista 31: "Lembro-me de quando fui ao banco abrir a conta mas a partir daí nunca mais se falou nisso...nem sei hoje ainda o que é um <i>spread</i>".</p> <p>Entrevista 35: "Não, isso aprendi sozinha, com leituras minhas".</p>
	Papel da escola na disseminação da educação financeira		<p>Entrevista 1: "Nem acho que tivessem que ser os meus pais a darem-me essas informações. Se não as sei é por minha culpa, a minha mãe fez o que pôde e aconselhou-me até onde podia (...) nem eu nunca tive essa informação na escola".</p> <p>Entrevista 3: "Os bancos gostam de aldrabar. É preciso estar muito atento, era preciso haver alguém que nos ensinasse qualquer coisa disso na escola"</p> <p>Entrevista 14: "Era importante ter tido um curso ou umas aulas de informação fiscal ou informação financeira, uma disciplina de simples entendimento em que se percebesse em meia dúzia de aulas que produtos são negociados com os bancos, não sendo preciso ir aprofundadamente aos números".</p> <p>Entrevista 29: "Tinha sido bom aprender isso na escola, para saber como é que funciona a sociedade hoje (...) já ajudava a que as pessoas tivessem precauções antes de se avançar para um empréstimo, sabendo, de facto ler esse empréstimo. Duvido que haja algum amigo meu que domine isso tudo".</p> <p>Entrevista 39: "Isso, por exemplo, são tudo coisas importantes que nunca aprendemos na escola"</p>
	Descrença face ao crédito		<p>Entrevista 4: "Por norma não gosto de pedir coisas emprestadas. Se tenho compro, se não aguardo até poder comprar".</p> <p>Entrevista 17: "Sim, porque agora não penso em créditos para nada, prefiro o toma lá dá cá (...) crédito para mim é uma desgraça".</p> <p>Entrevista 27: "A minha mãe sempre me falou que preferia comprar tudo com o dinheiro na mão do que pedir empréstimo ao banco, até me falou do risco que se corre quando se pede dinheiro que não se tem para pagar (...) não valia a pena endividarmo-nos para bens que não fazem grande falta (...) Hoje é assim comigo, poupo para coisas específicas que quero comprar, como os patins em linha que comprei depois de poupar durante um ano (...) sempre com aquela coisa de</p>

			<p>comprar com o dinheiro na mão”.</p> <p>Entrevista 31: “O meu pai nunca pediu um empréstimo para nada sem ser para habitação quando tinha a minha idade, e houve uma altura na vida dele em que consegui pagar tudo o que devia. A partir daí ele compra tudo a pronto. O carro foi pago a pronto (...) e isso ressent-se em nós, isto é... um empréstimo é uma coisa má”.</p>
	Arrendamentos e anseios futuros		<p>Entrevista 3: “Vou é precisar de mais informação para quando tiver de saber mexer no dinheiro, arrendar uma casa, ir ao banco fazer um empréstimo, comprar carro, isso”.</p> <p>Entrevista 14: “Só fiz isso uma vez, aquilo do PPR, explicaram o que é que é, como é que aquilo funciona, cheguei a fazer aquilo mas agora já não tenho (...) e o que é que fiz mais... no BES, não sei já o nome daquilo, depusitei o dinheiro e só lá pude mexer passado um ano. Foi na escola e no banco que me aconselharam e deram-me aquelas papeladas (...) mas aquelas letrinhas pequenas não tive atenção de ler, mas agora já tenho”.</p>

Tema	Categoria	Depoimentos dos participantes
«A restrição orçamental das famílias da A.I.G.A.S.T estimuló a criação de mecanismos de disciplina financeira»	Comportamentos e valores financeiros dos filhos	<p>Entrevista 1: “Sempre que posso ponho algum dinheiro de parte, todos os meses vou acrescentar uma parte à minha poupança”.</p> <p>Entrevista 4: “No geral poupo, quando sobra. Trabalhei no Verão, por isso por enquanto ainda pago o passe e umas saídas, que são raras, por mim (...) Não sou de jantar fora, prefiro ver filmes em casa. Se sair para comer fora é ao lanche, de vez em quando”.</p> <p>Entrevista 7: “Uma vez lembro-me que lhe pedi uns ténis da Converse e ela (mãe) comprou-mos. Mas nenhuma de nós foi de esbanjar nem pedir muito à minha mãe. Se fossemos ela não saberia onde ir buscar o dinheiro...”.</p> <p>Entrevista 9: “Sim, até falei isso na escola... é como no trabalho, temos de ter um método para gerir as coisas. Se não poupo, passo fome”.</p> <p>Entrevista 12: “Naquela altura gostava de comprar umas calças, ou uma camisa ou às vezes ir ao cinema... mas como sabia que queria ir para a faculdade, poupava para isso. Às vezes gastava apenas para pagar o meu passe. Hoje ainda pago a faculdade e por isso todos os dias levo uma marmita com lanche reforçado (...) almoçar fora só em última necessidade”.</p> <p>Entrevista 14: “Sou muito poupada, já me chamaram unha de fome”.</p> <p>Entrevista 29: “Quería comprar um carro com o dinheiro que tenho poupado mas depois preciso de mantê-lo e não consigo sozinho (...) e eu preciso da ajuda dos meus pais para me pagarem a escola”</p> <p>Entrevista 31: “Já trabalho mas tenho despesas fixas. Tento não sair à noite, tento não jantar tantas vezes fora, tento esticar apenas um pouco nas prendas do Natal, mas no geral limito o orçamento ao máximo”.</p> <p>Entrevista 35: “Sei os meus gastos essenciais, como o passe, e tento guardar o restante. À toa, entre aspas, sei que não posso ir além dos 50 euros mensais”.</p> <p>Entrevista 37: “Se não tenho que gastar não gasto. Se tenho que gastar gasto. Sou muito rigoroso com o que</p>

		gasto e sei o que faço com o dinheiro, não dá para esticar e perder o controlo. Já cheguei a comprar um plasma, com o meu primeiro ordenado (...) era aquela felicidade, não tínhamos televisão... fiquei à rasca o resto do mês. Isso já não faço".
	Evidências do conhecimento da realidade financeira familiar	<p>Entrevista 10: "Sim, tendo em conta o pequeno orçamento que ela (mãe) tinha para nos sustentar aos quatro ela teve de ter sempre muito cuidado a explicar o fim do dinheiro, para isto, para aquilo e para aquilo para evitar conflitos desnecessários".</p> <p>Entrevista 12: "Era evidente a situação lá em casa. Nota bem, a situação financeira está boa, o frigorífico está cheio, se a situação está má, não há manteigas, não há iogurte ou não há pão... sempre me fui apercebendo disso".</p> <p>Entrevista 35: "Olha... às vezes, antes de trabalhar, chegava a casa só havia pão para comer e eu lá comia pão. A comida consumida nem sequer era muito variada, só agora que trabalho é que compro assim cereais e produtos que os meus pais nunca compraram lá para casa"</p>

Tema	Categoria	Depoimentos dos participantes
«Outras formas de participação dos jovens da A.I.G.A.S.T. na gestão do orçamento doméstico»	Influência no consumo doméstico	<p>Entrevista 1: "Às vezes um sumo, coca-cola, iogurtes não podem faltar. Também cozinho e congelo sempre as sobras. Assim sempre se poupa algum".</p> <p>Entrevista 12: "Tenho os cuidados com a eletricidade, água e aquecimento".</p> <p>Entrevista 17: "A minha mãe preocupava-se imenso se havia iogurtes ou fruta, se me faltava alguma coisa (...) em não ficar muitas horas sem comer. A esse nível nunca houve privação".</p> <p>Entrevista 27: "Influencio principalmente na escolha dos doces, no queijo, lacticínios e congelados (...)".</p> <p>Entrevista 37: "(...) mas já mudámos as lâmpadas lá em casa e também foi minha sugestão".</p>
	Comportamentos de poupança ou gestão	<p>Entrevista 3: "Por acaso ajudo nas leituras do contador da luz, através da internet e evita-se a estimativa por cima".</p> <p>Entrevista 10: "Aprendi mais recentemente a ver os rótulos no supermercado, a ver o preço por kg, o preço por unidade que aparece lá no código de barras, tem lá essa informação e já não é preciso fazermos cálculos, e comparam-se logo os artigos de forma imediata".</p> <p>Entrevista 19: "Eu gosto sempre de perguntar o dinheiro que temos este mês e de saber o que se pode gastar...Eu e a minha mãe fazemos muitas vezes as contas juntas para ver o que dá".</p> <p>Entrevista 27: "Trabalho com eles mais a níveis de contenção de gastos. Uma das dicas é, independentemente do tempo que a gente se ausente de um espaço desligarmos sempre as luzes do interruptor. Não importa se nos ausentamos um minuto. A energia que se gasta ao arrancar equivale a um segundo, por isso se nos ausentarmos por mais que esse tempo, já compensa. Outra sugestão foi alterarmos de gás de bilha para gás canalizado (...) verificámos que a fatura foi reduzida a metade".</p> <p>Entrevista 33: "Por exemplo, se a aparelhagem está ligada, então a televisão está desligada, se estou no portátil, a televisão está desligada".</p>

	<p>Seleção de equipamentos eletrodomésticos</p>	<p>Entrevista 27: “ (...) mas também nas novas tecnologias. Lá em casa sou eu que aconselho nos artigos electrónicos, estou bem informado e eles ouvem-me. Sinto que a minha influência tem peso”.</p>
	<p>Participação monetária</p>	<p>Entrevista 3: Costumo fazer uns biscates, mais no Verão. Limpei matas o ano passado e este ano tenho um trabalho como segurança numa oficina. Esse dinheiro serve normalmente para me pagar as propinas e outras coisas da faculdade”.</p> <p>Entrevista 9: “Quando trabalhei pura e simplesmente não pedia dinheiro aos meus pais. Eu pagava as minhas saídas, eu pagava as despesas pessoais. A minha mãe só me punha o comer à mesa”.</p> <p>Entrevista 10: “Ajudo sempre e em tudo o que posso. Trabalho nos Verões para poupar algum dinheiro para a escola e materiais de estudo”.</p> <p>Entrevista 12: “(...) Por exemplo faculdade, não estão a ser os meus pais que ma estão a pagar (...) eu trabalho porque percebia as dificuldades pelas quais eles passavam. Somos 3 não é? O meu irmão sempre foi o que deu mais trabalho portanto tanto eu como a minha irmã sempre optámos por poupar e trabalhar. Eu trabalho desde os 16 anos”.</p> <p>Entrevista 14: “<i>Isso sempre, às vezes quando ela precisa ‘olha filha está aqui isto vai lá comprar aquilo’ ou ‘olha filha está aqui esta conta, vai pagar que depois a mãe dá-te o dinheiro’ (...) sou filha mas também sou amiga</i>”.</p> <p>Entrevista 17: “Se eu ganhar 600 euros, dou-lhe (à mãe) 300 porque sei que estou a ajudar a pagar as despesas dos dois. As contas da casa vêm primeiro, aí depois penso em comprar uma calça ou um telefone (...) sempre fui assim”.</p> <p>Entrevista 29: “Não posso dizer que sim, porque nunca tenho acesso àquilo, ao dinheiro, mas de momento suporto as minhas próprias despesas... quando ficar sem dinheiro aí são os meus pais, mas para já sustento-me”.</p> <p>Entrevista 33: “A minha mãe está desempregada, dependemos do meu salário para viver as duas”.</p> <p>Entrevista 35: “Desde que me foi possível trabalhar que contribuo para pagar parte da renda e comida. O resto fica para mim”.</p>
	<p>Perceções e sugestões dos filhos sobre a gestão do orçamento doméstico</p>	<p>Entrevista 12: “Quem é o cérebro de tudo na minha casa? É a minha mãe... E sendo filha e morando no mesmo teto, os teus pais não te ouvem. (...) mas sinto que traria alguns benefícios (...) por exemplo eu trocava todas as lâmpadas normais por essas económicas (...) quando vejo que estou a adormecer desligo a televisão do meu quarto e desligo na ficha e fica assim o dia inteiro (...) os meus pais não fazem isso. Também acharia conveniente colocar uma casa que eles estão a pagar, que está vazia, a alugar para se irem pagando as contas do condomínio e outros gastos... mas a minha mãe nunca quis”.</p> <p>Entrevista 31: “Poupava nos canais da box. Ninguém está assim tanto tempo em casa para ver mais de cem canais...além de que só se vê um canal de cada vez! (...) Chamei também à atenção deles que existem na internet sites que nos permitem ver televisão em direto, depois bastava um cabo para fazer a ligação ao televisor”.</p> <p>Entrevista 33: “O meu irmão, por exemplo, ele não trabalha. Não ajuda nas contas e ainda faz banhos de uma hora! Isso para mim não é aceitável!”</p> <p>Entrevista 35: “Se participasse mais acho que fazia mesmo um orçamento para a minha mãe ter noção das despesas que tem e onde gasta o dinheiro, porque por vezes ela compra coisas que não têm grande utilidade e que financeiramente têm muito peso no orçamento do mês, e talvez ela começasse a gastar</p>

		<p>menos em certas áreas (...) fazia os possíveis para eles perceberem onde estão os grandes buracos e gastos mensais".</p> <p>Entrevista 37: "Já sugeri à minha mãe fazer as máquinas nas horas mais tardias porque sei que se paga menos, mas nem sempre a minha mãe o faz porque se deita cedo (...)"</p>
--	--	--

Observações: 3 Grelhas de análise dos filhos.